retrato doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R$ 8,00 | Nº16

METALÚRGICOS DO ABC Eles comemoram seus feitos recentes. Até que ponto há o que celebrar?

A INTERNET DESCE À TERRA Nacionalismo e internacionalismo na rede mundial de computadores

BOLÍVIA SOB PRESSÃO Intensa mobilização leva oposição a assinar acordo com Morales

NÃO ADIANTA CHORAR

P9

É preciso buscar uma saída melhor. À esquerda

por Raimundo Rodrigue Pereira

ISSN 1980-3796

PORTO DE GALINHAS

A estação mais esperada do ano é ainda mais irresistível em Pernambuco. São 187km de praias de águas mornas e claras, natureza exuberante, história e excelente infra-estrutura tanto de hospedagem quanto de gastronomia e lazer. Pernambuco tem tudo para você viver um verão inesquecível.

marta lima/dp-pe

FERNANDO DE NORONHA

RUA DA AURORA I RECIFE

MOSTEIRO DE SÃO BENTO I OLINDA

PRAIA DOS CARNEIROS

PORTAL DO TURISMO iPernambuco.com.br
EMPETUR
SECRETARIA DE TURISMO
GOVERNO DE Pernambuco

Retrato do BRASIL

A atualização de uma obra consagrada

A Editora Manifesto traz, em um único volume, mais de 800 páginas sobre os principais temas de nossa história, com foco no período de 1985 a 2006.

Tudo tratado de forma clara e objetiva, com a finalidade de atender ao público interessado em conhecer a fundo o que vem ocorrendo no País.

Do desenvolvimento do mercado financeiro à sexualidade, passando por reforma agrária, saúde, educação, transporte, teatro, cinema e TV.

por apenas

R$ 115*

** encadernação brochura, não incluso o valor do frete*

Aproveite e também adquira a edição 1964-1984

Na compra das duas edições, você leva, por apenas R$ 105, a obra que trata do período entre 1964 e 1984, em 4 volumes

Adquira já o seu exemplar

www.retratodobrasil.com

[11] 3032-1204 / 3037-7316

vendas@retratodobrasil.com

retrato doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R$ 8,00 | Nº 16 | NOVEMBRO-DEZEMBRO 2008

Ponto de vista **OUTRA SAÍDA PARA A CRISE** O capitalismo enfrenta a terceira grande turbulência de sua história. Agora, talvez seja possível uma solução diferente **06**

Reportagem **A LUTA CONTINUA?** Três décadas após as greves históricas que mudaram o País, os metalúrgicos do ABC comemoram avanços. Mas há quem critique as novas lideranças *Tânia Caliari* **08**

Economia **O RENASCER DE UMA INDÚSTRIA** O setor naval brasileiro, um dos maiores do mundo nos anos 1970, quase morreu. Hoje, graças a incentivos estatais, está ressurgindo com vigor *Rafael Hernandes* **17**

Economia **CRISE E EXPIAÇÃO** A turbulência financeira que assola o mundo capitalista é gigantesca. E tende a ter dramáticas repercussões *Raimundo Rodrigues Pereira* **20**

Produção cultural **FORA DO EIXO, NO RUMO CERTO** Artistas sem espaço no circuito tradicional se organizam para construir novas cenas da cultura brasileira *Lauro Mesquita* **36**

Internet **DO CÉU À TERRA** A rede mundial de computadores se envolve cada vez mais num contraditório processo de disputas sociais *Flávio Dieguez* **39**

Bolívia **PRESSÃO POPULAR E AVANÇO** Mais de 100 mil manifestantes diante do Congresso empurram a oposição boliviana a acordo com o governo Morales *Yuri Martins Fontes* **43**

Sociedade **FORÇANDO A BARRA** A classe média já é maioria no Brasil, dizem. Mas a conclusão soa estranha até mesmo para muitos dos novos incluídos na categoria *José Carlos Ruy* **47**

EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira • **EDIÇÃO** Armando Sartori • **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliari • Verônica Bercht • **COLABORAM NESTA EDIÇÃO** Flávio Dieguez • José Carlos Ruy • Lauro Mesquita • Yuri Martins Fontes • **EDIÇÃO DE ARTE** Ana Castro • Pedro Ivo Sartori • **REVISÃO** Silvio Lourenço • Marco Bortolazzo [OK Lingüística]

VENDAS [comercial@oficinainforma.com.br] **GERENTE** Daniela Dornellas • **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho • Gabriel Carneiro

Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A.
PRESIDENTE Roberto Davis • **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro • **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira
REDAÇÃO Rua Fidalga, 146 conj. 42 • São Paulo SP • CEP 05432 000 • Telfax 11 38149030 • administracao.sp@oficinainforma.com.br
ADMINISTRAÇÃO Rua do Ouro, 1.725 2ª and. • Belo Horizonte MG • CEP 30210 590 • Telfax 31 32814431 • administracao.bh@oficinainforma.com.br
ASSINATURAS vendas@retratodobrasil.com • Tel 11 3813 1527 • 11 3037 7316
ATENDIMENTO AO ASSINANTE assinatura@retratodobrasil.com
ESCRITÓRIO COMERCIAL EM SÃO PAULO Daniela Dornellas • Tel 11 3813 1527 • 11 3037 7316 • daniela@retratodobrasil.com
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • SCN Quadra 01 Bloco F • American Office Tower sala 1.408 • Brasília DF • CEP 70711 905 • Tel 61 33288046 • barroncas@poranduba.com
IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Grecco & Melo • Rua Chave, 614 • Barueri SP • Tel 11 4198 9860

CAPA Corretor em frente à Bolsa de Nova York, em 9/10/2008, quando o pregão fechou abaixo dos 9 mil pontos/ Mike Segar/ Reuters

CARTAS À REDAÇÃO

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**.
Dê sua sugestão, critique, opine.
Escreva para **cartas@retratodobrasil.com**

Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

INDISPENSÁVEL OUSADIA
Retrato do Brasil *cumpre um papel indispensável na formação de opinião daqueles que continuam lutando para que este País um dia se torne uma democracia que inclua a todos. Vamos ver se conseguimos dar estabilidade ao projeto para que ele volte a ter a ousadia de iniciativas que o caracterizaram como uma imprensa engajada que não abre mão de ser também sujeito da história. Parabéns a todos nós.*

Démerson Dias
São Paulo-SP

Ponto de vista:

OUTRA SAÍDA PARA A CRISE

O capitalismo enfrenta a terceira grande turbulência de sua história. Nas anteriores, ambições imperialistas nacionais levaram à guerra. Agora, talvez seja possível uma solução diferente, em parte pelo desenvolvimento pacífico da China, a potência em ascensão

A CRISE É ASSUSTADORA NÃO POR-QUE ela atingiu primeiramente o dinheiro que é papel pintado, não a "verdadeira realidade", como diz o papa Bento XVI, mas porque ela atingiu o que o dinheiro esconde – as classes, as relações sociais. É a crise de um sistema, o capitalismo, consolidado na Inglaterra há pouco mais de 200 anos. Nele, tanto o trabalho como o produto do trabalho se transformaram em mercadorias, em valores de troca, em dinheiro como forma final. A destruição maciça do dinheiro é uma convulsão desse sistema social.

Nesses dois séculos, o capitalismo sofreu grandes transformações. Nenhuma delas foi tranqüila. As maiores vieram de graves convulsões. A primeira nasceu da depressão dos anos 1873-1895. Ela provocou uma quebradeira enorme entre as pequenas e médias empresas que disputavam o mercado num ambiente de grande concorrência. E criou as condições para o surgimento de um sistema novo, dominado essencialmente pelos interesses do capital financeiro. O conceito foi criado por um dos mais famosos teóricos da época, Rudolf Hilferding, que chegou a ser ministro da Fazenda no governo social-democrata alemão anterior à subida do fascismo. Caracterizaria a associação inextricável entre a grande indústria e os grandes bancos.

SURGE UM ESTADO SOCIALISTA

O principal teórico dos comunistas na época, Vladimir Lênin, tirou daí o conceito do capitalismo monopolista no seu estágio imperialista. Resumidamente, Lênin dizia que os Estados nacionais que dominavam a cena global da época eram controlados pelo capital financeiro. Não seriam democráticos, no sentido mais amplo. No fundo, seriam dirigidos pelos interesses de associações, como os cartéis dos setores elétrico e químico, surgidos na época, especialmente na Europa. A disputa por colônias entre esses Estados, alguns recém-formados e mais agressivos, como a Alemanha e Itália, desembocou na Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1919. E permitiu o surgimento de um Estado socialista, na Rússia, posteriormente ampliado como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com a adesão de diversas nações da Ásia Central. A idéia era construir uma democracia nova: não a dos grandes empresários, que se conhecia e criticava, mas a dos trabalhadores.

A segunda grande mudança veio com a depressão dos anos 1929-1939 e terminou com um novo horror, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Depois dela, criaram-se dois campos: o socialista, com base na URSS, a seguir ampliado pela Revolução Chinesa, e o capitalista, sob hegemonia dos EUA.

Há muitos indícios de que a crise em curso, centrada na economia americana, caracteriza os movimentos iniciais de uma nova grande convulsão. Os EUA viveram uma crise econômico-financeira profunda logo após os "anos dourados", as três décadas de expansão econômica extraordinária pós-Segunda Guerra Mundial. E saíram dessa crise com uma solução também excepcional. O país passou a enfrentar a estagflação, mistura de estagnação econômica e alta de preços, com medidas radicais: rompeu os acordos monetários assinados em Bretton Woods após a Segunda Guerra, os quais regulavam estritamente os fluxos financeiros globais e a variação das moedas nacionais; elevou suas taxas de juros a níveis estratosféricos; deu curso global à campanha ideológica contra a regulação estatal iniciada na Inglaterra de Margareth Thatcher; e passou a insuflar o terrorismo islâmico contra a URSS, o "império do mal".

Do ponto de vista econômico-financeiro, o resultado desse processo foi a financeirização da economia centrada nos EUA. Simplificadamente, a financeirização pode ser vista por uma comparação entre o valor agregado ao produto nacional pelo setor financeiro americano, que foi de 10% para 15% entre 1980 e o ano passado, e a participação desse setor financeiro no lucro total dos diversos setores, que foi muito maior, de 10% para mais de 40% no mesmo intervalo.

A financeirização foi o fermento de sucessivas crises, da qual a atual seria um epílogo. Para explicá-la, pode-se seguir um conselho de George Soros, o famoso banqueiro dos *hedge-funds*, fundos financeiros com fama de remarem contra a maré nas crises cíclicas menores do capitalismo. Soros se opôs a "dar um cheque em branco" a Henry Paulson no episódio, ocorrido perto do fim de setembro passado, quando a crise explodiu, em que o secretário do Tesouro dos EUA pediu, e não conseguiu nos termos pretendidos – sem possibilidade de revisão pelo Congresso e pela Justiça – um pacote de 700 bilhões de dólares para salvar o sistema financeiro americano. Com razão, Soros acha que as teorias modernas sobre o capitalismo são baseadas num fundamentalismo de mercado. E diz que é preciso contrapor a elas nada menos do que Karl Marx, o autor de *O capital*. Marx explica, talvez melhor que ninguém, ainda hoje, o engano de se achar que o dinheiro sozinho cria riqueza.

O dinheiro sofre mutações, o capital tem um ciclo, diz Marx. O "capital-dinheiro" assalaria trabalhadores, compra máquinas, equipamentos e matérias-primas e, pela exploração da força humana de trabalho, torna-se "capital produtivo". Produz, então, o "capital-mercadoria". As mercadorias são levadas ao mercado e vendidas, transformando-se novamente em "capital-dinheiro". E, com esse "capital-dinheiro", compram-se máquinas, força de trabalho, etc. O ciclo, então, recomeça.

UMA "VOLTINHA" NA PRODUÇÃO

A idéia da financeirização como centro de um novo estágio do desenvolvimento do capitalismo era a de que o ciclo virtuoso que fez esse sistema ser capaz de gerar riqueza material como nenhum outro na história da humanidade pudesse prosseguir, em última instância, sem que o dinheiro desse "uma voltinha no mundo de produção de bens e serviços", como disse em entrevista recente a economista Leda Paulani, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Com o fracasso da financeirização e a derrota ideológica sofrida pelos fundamentalistas do mercado, qual é a alternativa? *Retrato do Brasil* tem insistido, em várias de suas últimas edições, que a história dos últimos 30 anos não pode ser contada apenas a partir dos sucessos e – agora – das desgraças da financeirização promovida no centro da economia global pelos americanos: tem de incluir o esforço dos chineses de reformar o modelo socialista soviético.

Logo mais, em dezembro, terão passado também 30 anos da hoje famosa, entre os chineses, terceira reunião plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista, que colocou no comando do país Deng Tsiaoping, o pai das reformas econômicas chinesas. Mas os chineses romperam com a URSS, bem antes, já em 1963. E a Revolução Cultural (1966-1976), embora tenha fracassado, pode ser vista como um esforço de mobilização popular para impedir a degenerescência e a burocratização do partido.

No atual cenário de crise, a China é importante por três motivos. Primeiro: mos-

tra a viabilidade de um caminho alternativo à financeirização. A China não acreditou, como, por exemplo, o Brasil, que o recente surto de desregulamentação das fronteiras financeiras globais fosse um caminho para o desenvolvimento. Estabeleceu um controle cambial rigoroso para forçar o dinheiro aplicado no país a obrigatoriamente dar a "voltinha" pelo processo produtivo, como diz a professora Paulani. Com isso, promoveu um enorme crescimento, efeito de sua economia real, a uma taxa próxima de 10% ao ano, que se mantém nessas três últimas décadas.

Segundo, também ao contrário do Brasil, a China mostrou a possibilidade de aperfeiçoar e de colocar no centro da estratégia de crescimento de um país pobre o sistema produtivo estatal. Os chineses reduziram o número de suas empresas estatais de cerca de 300 mil para aproximadamente a metade. Introduziram no sistema público a concorrência e o aproveitamento do mercado. Sob controle público, colocaram o desenvolvimento técnico e científico do país em primeiro plano. Hoje, enquanto o Brasil é basicamente – e cada vez mais – exportador de *commodities* industriais e agrícolas, a China exporta *chips*, equipamentos de telecomunicação, informática, laminadores para indústrias siderúrgicas.

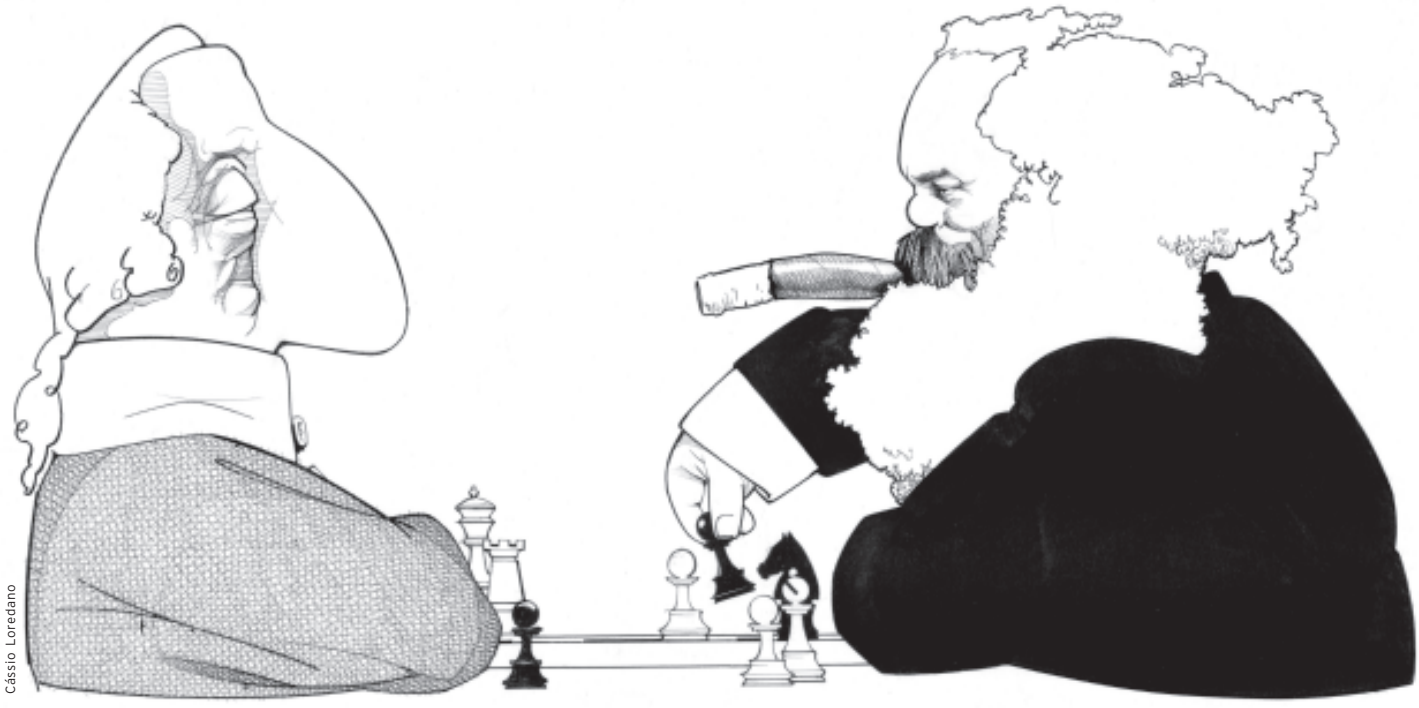
POSTURA NÃO-BELICOSA

E, finalmente, até o momento, a China não se coloca numa posição agressiva, belicosa, contra os EUA, a potência com a qual evidentemente disputa a hegemonia global. E esse é um ponto muito importante, porque crises como a que está em curso não se resolvem, normalmente, em conversas e negociações. As duas convulsões anteriores do capitalismo terminaram em duas horrendas guerras globais. E as potências mais agressivas foram as que estavam em ascensão. A China tem dito e dado demonstrações práticas de que não pretende seguir nesta direção.

Evidentemente, todas essas contribuições positivas que a China pode dar ao desenvolvimento da crise financeira internacional não eliminam, automaticamente, saídas muito ruins. O professor José Luís Fiori, autor de *O poder global e a nova geopolítica das nações*, acha que a crise financeira, "apesar de sua violência", não promoverá nem um "vácuo" nem uma "sucessão" na liderança política e militar do sistema mundial. E seu resultado "mais provável" é "uma fusão financeira cada vez maior entre China e EUA".

É claro que o futuro já está sendo escrito. Na crise, como disse Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os que diziam que o mercado se auto-regularia passaram a defender que o Estado intervenha com "quanto for preciso e onde for necessário" "em nome da solvência das grandes corporações econômicas". E vários Estados estão empenhados nessa direção.

Nas crises do sistema capitalista, a solução tradicional é a da concentração do capital, ou seja, a de privatizar ainda mais a riqueza. Essa saída implica sempre, também, a socialização dos prejuízos: jogar o peso da solução encontrada sobre as costas dos trabalhadores. Mas, como a conjuntura mudou e os ventos sopram noutra direção, é possível – e necessário – que os trabalhadores busquem outra saída. À esquerda. ■



Cássio Loredano

Adam Smith e Karl Marx

Reportagem:

A LUTA CONTINUA?

Paulo Lima

Juca Martins/ Olhar imagem

Três décadas após as greves históricas que mudaram o País, com Lula na Presidência e se adaptando a um amplo rearranjo industrial, os metalúrgicos do ABC comemoram avanços. Mas há quem critique a atuação das novas lideranças na condução desse processo | *Tânia Caliari*

Aos 36 anos de idade, Adeilda Tereza da Silva é uma entusiasta da política em geral e mais especificamente do Partido dos Trabalhadores. Milita a cada campanha eleitoral e, no cotidiano, faz parte do comitê de mulheres do sindicato do transporte coletivo ao qual é filiada. Nas eleições municipais deste ano, cobriu voluntariamente seu fusquinha 1970 com as propagandas do candidato a prefeito de São Bernardo do Campo pelo PT, Luiz Marinho, ex-operário da Volkswagen, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ex-ministro das administrações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas pastas do Trabalho e da Previdência Social. Num concorrido segundo turno, Marinho enfrentou e venceu o tucano Orlando Morando, representante do grupo político que esteve à frente da administração da cidade desde 1996.

Como muitos imigrantes radicados na região, Adeilda tem na ponta da língua a data de chegada da família ao ABC paulista, vinda do interior de Pernambuco. "O pai já tinha vindo. Mãe, eu e mais seis irmãos chegamos dia 1º de janeiro de 1980". Seu Dedé, pai de Adeilda, era proprietário de um pequeno sítio, cioso de suas "vaquinhas de leite e cavalinhos de sela", como diz. Mas as dívidas com bancos e uma colheita desastrada o levaram ao ABC para ser "peão", trabalhador pouco qualificado, ora como carregador braçal em transportadoras, ora como metalúrgico em pequenas empresas. Nunca teve a oportunidade de trabalhar numa montadora, a sorte que todo metalúrgico quer, mas se diz satisfeito por ter criado os filhos e por ter se aposentado por idade, já que foi trapaceado por uma metalúrgica que não lhe pagou a contribuição previdenciária. "Eu não ia às greves, mas gostava, [já] que o sindicato parava as fábricas na marra e aumentava um pouquinho o salário. Depois daquele tempo, o PT não sai daqui da minha cabeça", diz, batendo na têmpora, seu Dedé, que, só depois de migrado, foi aprender uma leitura rudimentar para diferenciar os destinos dos ônibus no emaranhado das sete cidades que formam o ABC, sigla das iniciais dos santos que nomeiam as principais cidades da região: Santo André, São Bernardo e São Caetano.

Assembléia de metalúrgicos, estádio de Vila Euclides, São Bernardo do Campo, março de 1979

Aos 14 anos, Adeilda também já era metalúrgica numa pequena empresa que moldava peças de borracha e metal para vários tipos de indústria. Hoje, é cobradora de ônibus urbano, mas já esteve ao volante de um microônibus cuja linha passava pelo bairro Batistini, favela urbanizada na zona sul da cidade. Dias antes do segundo turno eleitoral é para lá que ela segue com seu fusquinha, para acompanhar um evento de campanha de Marinho. Cerca de 300 pessoas com bandeiras e camisetas do PT formam uma mancha vermelha e branca que se desloca pelas vias da favela, no calor tremendo do meio-dia. As ruas e vielas de cascalho foram abertas de forma improvisada em 1993, quando a prefeitura assentou ali moradores de áreas de risco que perdiam suas casas nas enchentes e chuvaradas. O provisório se tornou definitivo, e ainda se podem ver várias casas de chapas de compensado construídas para os refugiados.

"SOMOS 45"

Marinho caminha à frente dos militantes, ladeado pelo candidato derrotado do PPS, o deputado estadual Alex Manente, e cercado por sindicalistas que o conduzem e colaboram com a campanha do companheiro. O candidato passeia pelo Batistini em meio aos tradicionais apertos de mão e abraços nas crianças, buscando garantir os votos que teve ali no primeiro turno e reverter alguns. Na casa de número 431 de uma viela, porém, duas irmãs resistem categóricas ao candidato. "Somos 45", dizem, referindo-se ao número do adversário do petista, o candidato do PSDB. Marinho e Manente insistem, a militância faz coro do lado de fora. Em vão. "Esses sindicalistas sempre fizeram muita bagunça por aqui, greve, pedindo aumento, e as empresas acabaram indo embora da cidade", dispara Marlene. Ela acredita que a pressão do sindicato para aumentar salários e benefícios tenha afugentado a fábrica de eletroeletrônicos na qual trabalhava no início dos anos 2000 e onde ganhava dois salários mínimos. A empresa foi para o interior. Hoje, Marlene trabalha num supermercado, ganha menos, tem só uma folga por semana.

O discurso anti-sindicalista foi adotado pela campanha de Morando, que atribuiu a saída das empresas e a queda do emprego industrial na região não a um contexto maior, formado a partir da abertura comercial dos anos 1990, da guerra fiscal, da reestruturação da produção fabril com a chegada de novas tecnologias e formas organizacionais, mas à atuação sindical. Segundo Marlene, "era só aumentar os salários que a firma mandava embora. Pouca gente ficou empregada. De que adianta eu ganhar mil reais se o resto da família está desempregada? Tem que ter emprego pro povo, não importa o salário que pagam", diz, convicta de seu voto no "45".

O sentimento anti-sindicalista explorado pela campanha de Morando, entretanto, foi insuficiente. Além do mais, parece que, no momento, o sindicalismo ligado aos metalúrgicos está por cima na cidade, tendo conquistado na campanha salarial deste ano um aumento significativo para a categoria.

Respaldados pelo crescimento em geral e o da produção e da venda de veículos, os metalúrgicos retomaram estratégias de paralisações e conseguiram o que consideraram os melhores resultados dos últimos anos: um reajuste salarial de 11,01%, sendo 7,15% como reposição da inflação e 3,6% de aumento real.

"Acho que a categoria tinha um desafio de fazer um bom acordo nessa campanha salarial", avalia o atual presidente do sindicato, Sérgio Nobre. "Se você pensa na necessidade dos trabalhadores, foi pouca coisa. Mas, se

você comparar com o passado, foi o melhor acordo que ocorreu nos últimos 15 anos", diz o dirigente.

Ele explica a estratégia de negociação com os empresários. "Nosso argumento com os patrões foi o seguinte: porque a indústria está vendendo tantos automóveis? Primeiro, porque houve recuperação de salários, de poder de compra do trabalhador. E, depois, há o financiamento de longo prazo. Na hora de discutir o reajuste, cada um puxou para o seu lado, mas não houve contestação do argumento de que era preciso continuar recuperando os salários, pois sem isso não há consumo".

Nobre começou a participar das atividades do sindicato aos 14 anos, quando ainda freqüentava o curso técnico do Serviço Nacional da Indústria (Senai). Foi nessa época que ele ouviu Lula falar numa assembléia na Scania. "O Lula disse que o trabalhador, quando saía de sua casa, ia produzir riqueza, mas que nunca pensava para onde ia a riqueza que produzia, e que o único jeito de pensar nessa questão era se organizando, discutindo com os outros trabalhadores", relembra o presidente do sindicato vinculado à CUT e que hoje representa trabalhadores de São Bernardo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, base territorial que tem 100 mil metalúrgicos e que vive um momento de recuperação de empregos.

SALÁRIO CRESCEU MENOS

O ramo metalúrgico no Brasil vem crescendo como um todo desde 2003 e os dados do setor automotivo também revelam uma forte expansão. De 2003 a 2007, a produção no setor automobilístico subiu 62,9%, passando de 1,8 milhão de unidades em 2003 para 2,9 milhões em 2007. O faturamento das empresas elevou-se 64,7%. O emprego aumentou bem mais modestamente, 32,7%, e a produtividade, 22,8%. O salário foi o item que menos cresceu: entre 2004 e o primeiro semestre de 2008, o ganho real médio acumulado foi da ordem de 11,5%.

O desempenho do setor vem sendo comemorado, mas, quanto a salário e emprego, ainda não foi suficiente para recuperar patamares anteriores. O operário da produção recebeu, em 2005, 81% do salário pago à sua função em 1995. Quanto ao emprego, na base territorial do sindicato, o número de metalúrgicos em 1989 era de 159 mil. Apenas um ano depois, a categoria havia sido reduzida a 119 mil. A queda prosseguiu: em 1995, eram 110 mil e, em 2003, 77 mil trabalhadores. A partir daí começou a recuperação do setor, que empregava 95 mil pessoas em 2007 e 100 mil em junho deste ano.

Paulo César Lima

Adeilda: entusiasta da política, petista militante e apoiadora de Marinho

A crise industrial dos anos 1990, em particular no setor automobilístico, pode ser vislumbrada por meio das publicações expostas numa estante da sala da subseção do Dieese no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em sua maioria análises e propostas dos trabalhadores para enfrentá-la, sobretudo no setor automotivo, a menina-dos-olhos da categoria por reunir (nas montadoras e autopeças) 53% dos metalúrgicos da região e movimentar a maior massa salarial na base do sindicato (quase 200 milhões de reais do total de 283 milhões de reais). À frente de todas essas publicações, está o trabalho técnico coordenado por Osvaldo Rodrigues Cavinato, 63 anos, economista, ex-operário ferramenteiro, que é chefe da subseção do Dieese do sindicato, desde sua fundação em 1980.

O pai e o irmão de Cavinato também foram metalúrgicos no ABC, mas o jovem operário resolveu ser mais que um trabalhador qualificado e foi estudar economia. Até 1975, manteve seu posto de ferramenteiro enquanto estudava e atuava clandestinamente no Partido Comunista Brasileiro (PCB), fazendo parte da oposição no sindicato, à época comandado por Paulo Vidal, tido como conservador e pouco combativo. Cavinato e seus companheiros chegaram a cortejar Lula quando ele era apenas o carismático diretor do setor previdenciário do sindicato para formar uma chapa de oposição para a sucessão de Vidal. Lula, entretanto, recusou: disse que iria fazer "alguma coisa diferente" dentro do quadro da situação mesmo. Assim que foi eleito presidente do sindicato em 1975 com o apoio de Vidal, Lula chamou Cavinato para formar o departamento econômico do sindicato.

Ideologicamente, Osvaldo se mantém anticapitalista, mas é muito pragmático ao defender a atuação do sindicato durante os anos 1990, quando, num momento de retração do emprego e da atividade sindical, ele se uniu ao empresariado para buscar uma saída para a indústria automobilística no país. "A Ford Tratores ia ser fechada aqui, e o presidente do sindicato na época, o Vicentinho, foi para Detroit nos EUA negociar com a matriz. Quando chegou lá, encontrou um caos, porque as montadoras americanas também estavam desaparecendo. Então, decidiram fazer um seminário em Brasília, com as montadoras, as autopeças, os sindicatos e o governo do presidente Collor, com a Dorothea Werneck, ministra do Trabalho, e dali saiu a idéia das câmaras setoriais. Era isso, buscar o incentivo à produção com isenção fiscal e outras políticas, ou teríamos uma queda ainda maior no emprego", diz Osvaldo. Se os trabalhadores lograram manter o patamar de emprego na indústria automotiva no Brasil entre 106 mil e 107 mil postos entre 1992, ano da adoção da câmara setorial pelo governo Itamar Franco, e 1995, primeiro ano do governo Fernando Henrique Car-

retrato doBRASIL

A cada mês, temas de grande relevância analisados com profundidade

agora com novo projeto gráfico e mais páginas

assinatura anual por apenas

R$ 86,00 ou 2x R$ 43,00

Faça já a sua assinatura

www.retratodobrasil.com

[11] 3032-1204 / 3037-7316

vendas@retratodobrasil.com

doso, que desarticulou as câmaras, foram as montadoras que realmente puderam comemorar a iniciativa, pois a produção de veículos nesse período aumentou de 1,07 milhão para 1,6 milhão.

Desde o início da década de 1990, os próprios dirigentes sindicais do ABC, a começar por Jair Meneghelli, duas vezes presidente do sindicato e já presidente da CUT em 1989, anunciavam uma nova fase de atuação, deixando de lado o enfrentamento direto com o capital e adotando uma postura "propositiva".

Em uma análise da trajetória do sindicato que representaria a vanguarda do operariado brasileiro, o sociólogo da Unicamp Armando Boito Jr. considera essa postura propositiva basicamente uma aliança dos trabalhadores com as multinacionais automobilísticas para atuar junto ao governo no sentido de criar uma política que favorecesse o crescimento desse setor específico.

EM 2001, REDUÇÃO SALARIAL

Outro acordo muito louvado pelos sindicalistas na época foi o que teria salvado a então obsoleta fábrica da Volkswagen instalada na via Anchieta em 2001. O episódio é ilustrativo das mudanças no setor automotivo que ocorriam no mundo todo e também ajuda a compreender a atuação do sindicato no sentido de ajudar a montadora a se manter na região. Ao longo dos anos 1990, estimulados pela queda das margens de lucro e por uma nova fase de concorrência corporativa, as empresas foram desenvolvendo e adotando um novo padrão de produção industrial que resultou em empresas mais enxutas e focadas no seu produto principal. Isso interferiu na contratação de trabalhadores e serviços terceirizados. No Brasil, novas plantas de montadoras de veículos baseadas nesses modelos foram erguidas em várias áreas fora da região do ABC, sem tradição automotiva. Paralelamente, as plantas das montadoras no ABC foram sendo adaptadas, terceirizando e dispensando gente.

O problema da fábrica da Volks, segundo entrevista de 2001 do então secretário-geral do sindicato, José Lopez Feijóo, à revista *Reportagem*, era sua dimensão. "A fábrica vinha sendo preparada para um desmonte, e nós tivemos que atuar para a sua preservação. Discutimos como essa planta poderia ser transformada para receber novos investimentos e produzir novos produtos". Nesse período, dois acordos (em 1997 e 2001) levaram a Volks a investir 2,5 bilhões de reais na reestruturação da fábrica e na produção de novos modelos para exportação, o que foi considerado um fato revolucionário pelos sindicalistas, pois, em sua interpretação, os trabalhadores impuseram ao capital um investimento grande para manter uma fábrica velha. De sua parte, os trabalhadores aceitaram redução nos salários e a demissão de 700 dos 3 mil operários cortados inicialmente pela empresa. Marinho, então presidente do sindicato, foi negociar diretamente na Alemanha e, na volta, foi aclamado e carregado nos braços pelos operários da Volks.

Por incrível que pareça, o argumento usado por Feijóo na época é muito parecido com o da ex-operária Marlene, que afirma que o que importa é a manutenção do emprego e não do salário. Quando obrigado a admitir que o acordo havia derrubado o piso salarial dos operários da Volks, Feijóo disse: "Trabalhador que quer trabalhar e não tem emprego não tem o que perder. Ele não perdeu um emprego de 900 reais, ganhou um emprego de 750 reais."

Numa sala da recepção do prédio administrativo da Scania, distante uns 400 metros da portaria por onde entram os "colaboradores", que é como hoje são chamados os trabalhadores pelas empresas, três representantes do comitê sindical na fábrica recebem a reportagem de *Retrato do Brasil* e rechaçam avaliações como a do historiador Teones Pimenta de França, no artigo "A lógica do pacto: do ABC Paulista a Brasília", de 2003, de que o movimento sindical negociou a "subjetividade do trabalhador", sua consciência de classe, ao aderir ao sindicalismo propositivo nos anos 1990.

Daniel Calazans, 42 anos, vendeu muita cocada nas portas das fábricas quando me-

OS METALÚRGICOS NO BRASIL Em todo o País, eles são 2 milhões. Em 2005, tinham uma remuneração média mensal de quase 1,7 mil reais

O emprego no ramo metalúrgico em geral tem crescido em todo o Brasil, e, em meados deste ano, chegou a 2 milhões de postos de trabalho, tendo passado por maus momentos na década de 1990, atingindo seu pior índice em 2000, com 1,31 milhão de trabalhadores. De janeiro de 2003 a junho de 2007, entre admissões e demissões de trabalhadores nessa indústria, houve um saldo positivo de 640 mil.

A atividade metalúrgica está distribuída em mais de 2 mil municípios brasileiros e a maioria dos trabalhadores pertence a bases sindicais vinculadas à CUT (50,1% do total), que agrega trabalhadores dos maiores pólos industriais, os mais desenvolvidos e com o maior número de trabalhadores. A Força Sindical, segunda maior central sindical do País, representa 41,2% da categoria. A média nacional de sindicalização é de 26%, mas sobe para 40% nas bases representadas pela CUT. Na base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o índice de sindicalização é de 73%.

Os metalúrgicos são 24,8% dos 7,9 milhões de trabalhadores locados no setor industrial, que reúne 25,2% dos empregos formais do Brasil. Cerca de metade dos trabalhadores metalúrgicos do país, 1 milhão, vive no estado de São Paulo.

De acordo com o Mapeamento do Ramo Metalúrgico elaborado pelo Dieese no ano passado, com dados de 2005, a remuneração média nacional dos trabalhadores dessa categoria era de 1.670 reais, sendo que 37% do total tinham rendimentos entre 2 e 4 salários mínimos (entre 600 e 1.200 reais em valores nominais de 2005) e outros expressivos 17,9% ganhavam de 1 a 2 salários mínimos. Cerca de 10% dos trabalhadores ganhavam entre 10 e 20 salários mínimos, e uma pequena elite, 2,59%, tinha rendimentos de mais de 20 salários. A remuneração na região Sudeste era quase 10% superior à média nacional, sendo de 1.422 reais. O setor mais bem remunerado do ramo metalúrgico é, segundo o estudo, o aeroespacial, pelo alto grau de qualificação exigido (a remuneração média era de 3.695 reais). O setor automotivo é o segundo, com salário médio de 2.249 reais.

A média salarial é puxada para cima pela remuneração de algumas funções consideradas indiretas, como cargos técnicos e administrativos. Já os trabalhadores diretos da área de produção ganham em média 17,3% menos que a média. As menores remunerações estão no setor de fundição e forja.

nino e, depois de ter trabalhado como faxineiro, engraxate e pedreiro, viu sua vida melhorar muito quando entrou para a linha de montagem da Scania, em 1987, aos 21 anos. "Se eu ganhava um salário mínimo, entrei ganhando cinco".

"DUELO E DUETO"

Dirigente sindical, ele acredita que os trabalhadores têm que aproveitar todos os espaços de negociação e buscar estratégias para a manutenção dos empregos. "Eu sempre digo que nossa relação com o empresariado é de 'duelo e dueto'. Nosso lema é negociar até a exaustão", afirma.

Antonio Garrido Filho, 44 anos, diz que essa estratégia de buscar soluções para os problemas da produção mostra um sindicato preparado para o século XXI. "Antigamente, a gente só conseguia as coisas com briga e isso trouxe muitas seqüelas tanto para o empresariado como para os trabalhadores. Se hoje posso dividir o osso, vamos dizer assim, entre capital e trabalho sem expor meus companheiros à perda de salário ou até de emprego, porque não negociar?".

Os sindicalistas estão orgulhosos com as paralisações de até quatro horas em 81 fábricas pelo Brasil que os trabalhadores impuseram às empresas nessa campanha salarial, atingindo quase 200 mil metalúrgicos em dez estados, filiados a várias centrais sindicais. Foi a mais expressiva das mobilizações organizadas pelos metalúrgicos nos anos recentes. Na Scania, os trabalhadores fizeram várias paralisações de uma hora em todos os turnos durante 10 dias. "Esse tipo de paralisação é melhor do que a greve, porque não expõe o trabalhador", diz Garrido, que afirma que lutou muito para conquistar direitos e benefícios para a categoria, liberdade para se manifestar, melhores condições de trabalho, e que agora luta para mantê-las. "A molecada que está entrando agora encontra um berço de ouro. Nós começamos no berço de prego, quando o capital fazia o que queria", diz.

A Scania foi o palco da primeira das greves históricas do ABC que inauguraram o que ficou conhecido como "Novo Sindicalismo", considerado muito mais combativo e politizado do que o comandado pela velha burocracia sindical da época. Em 12 de maio de 1978, às 6h30, os operários lançaram o mote: "braços cruzados, máquinas paradas". No cerne da greve, vinha a questão levantada por Lula em 1977 sobre os índices da inflação brasileira de 1973 e 1974 divulgado pelo Banco Mundial e que superavam em muito os apresentados pelo ministro Delfim Netto e pelos quais haviam sido baseados os reajustes da categoria.

A essa altura, grande parte do operariado nacional e das forças de esquerda na clandestinidade já estava de olho e atuando no ABC. João Batista Rocha Lemos, hoje com 55 anos, é dirigente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, central sindical ligada ao PCdoB e ao Partido Socialista Brasileiro. Era operário da General Eletric em Campinas, desde 1974, atuava no PCdoB na clandestinidade, e, em 1976, foi a São Bernardo conhecer Lula durante a discussão sobre o índice de inflação de 34,1% negado por Delfim. No ano seguinte, Batista foi deslocado para o ABC por ordem do partido, que farejava uma mobilização maior do operariado. Ele conseguiu um trabalho na Volks. "Naquela época, trabalhar na Volks era um prêmio, era a loteria para a peãozada. Eu conversava com os operários individualmente e via que todos achavam a Volks uma mãe, por causa dos salários, dos benefícios, transporte, comida, etc., e pensava: daqui não sai greve, o partido está errado". Segundo Batista, é preciso entender o que era a Volks naquela época: uma cidadela de 42 mil empregados fazendo 2,2 mil carros por dia, com hospital, 3 padarias e escola do Senai. "Tudo funcionava ainda num sistema taylor-fordista, no qual a fábrica é um complexo industrial, onde tudo era feito na mesma unidade. E era assim na Mercedes, na Brastemp, na Scania. Se o sindicato parasse quatro empresas, seriam 100 mil operários em passeata, mais do que o total de metalúrgicos hoje".

A remuneração do operário de uma montadora era considerada alta, mas, segundo Batista, esse rendimento e os benefícios já não podiam mais esconder a exploração praticada pelas empresas que se dava por meio da produção intensiva, com o aumento do ritmo do trabalho imposto pela alta demanda da época, e por meio da produção extensiva, com as horas extras assumidas pelos trabalhadores. Lula, como presidente do sindicato, começava a bater forte contra essa situação. "Ele falava a linguagem que o peão queria ouvir".

Batista se lembra que, no sindicato, em torno da diretoria, havia muitos militantes políticos de esquerda, que atuavam na clandestinidade. Muitos assessores sindicais, como Cavinato e o jornalista Julio de Grammont, que criou boletins diários denunciando os encarregados-carrascos, eram militantes de grupos de esquerda que influenciavam na organização. "Nessa época, acho até que os trabalhadores chegaram a desenvolver um

Calazans, Caramelo e Garrido: orgulhosos do papel do sindicalismo

Paulo César Lima

instinto de classe, não a ponto de querer tomar os meios de produção, mas viram que não tinha saída individual para os trabalhadores, que teriam que lutar unidos".

E como está hoje a categoria que, naquela época, de fato se uniu e ateou fogo no País? Atualmente, em toda a região do ABC, se forem incluídos os trabalhadores de Santo André, Mauá e São Caetano do Sul, que não fazem parte da base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sediado em São Bernardo, os metalúrgicos são cerca de 140 mil. Como já acontecia nos anos 1970, o metalúrgico da região é um dos mais bem remunerados do País e tem maior nível de escolaridade. Hoje, se no Brasil aproximadamente 46,7% dos metalúrgicos não concluíram o segundo grau, na base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC são 38,8% os que não atingiram esse nível de escolaridade. Pesquisa do Dieese revela que em dez anos o nível de escolaridade dos trabalhadores na base cresceu; sendo que a porcentagem com o segundo grau completo passou de 13,5%, em 1996, para 40,9%, em 2006, e a dos que concluíram um curso superior subiu de 8% para 13,9%.

O estudo mostra também que quase um terço desses trabalhadores tem entre 30 a 49 anos de idade. Os mais velhos, entre 50 e 64 anos, são 9,6%. O mais jovens, de 18 a 29 anos, são aproximadamente 15%.

Na saída do turno da manhã da Mercedes Benz, às 15h, em meio à multidão de trabalhadores que passa por uma das muitas portarias da fábrica, há uma boa amostra dessa gente. Alexandre caminha apressado e só concorda em falar se for acompanhado a passos largos. Trabalha há oito anos em montadoras no ABC, mas nunca fez parte da elite metalúrgica por ter sido sempre um funcionário terceirizado. No dia anterior, várias organizações sindicais haviam feito uma manifestação dentro da fábrica contra essa forma de trabalho precário, que hoje atinge estimados 20% dos trabalhadores do ABC.

BOA FORMAÇÃO NÃO BASTA

No grande estacionamento de ônibus da empresa, nos quais boa parte da multidão embarca, nenhum dos quatro rapazes que conversavam participou de tal manifestação, por medo de serem demitidos, sendo que apenas um deles é funcionário efetivo da Mercedes. "Quem parou foi mais o pessoal da limpeza ou outro setor que tem sindicato forte", diz Renan, 19 anos, filho de um operário da Scania, que trabalha há um ano como afiador de ferramentas e não ganha mais que 700 reais. É seu primeiro emprego, conseguido após se formar no curso profissionalizante do Senai. Aliás, todos ali fizeram Senai, formação praticamente obrigatória para se entrar numa montadora atualmente.

Yuri Martins

Batista: lideranças acompanharam cooptação dos trabalhadores pelas empresas

A formação é essencial, mas parece não ser suficiente. Os rapazes garantem que só consegue ser efetivado quem tiver quem o indique lá dentro, com um pai ou tio bem relacionado com seus superiores. Falam alfinetando Georges, cujo pai sempre trabalhou na Mercedes e que foi efetivado recentemente. Os meninos acham que ganham muito mal para o serviço que fazem, e que já foi mais valorizado: afiam as ferramentas para a produção, como as brocas de furadeiras. Apesar de reclamar das condições, os rapazes temem perder seus postos e não confiam numa época de estabilidade no emprego. Eles têm razão, já que a taxa de rotatividade da categoria é altíssima, 50% no ABC, meio comum usado pelo empresariado para achatar a massa salarial, sempre contratando novos operários pelo piso.

Antonio, 42 anos, também está apressado, mas é para entrar no turno que vai começar e do qual vai sair às 23h. Depois de 23 anos na Mercedes, hoje é metalúrgico-eletricista e tem um salário líquido de 3 mil reais. Ele entrou na fábrica recomendado pelo pai, funcionário devotado que se aposentou na Mercedes. "Meu pai guarda cada brinde, broche, pequeno objeto dado pela empresa. Aquilo, para ele, tem um grande valor, ele adora isso aqui", diz.

Antonio chegou ao ABC com a família em 1974, vindos do Ceará. Longe de possuir o sentimento de gratidão que o pai tem pela empresa, acha que deveria ter estudado, ter feito uma faculdade enquanto trabalhava, para melhorar suas condições. "É uma ilusão, mas as pessoas te dizem: você trabalha na Mercedes, tem todos aqueles benefícios! Mas, às vezes, a gente fica chateado de passar a vida toda apertando parafuso para o lucro dos outros. Você conquista umas coisinhas, a casa própria, um carrinho melhor, mas fica claro o quanto você é explorado...", diz. Antonio tem dois compromissos pesados para pagar mensalmente, a prestação do carro de 25 mil reais que comprou em três anos e a mensalidade da faculdade de filha, a primeira da família a fazer curso superior.

Ele sempre achou importante a luta dos trabalhadores, mesmo não sendo militante sindical. Ultimamente é que anda desinteressado. "PT rima com quê? Com luta, né? Mas, hoje, o sindicato, o PT, os caras estão parados, estão achando tudo bom. Conseguem esse aumento de 11%, mas não pressionam direito o governo de um trabalhador que não conseguiu até hoje diminuir o peso do imposto de renda sobre o salário. Qualquer hora extra que faço já me coloca aí na faixa da alíquota de 27%!".

Batista, sentado a uma grande mesa no auditório vazio da CTB, usa de sua experiência de ex-operário e dirigente sindical para interpretar a condição do metalúrgico do ABC hoje: é uma nova classe trabalhadora,

mais escolarizada, que lida com novas tecnologias, trabalha em células mais enxutas, e para quem foi transferida, habilmente pelas empresas, parte da responsabilidade pelo sucesso da produção. "Ao enxugar as hierarquias de chefias, a empresa passa a responsabilidade sobre cada peça produzida para cada trabalhador individualmente. Os trabalhadores passaram a assumir os problemas da empresa, ocupando sua mente, usando sua subjetividade. Ele vai pro fim de semana pensando no problema da produção, tanto que é chamado de 'colaborador'".

Do ponto de vista político mais amplo, haveria hoje um papel para os trabalhadores metalúrgicos do ABC? "Presidir o país. É pouco ou está bom?", responde Carlos Caramelo, jovem sindicalista na Scania, satisfeito com os mandatos do companheiro Lula, o grande trunfo político da categoria. Lula já deu várias declarações de que começou a atuar no sindicato sem nunca ter ligado para política. Seu interesse era garantir junto aos patrões negociações mais justas para os trabalhadores. Segundo o livro de Denise Paraná *O filho do Brasil*, Lula era tido como negociador de confiança pelos empresários e pelos governos, até que, confrontado com o arrocho salarial e com a repressão às greves da categoria, passou a canalizar a demanda por democracia que começava a crescer em vários setores da sociedade brasileira e a pleitear a construção de um Estado de bem-estar social no País, com melhores políticas públicas de educação e saúde.

OS 400 DO ABC

Segundo Batista, na campanha salarial de 1979, Lula estava determinado a enfrentar a situação de exploração dos trabalhadores e a reação da ditadura e se organizou para isso, atraindo cada vez mais os trabalhadores para o sindicato. Foi criada uma comissão de mobilização de 400 pessoas para garantir a paralisação das fábricas por meio de piquetes e impedir que os peões embarcassem nos ônibus das empresas nos bairros. Diferente da greve de 1978, que parou algumas poucas fábricas e manteve o movimento dentro das empresas, a de 1979 parou a categoria inteira no ABC. O centro irradiador foi São Bernardo e Diadema, mas parou operários em várias outras regiões. Foram 15 dias parados, com grandes concentrações de trabalhadores no Estádio da Vila Euclides. "Naquela famosa assembléia no estádio em 1979, resolvemos pelo fim da greve, porque os patrões iriam nos vencer pelo cansaço", lembra Batista. Segundo conta Lula no livro de Paraná, ele achou a proposta patronal boa, mas a peãozada ficou brava com o recuo da greve, pois estava "radicalizada", querendo continuar.

Depois que terminou a intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato, a diretoria começou a preparar a campanha de 1980. "Dessa vez, o enfrentamento seria maior e, para isso, foi criado o fundo de greve. A categoria estava mais mobilizada e nem foram necessários os piquetes. Os próprios trabalhadores saíam das fábricas. O sindicato se lançou num grande esforço de filiação coletiva", conta Batista. Por sua atuação nesse tipo de tarefa, ele foi escolhido por Lula como um dos 16 destinados a assumir o comando da greve caso a diretoria fosse presa. Diante do perfil apolítico de Lula, o interessante, segundo Batista, é que a maior parte dos escolhidos tinha algum vínculo político com grupos clandestinos de esquerda. Além de Batista, do PCdoB, Elias Stein era da Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB; Alemão (Enilson Simões), do MR8; e Osmarzinho (Osmar Santos de Mendonça), da Unidade Comunista. "Dos 16, o Lula destacou três para falar nas assembléias dos trabalhadores. Eu, o Alemão e o Osmarzinho. Eu era ruim, mas o Alemão e o Osmarzinho arrebentavam. Depois do Lula, eram eles".

A greve durou longos 41 dias de enfrentamentos. E a organização dos trabalhadores funcionou. Os 400 se mobilizavam na organização; o fundo de greve socorria os trabalhadores mais necessitados, houve uma solidariedade de enorme de várias categorias e de movimentos populares. "Chegavam de todo o Brasil caminhões de mantimentos na igreja matriz [de São Bernardo], onde tínhamos uma salinha. Mantimento enviado por movimentos populares, pastorais, outros sindicatos". E, de fato, como previsto, a diretoria foi cassada e presa, com Lula sendo indiciado na Lei de Segurança Nacional. Além da diretoria, outras lideranças foram presas, como Alemão e Osmarzinho. O restante dos 16 manteve a greve à base de reuniões clandestinas, jornal distribuído nos bairros operários, e, nesse momento, o movimento se articulou com as associações de bairro e pastorais operárias do ABC.

AMPLO APOIO POPULAR

Trabalhadores engajados, de várias cidades, determinaram que o primeiro de maio daquele ano fosse comemorado em São Bernardo do Campo, e juntou gente de todo lugar. A Matriz foi cercada pela polícia e houve enfrentamentos. Chegaram políticos do MDB para mediar, e, dentro da igreja, o comando de greve fez assembléia para decidir o que fazer: a escolha foi

Lula na greve de 1979: a peãozada, "radicalizada", não queria voltar ao trabalho

Juca Martins/ Olhar Imagem

sair em passeata. "O clima era bastante insurrecional. A massa se organizava espontaneamente, tentava retomar o sindicato na marra. Era uma massa combativa. No entanto, a peãozada foi cansando e, com 40 dias sem salário, muitos resolveram voltar ao trabalho".

A greve acabou sem que os trabalhadores conseguissem nada? "Bom, ainda tivemos que pagar os dias parados, mas conseguimos parcelar esse pagamento", diz Batista, que conclui: "mas também, se não fosse essa greve, o país provavelmente não teria caminhado para eleger Lula".

PREDOMÍNIO DA COLABORAÇÃO

Também em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores, numa união de trabalhadores sindicalizados, movimentos populares, setores progressistas da igreja e intelectuais. Segundo Lula conta, a primeira vez que teve a idéia de fundar um partido foi em 1978, quando foi a Brasília falar com deputados para defenderem o direito de greve e não encontrou um interlocutor. Em 1981, depois da intervenção, foi convocada nova eleição no sindicato. "A discussão entre os militantes da esquerda era se lançariam uma chapa unitária. Eu pensei que, pela atuação na greve, alguns dos 16 seriam chamados para compor a chapa com Lula, mas ele foi claro em não querer montar uma chapa com vínculos políticos e ideológicos", diz Batista. O sindicato foi assumido então por Jair Meneguelli e um grupo sem tradição partidária, gente de extrema confiança de Lula, excluindo a militância de outros partidos. "Acredito que nesse momento se iniciou a busca do PT por hegemonia sobre aqueles trabalhadores", diz Batista.

"A grande diferença entre a categoria de hoje e a de 30 anos atrás é que, naquele momento, viveu-se num cenário de rebeldia do trabalho por meio das grandes greves no ABC. Hoje, o que predomina é a colaboração", diz Batista. Na sua avaliação, a situação é pior quando essa posição é assumida pelas lideranças. "As lideranças sindicais acompanharam tudo isso, assimilaram essa estratégia das empresas de cooptar os trabalhadores". Segundo Batista, os líderes não estão à altura de enfrentar os problemas surgidos com a nova situação.

O projeto sindical articulado em torno de Lula foi bem-sucedido e se expandiu com a construção e o crescimento do PT, pela fundação da CUT, dois anos depois, e pela condução sindical das categorias mais fortes de trabalhadores do País, como os metalúrgicos, os petroleiros, os bancários, os funcionários públicos e os professores. A orientação petista/cutista continua até hoje à frente dos principais sindicatos, que projetaram, além de Lula, vários nomes na política nacional, os quais se tornaram ministros, governadores, parlamentares e prefeitos, como o recém-eleito Luiz Marinho.

Armando Boito Jr. identifica no seu texto "O novo corporativismo operário", de 2003, um movimento pendular na atuação histórica do sindicato de origem desse grupo. Até a época das grandes greves, o sindicato seguia o modelo assistencialista e o tom pouco combativo assumido depois do golpe militar de 1964. Com as greves do fim dos anos 1970, iniciadas ainda sobre uma pauta meramente reivindicatória, o movimento foi levado a assumir uma posição política diante da pesada repressão do regime militar e da solidariedade por parte de outros setores sociais. A partir daí, no clima da abertura política, suas lideranças passaram a ter uma atuação mais articulada com o conjunto do movimento oposicionista.

A partir da vitória de Fernando Collor em 1989, com a implantação da política econômica neoliberal, os metalúrgicos do ABC se voltaram para os problemas da produção, despolitizando sua atuação e apresentando propostas para a salvação de certos setores industriais. Com a eleição de Lula em 2003, as lideranças sindicais foram chamadas a participar do governo federal. Hoje, perece que tentam administrar as contradições do capitalismo no Brasil, com distribuição de renda por meio de programas sociais, e a desprivilegiada inserção brasileira na economia global.

"Me entristece muito que as pessoas que pesquisam o movimento não conseguem compreendê-lo", diz Nobre, refutando a avaliação de Boito Jr. "Essa é uma interpretação ruim. A conjuntura muda, o mundo se transforma e, à medida que ele se transforma, a gente precisa acompanhar isso. Qual era a tarefa de um sindicato importante comprometido nos anos 1970? Era conquistar a liberdade. Recuperamos a democracia. Nos anos 1990, qual era o inimigo principal da classe trabalhadora? Era a idéia de que o Estado não serve para nada. Qual era a tarefa? Vencer o neoliberalismo. Agora que o presidente Lula governa o Brasil, que essa agenda neoliberal foi deixada de lado, qual o papel do sindicato? É fortalecer os sindicatos, os movimentos populares, lutar por inclusão social".

"Não perdemos nosso objetivo: queremos um Brasil melhor para todos, com nossa molecada tendo acesso à saúde publica, escola pública, queremos uma sociedade socialmente equilibrada, isso nunca foi perdido de vista", conclui Nobre.

Nobre: metalúrgicos não perderam o objetivo, querem um País melhor "para todos"

Paulo César Lima

Economia:

Rafael Hernandes

O RENASCER DE UMA INDÚSTRIA

O setor naval brasileiro, um dos maiores do mundo nos anos 1970, quase morreu. Agora, graças a incentivos estatais, está ressurgindo com vigor | *Rafael Hernandez*

Carlos César de Araújo, engenheiro de segurança do estaleiro Aliança, situado em Niterói, às margens da Baía da Guanabara, percorre com a reportagem de *Retrato do Brasil* as instalações da empresa. Mostra primeiro duas embarcações do tipo PSV em fase de acabamento, batizadas de Manoella e Isabella. PSV é a sigla em inglês de *plataform supply vessel*. O Manoella e o Isabella são navios com mais de 70 metros de comprimento e capacidade de carga superior a 3,5 mil toneladas, explica Araújo, e se destinam ao apoio de operações marítimas da indústria de petróleo. O Manoella, que deve estar pronto em menos de dois meses, está em fase de acabamento. O Isabella ainda precisa ser pintado, receber motores e quase todo o restante do equipamento.

O ritmo de trabalho no estaleiro é incessante. Duas outras embarcações estão sendo produzidas perto dali, do outro lado da linha de montagem, e logo estarão prontas para os ajustes finais. "E isso é só o começo", diz o diretor do Aliança, Paulo Conte, explicando que o estaleiro terá sua capacidade de produção anual elevada dos atuais dois ou três navios para cinco. Isso porque a Companhia Brasileira de Offshore (CBO), dona do Aliança, acaba de ter duas propostas contempladas na reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, realizada na primeira quinzena de outubro. Foi um encontro importante para a indústria naval brasileira, durante o qual foram aprovados 167 projetos, para os quais serão destinados 7,8 bilhões de reais em empréstimos. A maior parte desses projetos se reserva ao atendimento das demandas do setor petrolífero, principalmente da Petrobras.

Um dos projetos da CBO aprovados, de quase 800 milhões de dólares, destina-se ao financiamento da construção de 20 embarcações nos próximos 6 anos. O outro, voltado a modernizar e a ampliar as instalações do estaleiro, deve receber um empréstimo de aproximadamente 50 milhões de dólares. Com ele, a empresa espera acabar com alguns gargalos que dificultam sua produção, como o da carreira de lançamento – a plataforma instalada em terra firme sobre a qual o navio é construído, desde a montagem do casco até a finalização da estrutura, montada sobre um plano inclinado para facilitar o deslizamento da embarcação semi-acabada para a água, de onde é conduzida por rebocadores até o cais de acabamento. Ali, ela recebe equipamentos, instrumentos, pintura, etc. Como acontece com o Manoella e o Isabella.

A carreira é o ponto seguinte da visita, onde se revela outro tipo de dificuldade geralmente enfrentada pelo Aliança e pelos estaleiros nacionais. Grandes peças de aço são carregadas por um imenso guindaste e colocadas lado a lado, para que os operários possam soldá-las e uni-las em um único e enorme casco. É um trabalho árduo, que envolve dezenas de homens que têm de passar o dia sob o sol, vestindo indumentária pesada: grossos macacões que cobrem completamente pernas e braços, mais luvas, capacetes, óculos e protetores auriculares.

READAPTAÇÃO PROFISSIONAL

O equipamento dificulta o trabalho, especialmente sob o sol de 40°C desse dia de outubro, mas é necessário para a proteção dos operários. O eletricista Jorge de Andrade, 53 anos, transpira abundantemente. Ele interrompe por um instante o que está fazendo para contar que trabalhou durante anos na construção do metrô carioca, mas foi demitido quando houve a privatização da companhia. Teve então de se adaptar. "Fiz um curso para me adequar, pois no metrô eu trabalhava mais na área de eletrônica e aqui mais na parte elétrica mesmo, de instalação predial e industrial". Quem também teve de se adaptar foi David Menezes. Em 2003, ele decidiu trocar seu emprego na construção civil pelo de ajudante no estaleiro. "É um setor que paga um pouco mais. O setor naval paga mais, mesmo para ajudante", justifica. Aos 27 anos, parece feliz. "Vim para cá de ajudante no almoxarifado. Entrei sem saber fazer nada e agora já sou encanador de profissão. E estou gostando muito", diz, orgulhoso.

Em outro local da fábrica, trabalha Roberto dos Santos, técnico em montagem. Ao contrário de seus dois colegas, ele não veio de outra área. Santos começou na indústria naval há quase 40 anos, ainda nos anos 1970. Mas, como a grande maioria de seus colegas da época, perdeu o emprego no decênio seguinte, durante a crise do setor naval. "Quando o setor parou, fui trabalhar com dutos de ar-condicionado em shoppings, pois são parecidos com os da praça de máquinas de navios. Até tentei fazer outras coisas, tentei trabalhar no comércio, mas não deu certo", diz o

operário, que passou muitos anos na informalidade. Por causa disso, quando se aposentou, obteve uma pensão muito baixa. Isso o motivou a retornar aos estaleiros, para complementar a renda.

As histórias de Andrade, Menezes e Santos refletem, de alguma forma, o problema da falta de profissionais habilitados. "Tenho amigo que veio de padaria e está trabalhando aqui", diz Menezes. E é uma situação que tende a piorar, avalia Conte. "Até uns 3 ou 4 anos atrás, nós conseguíamos mesclar o pessoal que tinha muita experiência na construção naval com os jovens que estavam entrando. O aprendiz há 3 anos agora já é um profissional com experiência. O problema agora é que, além da reativação de quase todos os estaleiros aqui do Rio de Janeiro, passamos a ter a concorrência da CSA [Companhia Siderúrgica do Atlântico], que está sendo instalada na região e vai precisar de muita gente. E parte do contingente é o mesmo tipo de mão-de-obra nossa". Há mais, no entanto. "A Nuclep, que só fazia material para a indústria nuclear, passou a fazer plataformas e começou a levar pessoal. Daqui a pouco, começará a demanda do Comperj, que também vai levar muito do nosso pessoal", diz.

O problema não se restringe apenas aos operários. No caso dos engenheiros navais e projetistas, é ainda mais grave. "Nos cargos mais técnicos, apesar de o custo ser alto, a gente tem conseguido fazer nossa capacitação nos estaleiros. O problema são os engenheiros, cuja formação demora cinco anos para ser concluída", diz o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Ariovaldo Santana da Rocha. Conte diz que o Aliança sente isso na pele. "Hoje não existem engenheiros navais e projetistas. Nós perdemos recentemente quatro bons projetistas e, para repor, foi muito difícil. Tivemos de tirar gente de outros setores, da área industrial, de construção civil", diz.

Uma das esperanças no sentido de minimizar o problema é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), uma iniciativa do Ministério de Minas e Energia. O programa deve auxiliar na capacitação de parte do pessoal necessário ao setor naval, fundamental para a produção de petróleo e gás natural, que necessita de petroleiros, navios de apoio, sondas de perfuração e plataformas de exploração. A meta do Prominp é qualificar até o fim do próximo ano 112 mil profissionais em 175 categorias diferentes, nos níveis básico, médio, técnico e superior, boa parte deles para trabalhar na indústria naval.

E a demanda dos próximos anos por embarcações será muito grande. Somente a Petrobras e sua subsidiária para transportes, a Transpetro, já anunciaram a necessidade de, ao menos, 200 novas embarcações nos próximos anos. Isso sem contar possíveis demandas advindas das novas reservas da camada do pré-sal (ver *Retrato do Brasil* nº 15, "Uma proposta para o pré-sal"), que devem elevar ainda mais os pedidos para o setor naval nos próximos anos. Em maio último, a Transpetro lançou a segunda fase de seu Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), que prevê a construção até 2015 de 23 petroleiros de médio e grande porte, voltados para o transporte do petróleo e do gás natural extraídos das reservas das Bacias de Campos e de Santos. Na primeira etapa do projeto, iniciada em 2005, a empresa já havia aberto licitação para outros 26 petroleiros, num investimento de quase 2,5 bilhões de dólares.

CAPACIDADE INSUFICIENTE

Porém, de longe, a maior demanda virá da própria gigante do petróleo nacional. Na mesma ocasião, o presidente da Petrobras anunciou a necessidade de a empresa afretar (contratar de terceiros) 146 navios para o apoio marítimo de suas operações, cuja construção deverá demandar investimentos estimados em 5 bilhões de dólares. Estima-se que essa demanda gere 73 mil empregos diretos durante as obras e, quando em operação, crie 3,8 mil empregos para a composição das tripulações.

Essas encomendas serão realizadas em sete etapas durante os próximos seis anos, sendo que a primeira licitação, de 24 unidades, já está em andamento. As embarcações serão usadas para diversos fins, como serviços de reboque, carregamento de suprimentos, manuseio de âncoras de grande porte, além do recolhimento de óleo, e deverão possuir entre 70% e 80% de suas peças fabricadas no país.

A atual capacidade produtiva da indústria naval brasileira, entretanto, ainda é insuficiente para suprir as necessidades da Petrobras. Por isso, a estatal também deverá, numa primeira etapa, afretar, entre 2009 e 2013, outras 21 embarcações para petróleo e derivados. E deve contratar, até 2012, 12 sondas para utilização em águas ultraprofundas, todas construídas no exterior, num custo estimado de 8 bilhões de dólares. Numa segunda etapa, para o período que vai de 2013 a 2017, serão utilizadas mais 28 sondas, que a empresa espera que sejam construídas no Brasil, todas afretadas e operadas por empresas brasileiras.

A Petrobras pretende também adquirir 24 plataformas de exploração marítima, a serem utilizadas na chamada camada pós-sal, das quais 15 já estão licitadas. Para o pré-sal, apesar de as reservas ainda não estarem totalmente estimadas, a diretoria da empresa aprovou em setembro a construção das primeiras 10 unidades de produção do tipo FPSO (plataformas flutuantes que produzem, estocam e escoam petróleo) que serão utilizadas na Bacia de Santos.

Graças às crescentes encomendas do setor petrolífero, principalmente da Petrobras, nossa indústria naval parece estar experimentando de novo a situação de décadas atrás. Poucos sabem, mas ela já foi a segunda maior do mundo ao fim dos anos 1970, empregando quase 40 mil pessoas. Na década seguinte, entretanto, com a crise do endividamento externo brasileiro, veio o declínio, com demissões em massa e fechamento de diversas empresas. Foram anos e anos em que não se construiu sequer um navio de grande porte no País.

A liberalização da navegação nacional, sob o pretexto de altos fretes e baixa eficiência, contribuiu de forma significativa para a montagem desse quadro. Devido a isso, no ano 2000, 80% dos custos com fretes no transporte de carga geral entre o Brasil e o resto do mundo foram gerados por embarcações com bandeira estrangeira. Com repercussões pesadas no balanço de pagamentos do País.

"O que aconteceu é que as empresas de navegação de atuação mundial começaram a vir ao Brasil e derrubaram o preço dos fretes violentamente", diz Conte. "As nossas empresas foram vendidas uma após a outra, porque não havia como fazer frente ao preço cobrado pelas empresas com atuação mundial." Com o enfraquecimento das empresas nacionais de navegação, as encomendas aos estaleiros locais diminuíram brutalmente, pois os armadores estrangeiros traziam as embarcações de fora. Resultado: morte da indústria.

Rafael Hernandes

Estaleiro Aliança: quase US$ 850 milhões de financiamento para a modernização da empresa e construção de 20 embarcações

"O governo federal da época, década de 1990, nada fez para manter a indústria nacional ou considerar a navegação de longo curso como estratégica ao País", avalia Conte. Segundo ele, a virada só veio com a volta de incentivos governamentais, iniciada no fim da década de 1990 pelo governo do Rio de Janeiro. No começo desta década, o governo paulista agiu no mesmo sentido. Só mais recentemente, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve ajuda federal.

Neste ano, a construção naval passou a contar também com o auxílio da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Marítima Brasileira, coordenada pelo deputado federal Edmilson Valentim (PC do B/RJ), um ex-metalúrgico que trabalhou muitos anos no setor. A iniciativa conta com a participação de parlamentares de vários estados, tanto da base aliada do governo quanto da oposição.

MODELO DESEQUILIBRADO

Valentim diz que em 2008 já foram aprovadas na Câmara dos Deputados duas Medidas Provisórias (MP) para facilitar o crescimento do setor. Uma foi a MP 428, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para diversos setores da economia, num valor aproximado de 17 bilhões de reais, até 2011. A outra criou o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), que tem como objetivo proteger, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), o crédito concedido por bancos aos estaleiros. Segundo o deputado, a medida é importante, pois "os estaleiros não têm condições de assegurar a construção dos projetos", afinal, seu patrimônio quase sempre tem valor inferior ao dos empréstimos necessários para a fabricação das embarcações. O contrato para uma sonda de perfuração, por exemplo, pode chegar a 700 milhões de dólares. "O fundo é um seguro para o caso de as obras não se concluírem, para que as empresas contratantes não sejam lesadas e tenham a segurança de contratar o serviço de um estaleiro brasileiro".

Valentim diz que "um país com a nossa costa e tantos rios navegáveis precisa usar esses recursos" e utilizar embarcações construídas aqui. "Não podemos pagar tanto com a conta de fretes", alerta. "São 10 bilhões de dólares gastos anualmente" no pagamento de empresas estrangeiras, diz.

Ele diz que o País pode chegar a 50 mil km de vias navegáveis, abrangendo a costa litorânea, habilitada ao desenvolvimento da navegação por cabotagem, e a rede hidroviária interior, formada por rios, lagos, lagoas e canais. É uma extensão da mesma ordem de grandeza da malha rodoviária pavimentada sob jurisdição federal.

Essa percepção parece estar presente no Plano Nacional de Logística dos Transportes (PNLT), documento elaborado conjuntamente pelos Ministérios dos Transportes e da Defesa. O objetivo é delinear um planejamento de médio e longo prazo para o setor.

Sua principal novidade é a constatação da necessidade de modificação da estrutura do transporte nacional, hoje fortemente baseada no transporte rodoviário, para uma mais diversificada, que explore adequadamente os modais ferroviários e hidroviários. O estudo aponta as seguintes mudanças na matriz de transportes de 2005 para 2025: o modal rodoviário passaria de 58% para 33%, o ferroviário, de 25% para 32%, o hidroviário (cabotagem, interno ou de longo curso), de 13% para 29%, o dutoviário, de 3,5% para 5%, e o aeroviário, de 0,4% para 1%. Segundo o Ministério dos Transportes, entretanto, trata-se apenas de um "planejamento indicativo, orientador para tomadores de decisão nas áreas pública e privada". ■

Economia:

CRISE E EXPIAÇÃO

Reuters

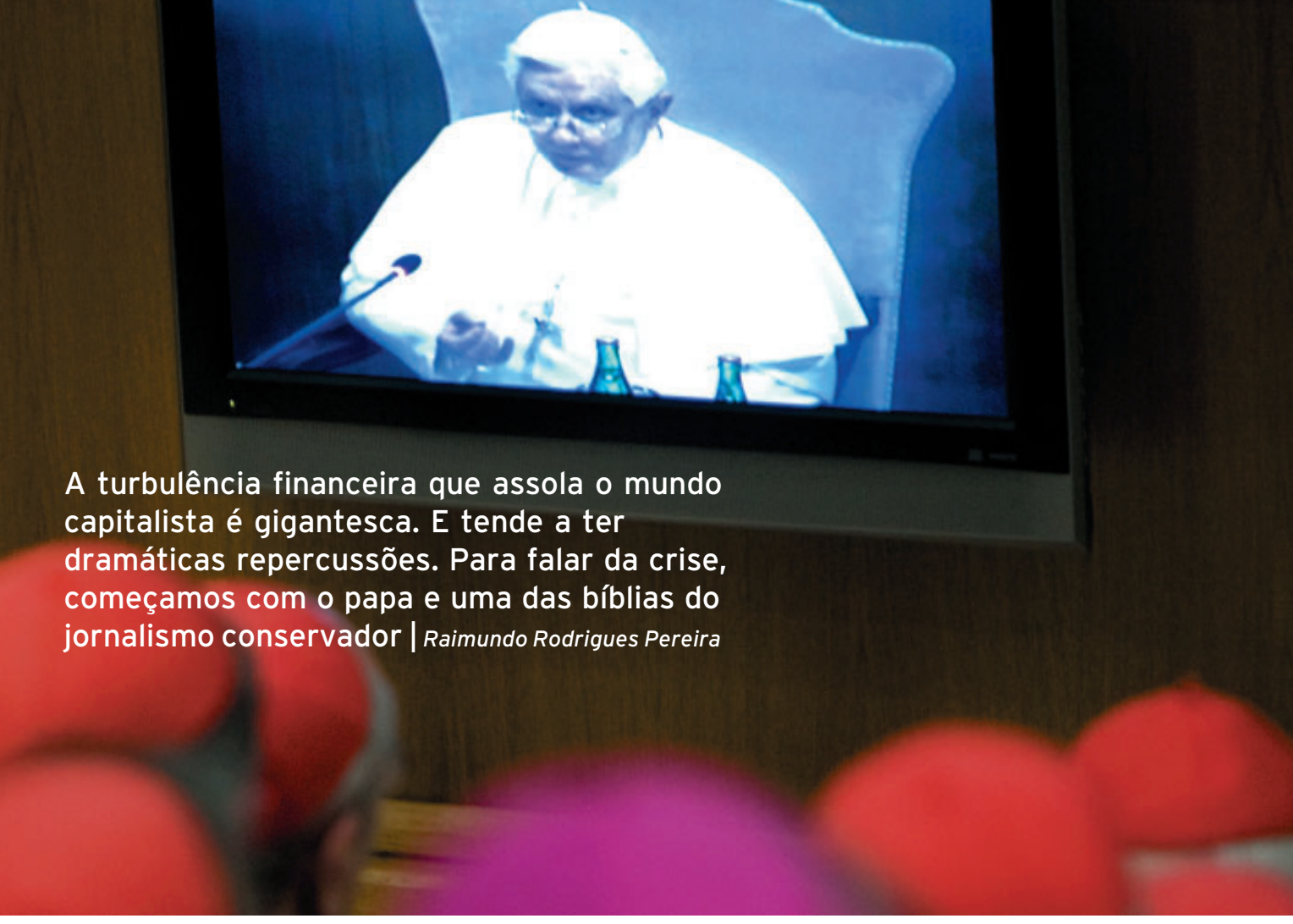
The Economist, semanário inglês fundado há 165 anos para defender o livre comércio e a livre iniciativa, disse, em uma de suas últimas edições, que o capitalismo foi posto em discussão e a liberdade econômica está sob ataque. A revista fazia referência à pesada intervenção dos governos dos EUA e dos principais países europeus na maioria dos seus grandes bancos, seguindo um modelo para a salvação do sistema levantado à última hora pelo primeiro-ministro britânico, Gordon Brown. "Nesta semana", disse a revista no seu editorial principal da edição de 18 de outubro, "a Grã-Bretanha, berço das modernas privatizações, nacionalizou a maior parte da sua indústria bancária; ao mesmo tempo, no meio de falações sobre o fim da era Thatcher-Reagan, o governo americano prometeu investir 250 bilhões de dólares em seus bancos. Outros governos voltaram a regular seus sistemas financeiros. Os asiáticos dizem que o Ocidente parece estar se voltando para o modelo deles, mais dirigista. 'Os professores estão tendo alguns problemas', disse um dirigente chinês recentemente. O intervencionismo está a toda: 'A autoregulação está liquidada', diz o francês Nicolas Sarkozy. 'O *laissez-faire* está liquidado'". "Esta revista espera profundamente que isso não ocorra", conclui o editorial.

O papa Bento XVI, provavelmente impressionado com a destruição de riqueza aparente provocada pela queda dos valores das empresas nas bolsas em escala global – estimada, pela Bolsa de Zurique, em 27 trilhões de dólares, entre 1º de janeiro e 16 de outubro deste ano – disse que a crise financeira mostra que o dinheiro é uma ilusão. Somente a palavra de Deus "é sólida", disse ele, falando de improviso, no Vaticano, para uma assembléia de bispos. A palavra de Deus "é a verdadeira realidade sobre a qual se deve fundar nossa própria vida". "Agora estamos vendo, com o afundamento dos grandes bancos, que esse dinheiro desaparece, que não é nada; trata-se de realidades de segunda ordem", disse Bento XVI.

DINHEIRO PARECE TUDO

Num mundo onde o dinheiro é a chave para quase tudo, no entanto, as expectativas geradas por essa extraordinária destruição de riqueza aparente são monumentais. As economias dos países ricos estão parando e ameaçando andar para trás. Os EUA encerraram em setembro um ciclo de mais de 16 anos de trimestres consecutivos de vendas em elevação. No mesmo mês, a queda na produção industrial no país foi a maior em 34 anos. No segundo trimestre deste ano, toda a área econômica do euro teve decréscimo de 0,2%. O Brasil crescerá em 2009 menos que os 5,4% previstos para este ano e em 2010 não se sabe mais o que acontecerá. Essa passou a ser a crença dominante. E até a China parece estar desacelerando: cresceu 10,6% no primeiro trimestre, 10,1% no segundo e 9% no terceiro. É possível que o crescimento médio do ano seja de 8%, disse o embaixador chinês nos EUA, o que implica a previsão de uma desaceleração ainda mais forte no trimestre que resta em 2008.

O desemprego cresce de modo quase generalizado nos países capitalistas desenvolvidos. Nos EUA, o setor financeiro foi profundamente atingido. Só o Citibank demitiu 23 mil funcionários neste ano, até meados de outubro. Até o fim de 2009, estima a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a atual crise econômica vai produzir 20 milhões de novos desempregados. "Passaremos de 190 milhões de pessoas sem trabalho para 210 milhões", um recorde na história da humanidade, diz o diretor geral da Organização, Juan Somavia.



A turbulência financeira que assola o mundo capitalista é gigantesca. E tende a ter dramáticas repercussões. Para falar da crise, começamos com o papa e uma das bíblias do jornalismo conservador | *Raimundo Rodrigues Pereira*

A adoção cada vez maior, nos últimos anos, dos sistemas de pensões privadas, apoiado grandemente em ações nas bolsas de valores, tornou-se uma ameaça para o próprio futuro dos trabalhadores. Na primeira semana de outubro, o Birô do Orçamento do Congresso dos EUA informou que os fundos de pensão e as contas individuais de aposentadoria perderam 2 trilhões de dólares nos últimos 15 meses, cerca de 20% de seu valor. Em 1960, 60% dos trabalhadores americanos estavam protegidos por planos de pensão de benefício definido, pago por empresas ou pelo governo. E apenas 17% tinham planos em que apenas a contribuição é definida, segundo o Centro de Pesquisas para a Aposentadoria, do Boston College. Em 2004, a situação tinha se invertido: apenas 11% estavam em planos de benefício definido e 61% em planos de contribuição definida. Na Argentina, no último dia 21 de outubro, o governo apresentou projeto de lei estatizando o sistema de previdência privada criado no governo de Carlos Menem há 14 anos. No país, cerca de 3,5 milhões de trabalhadores têm benefícios definidos recebidos do Estado e 5 milhões estão no sistema privado, considerado uma herança das reformas liberais. O sistema privado teve 40% de perdas em seus fundos, nos últimos meses, disse a presidente Cristina Kirchner. "Os principais Estados estão adotando uma política de proteção dos bancos. Nós, de nossos aposentados e trabalhadores".

AQUI, O DÓLAR DISPAROU

No Brasil, a crise fez o dólar, depois de anos de queda, ir de R$ 1,60 para R$ 2,31, uma valorização de 48,4% entre 1º de agosto e 10 de outubro. E uma série de empresas teve enormes prejuízos com os chamados contratos de derivativos cambiais. A Sadia, do ex-ministro Luiz Fernando Furlan, por exemplo, perdeu 760 milhões de reais; a Aracruz, 1,95 bilhão de reais; o grupo Votorantim, de Antônio Ermírio de Moraes, 2,2 bilhões de reais.

A perda estimula a procura pela expiação, a busca de culpados. "É importante lembrar que essas empresas, no fundo, no fundo, estavam especulando contra a moeda brasileira", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início de outubro, procurando dizer também que o problema dos derivativos cambiais era um caso isolado, em discurso em São Bernardo do Campo, em apoio a campanha do ex-ministro Luiz Marinho, que disputava a prefeitura da cidade. Duas semanas depois, no entanto, Furlan procurou o presidente e mostrou que ele estava errado. O contrário é que era verdade. A Sadia e as outras empresas perderam dinheiro porque fizeram contratos em que apostavam que a moeda nacional iria continuar se fortalecendo e, por isso, perderam. "Quem especulou contra o Brasil é justamente o lado que está ganhando dinheiro com a turbulência", disse ele aos jornais, para explicar sua conversa com o presidente Lula. "Quem especulou a favor do Brasil, quem acreditou, inclusive, no que o presidente falou, que a crise estava lá fora, que não ia acontecer nada aqui dentro, essas empresas é que levaram ferro".

A crise não só é imensa como não é simples de entender. O que acontecerá? Furlan não é um santo. Na mesma entrevista em que explicou o prejuízo com derivativos, mostrou que a empresa estava bem, que mantinha sempre cerca de 800 milhões de reais em caixa. O que significa, basicamente, que tem essa montanha de dinheiro aplicada em títulos do Tesouro Nacional que pagam perto de 14% de juros por ano, as maiores taxas do mundo. Mas deu o que parece ser um bom conselho. "Para o ano que vem, vamos ter de estudar. Nós e todo mundo", disse.

GANÂNCIA E ESPECULAÇÃO É COMPREENSÍVEL A REVOLTA DOS MAIS POBRES COM DETALHES DA VIDA DOS BANQUEIROS, REVELADOS DURANTE A CRISE. MAS, PARA ACHAR UMA SAÍDA, NÃO BASTA ATACAR OS INTERMEDIÁRIOS. É PRECISO IR MAIS LONGE

Quando os deputados americanos discutiram a primeira versão do plano apresentado pelo secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, para socorro aos bancos, numa audiência de cinco horas, no dia 23 de setembro, formou-se uma aglomeração diante do Congresso pedindo punição para os executivos das empresas e o corte de suas remunerações, consideradas escandalosas. Um parlamentar mostrou a fatura de um fim de semana num hotel de praia, no valor de 370 mil dólares, gastos pela diretoria da seguradora AIG, salva pelo Tesouro americano com 85 bilhões de dólares. Os jornais revelaram antes que Richard Fuld, principal executivo do Lehman Brothers, banco de investimentos de Wall Street que faliu, prestasse depoimento no Congresso que ele teria ganhado, em 2007, 450 milhões de dólares (ele disse que eram "apenas" 250 milhões de dólares e que grande parte eram prêmios em ações do banco, que viraram pó). Na audiência, a comissão que o ouviu provou que ele tinha autorizado pagamentos de 20 milhões de dólares a dois diretores do Lehman, quatro dias antes do pedido de falência. Na City, o centro financeiro londrino, os prêmios pagos aos diretores dos bancos pelos resultados de 2007, que não foram dos maiores deste século, chegaram a 29 bilhões de dólares, quase a metade do que o governo britânico injetou em três dos bancos nos quais interveio.

RISCO FATIADO E EMPACOTADO

A ganância dos executivos das grandes empresas tem certamente um papel na crise. Um estudo de Kevin Murphy, da Universidade do Sul da Califórnia, mostrou que a média dos salários anuais dos executivos americanos pulou de menos de 2 milhões de dólares, nos anos 1970, para cerca de 3 milhões de dólares, nos anos 1980, para mais de 5 milhões de dólares, nos anos 1990, e mais de 10 milhões de dólares neste início de século.

Não se pode esquecer, no entanto, para não demonizar os bancos apenas, que boa parte dos executivos são, de fato, gestores das fortunas dos ricos em geral, pessoas de todas as camadas empresariais, da indústria, do comércio, da agricultura e dos serviços, cujas rendas também engordaram muito nos últimos anos. Um estudo do Boston Consulting Group mostra que, em 2007, a soma da riqueza dos 10,7 milhões de pessoas com mais de 1 milhão de dólares de poupança financeira foi de 109,5 trilhões de dólares, um aumento de 4,9% em relação a 2006 (o número de milionários aumentou mais, 11,2%).

Se a fúria do público tem lógica por estar orientada contra os executivos dos bancos, a fúria dos mercados, sempre tão elogiados pelos liberais, foi, digamos assim, cega, porque se voltou contra algumas das maiores criações do próprio sistema financeiro. Ela destruiu, por exemplo, as pérolas da coroa do sistema de Wall Street, os seus grandes bancos de investimento. Eles eram cinco e seus nomes são conhecidos de todos os que têm um conhecimento mínimo das finanças internacionais: Bear Stearns, Lehman Brothers, Merryll Lynch, Morgan Stanley e Goldman Sachs. O mais famoso de todos era o Goldman. Ele foi o símbolo de uma época.

Nessa época nasceu um novo conceito de risco nos negócios. Em abril de 2006, quando o Goldman Sachs era dirigido pelo atual secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, *The Economist* publicou um artigo de capa sobre o banco no qual o apresentava como a figura central de duas décadas que transformaram os mercados financeiros e criaram um novo enfoque para o risco. "O risco dos negócios era considerado até então um fato da vida; mas, hoje", dizia a revista, "os riscos são fatiados e empacotados em combinações que se adaptam aos interesses dos emitentes das dívidas e dos aplicadores". No centro dessa mudança, dizia *The Economist,* está o desenvolvimento de enormes mercados de *swaps* – de troca –, derivativos – contratos derivados de outros – e novos, complexos e geralmente opacos instrumentos de transferência de risco de uma parte para outra". De um começo modesto em 1987, o valor de face dos contratos de derivativos baseados em taxas de juros e variações das moedas tinha chegado, em 2006, a 200 trilhões de dólares, 16 vezes o produto interno bruto anual dos EUA. Deveriam ser contabilizados ainda, dizia a revista, mais 17 trilhões de dólares (na época; em meados de 2008, eram 62 trilhões de dólares) em cada vez mais novos instrumentos de *credit default swaps* (CDS), que permitiam aos aplicadores em títulos de dívida transferir o risco de os emitentes dos papéis não os honrarem.

TUDO ISSO É PASSADO

O Goldman Sachs era o indiscutível líder desse surto criativo. O valor de face dos derivativos que envolviam o banco passava, em 2006, de 1 trilhão de dólares ante um capital dos sócios do banco de apenas 28 bilhões de dólares, uma alavancagem, como se diz no mercado, de quase 40 vezes.

Esses negócios proporcionavam ao Goldman lucros espetaculares, 125 bilhões de dólares na década entre 1996 e 2005, três vezes mais que na década anterior. O salário médio dos 24 mil funcionários da empresa, incluindo uma multidão de assistentes e secretárias, tinha sido, em 2005, de 520 mil dólares.

Tudo isso é passado, no entanto. A crise acabou com todos os "cinco grandes" bancos de investimento de Wall Street, com o Goldman Sachs inclusive. O Bear Stearns, com apoio financeiro do Federal Reserve e do Tesouro americano, já fora vendido para o JP Morgan Chase, um banco comercial, em meados de março, no meio da crise do mercado de hipotecas imobiliárias dos EUA, iniciada em meados de 2007. Os outros quatro se foram em uma semana. Na segunda-feira de 15 de setembro, quebrou o lendário Lehman Brothers, de 158 anos, o único para o qual as autoridades monetárias americanas não montaram um plano de salvação, talvez

porque ainda não vislumbrassem o tamanho da crise. No dia seguinte, foi arrumado um casamento forçado pelo qual o Merrill Lynch passou para o controle do Bank of America, outro banco comercial. Cinco dias depois, o Federal Reserve autorizou o Morgan Stanley e o Goldman Sachs a mudarem seu status de banco de investimento, muito mais livre para todos os tipos de negócios, para banco comercial, bastante regulado pelo Federal Reserve. Nos dias seguintes, os japoneses do Mitsubishi Financial compravam 20% do Morgan e Warren Buffet, um dos homens mais ricos do mundo, depositava 5 bilhões de dólares no Goldman, em troca de ações preferenciais.

O descontrole dos mercados não destruiu apenas as casas financeiras que haviam criado a ilusão de que o risco tinha sido diluído e eliminado. Levou à suspensão, inclusive, negócios tradicionais do mercado, como as chamadas vendas a descoberto. Nas operações a descoberto, o aplicador aposta contra a cotação de um papel – acha que seu preço vai cair. Então, aluga o papel, vende depois de algum tempo, compra mais tarde (a preço mais baixo), devolve o papel ao dono original e paga o aluguel. Se sua aposta está certa, se o preço está caindo de fato, entre o preço da venda e o preço da compra mais o aluguel, sobra uma diferença para o apostador. Por volta de meados de outubro, as vendas a descoberto haviam sido proibidas para mais de mil papéis, como os dos bancos e seguradoras, em todos os países capitalistas ricos. O arcebispo anglicano de York, Inglaterra, John Sentamu, chamou os vendedores a descoberto de "ladrões de banco e surripiadores de ativos".

A rigor, no entanto, como lembrou em longo artigo, no meio da crise, o *Financial Times*, principal diário financeiro londrino, um contrato de proteção – de *hedge*, em inglês – para a variação de uma moeda contra a outra, por exemplo, é geralmente a aposta de que uma vai oscilar contra a outra – uma vai cair em relação a outra, portanto. Há sempre, então, o princípio da venda a descoberto. E se lucrar com a miséria alheia, no caso, com a queda de uma moeda, parece imoral, e, mais imoral ainda porque se está vendendo e comprando o que não se tem, mas apenas se alugou, não se pode esquecer que é desse modo que funciona o sistema.

Bear, Morgan, Goldman, Lehman, Merrill Lynch: todos os "cinco grandes" de Wall Street se foram, praticamente numa semana

Reuters

A MÃE DE TODAS AS CRISES COM A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA, OS EUA SAÍRAM DA ESTAGFLAÇÃO DOS ANOS 1970. POR ESSE MESMO CAMINHO, PORÉM, LEVARAM A ECONOMIA GLOBAL A SUCESSIVAS CRISES

Os EUA saíram da grande crise iniciada com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 com um sistema financeiro regulado. Em 1933, o Congresso americano aprovou uma lei bancária, o Glass Steagal Act, que estabeleceu uma rígida separação entre os diversos tipos de mercados financeiros, para direcionar o dinheiro a atividades produtivas. Depois da Segunda Guerra Mundial, uma Lei do Emprego estabeleceu para o banco central do país não só o objetivo de controlar a moeda mas o de "promover o máximo de emprego, produção e poder de compra". No fim dos anos 1970, para sair da crise de estagflação – baixo crescimento econômico e inflação alta – que enfrentaram depois dos anos dourados do pós-guerra, os americanos saíram na direção oposta. O Estado bancou uma elevação de juros que levou a dívida pública do país de 1 trilhão de dólares para 6 trilhões de dólares entre 1980 e 2000 e restabeleceu as condições para a existência de um sistema de especulação monetária globalizado e mais sofisticado. Quase como um coroamento dessa liberalização, em 1999 é aprovada a Gramm-Leach-Bliley, que, na prática, revoga o Glass Steagal Act.

A primeira crise desse processo de financeirização foi a do início dos anos 1980, com a quebra de vários países do Terceiro Mundo, quando os EUA elevaram os juros globais e o peso da dívida arrastou para o fundo os países endividados, como o Brasil. A seguinda foi a crise do Japão, que parecia despontar para a liderança da economia global a partir de um surto financeiro próprio e acabou, nos anos 1990, numa situação de depressão econômica, em função do estouro de uma bolha imobiliária em alguns aspectos semelhantes à vivida atualmente pelos EUA.

Nos anos 1990, a financeirização chega a um novo patamar. Com o desmantelamento da URSS e do sistema econômico alternativo que ela pretendeu construir, a Bolsa de Nova York tem o seu maior surto de expansão da história. E as empresas de informática, de telecomunicações, de entretenimento, de exploração da internet parecem revolucionar não apenas a técnica mas também a cultura global.

Os imóveis pareciam a salvação: entre 2002 e 2006, o valor global das casas americanas se elevou de 9 trilhões de dólares para 22 trilhões

AFP

Nesse impulso, forma-se no setor financeiro um consenso que leva, inicialmente, ao atrelamento das moedas nacionais dos países dependentes ao dólar, graças a políticas de juros internos muito altos nesses países, que dá origem, no Brasil, por exemplo, ao Plano Real (entre 1995 e 1999, o real, moeda brasileira criada sob o comando de equipe montada por Fernando Henrique Cardoso e mantida no primeiro mandato de seu período presidencial, valeu praticamente um dólar). A fase final do processo de financeirização é marcada por diversas crises. Primeiro, das moedas atreladas ao dólar, que desabam: a do México (1994); as da Ásia (1997); a do Brasil (1999). Em 2000, a crise chega aos EUA, com o estouro das empresas de novas tecnologias que fez afundar a Bolsa nova-iorquina. Pode-se dizer que a grande crise que começa simbolicamente agora, com o desaparecimento de todos os cinco grandes bancos de investimento de Wall Street, é o final da etapa de financeirização. Nessa fase, deve-se incluir o esforço de guerra feito pelo governo do presidente americano George W. Bush que ainda deu impulso à economia americana por oito anos. E a famosa crise das hipotecas *subprime*. A guerra é uma forma conhecida de estímulo econômico. As duas, a do Iraque e a do Afeganistão, custaram, diz o Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, cerca de 3 trilhões de dólares. O esquema dos financiamentos *subprime* é menos conhecido e deve ser visto com mais detalhe, para ajudar a entender melhor até onde foi, na prática, o processo de financeirização no centro do império americano.

OS SONHOS DO *SUBPRIME*

O economista João Sicsú, diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que o esquema de financiamentos *subprime* é uma ligação dos sonhos de casa própria de camadas mais pobres na população americana com os sonhos de renda cada vez mais alta dos financistas modernos. Eram empréstimos de tipo novo, desenvolvidos a partir dos anos 2000 para atrair os mais pobres. Uma das características principais desses empréstimos era a evolução das parcelas de pagamento, organizada de forma oposta à dos antigos, conhecidos no Brasil como da "tabela price", nos quais as prestações iniciais são mais altas e as últimas, mais baixas. Nesses novos contratos, as prestações eram crescentes.

Eram contratos caros, diz Sicsú. Cobravam juros mais altos; as prestações mais baixas iniciais, para atrair o comprador, eram compensadas por prestações mais altas, numa segunda etapa. Eram contratos considerados de alto risco, diz também o economista: estavam garantidos pelo trabalho, às vezes informal, com ganhos potencialmente variáveis, portanto. E só funcionaram nos primeiros anos, de 2000 a 2006, época em que prevaleciam nos contratos as prestações mais baixas e os preços dos imóveis subiram muito.

O diário financeiro nova-iorquino *The Wall Street Journal,* na sua edição do último 23 de outubro, conta uma história que ilustra praticamente o que diz Sicsú. Duas irmãs, Olívia Pedroza e Veronica Bañuelos, e seus maridos, compraram casas, em 2006, uma ao lado da outra, em Los Baños, na Califórnia. Nos últimos anos, a cidade atraíra trabalhadores mais pobres que atuavam na construção das casas dos engenheiros e técnicos que se instalaram no Vale do Silício, 130 quilômetros a noroeste, no surto anterior da economia americana, nos anos 1990, fase da expansão das empresas de internet e telecomunicações. Em Los Baños, diz o *WSJ*, depois de cinco anos de expansão da construção de moradias, em 2005, uma incorporadora vendia casas de três quartos por 300 mil dólares, três vezes o que cobrava em 2000. Os Pedroza e os Bañuelos compraram casas parecidas, de quatro quartos, por 350 mil e 375 mil dólares respectivamente, totalmente financiadas pelo Bank of America. E contaram ainda com apoio de uma ONG, Acorn Housing Corp, estimuladora de compras da primeira casa própria, da própria construtora das casas, a Hovnanian Enterprises, que pagou 12 mil dólares das despesas dos contratos das duas residências, e de uma agência imobiliária do estado da Califórnia, que também contribuiu com um empréstimo de 12 mil dólares para a compra da casa dos Pedrosa. Os dois maridos eram pintores de imóveis e tinham rendas em torno de 3,2 mil dólares mensais com as quais imaginavam que pagariam suas despesas correntes mais a prestação inicial das casas, de 2 mil dólares, ainda mais porque esperavam que o *boom* imobiliário em Los Baños continuasse.

BROOKLYN DAILY EAGLE

WALL ST. IN PANIC AS STOCKS CRASH

Attempt Made to Kill Italy's Crown Prince

Hollywood Fire Destroys Films Worth Millions

High Duty Group Gave $700,000 to Coolidge Drive

Reprodução

1929: a segunda grande crise

Não foi o que aconteceu. Pouco antes de fecharem os negócios, em praticamente todos os estados americanos o preço dos imóveis tinha começado a cair. Em Los Baños, os preços desabaram, os dois maridos perderam grande parte de suas rendas por causa da desaceleração da construção civil. Os Pedroza perderam a casa por execução judicial e hoje pagam 750 dólares de aluguel por um apartamento de dois quartos no centro da cidade. Os Bañuelo pararam de pagar o imóvel há quatro meses. No quarteirão do subúrbio onde os dois casais construíram suas casas e onde os Bañuelo ainda resistem, 5 dos 16 imóveis estão vazios. Na entrevista ao *WSJ*, as irmãs dizem que esperam um refinanciamento dos contratos por parte do Bank of America.

O MILAGRE DAS CASAS

Para entender outra parte essencial da crise dos empréstimos *subprime*, deve-se ver o quadro mais amplo. Contratos como os dos Bañuelo e dos Pedrosa com o Bank of America se desenvolveram em escala monumental no país a partir do começo dessa década. De certa forma, salvaram os americanos de uma recessão dramática em 2002, depois do estouro da bolha financeira das empresas de novas tecnologias. Em 2001, as corporações americanas sofreram a recessão mais profunda dos EUA desde a dos anos 1930. Entretanto, a despeito da perda com ações e da queda dos salários, os americanos continuaram consumindo, porque a subida dos valor dos imóveis, de 2002 até 2006, compensou essas perdas. Foi como um milagre: o valor das casas nos EUA foi de 9 trilhões de dólares para 22 trilhões de dólares.

>>

Terceiro ano consecutivo no Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

É, tem muita gente vendo o trabalho da Petrobras.

A Petrobras conquistou novamente o direito de figurar entre as empresas mais sustentáveis do mundo. Pelo terceiro ano consecutivo, ela faz parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, uma das principais referências do mundo para os investidores. E não pára por aí. A avaliação da Petrobras este ano subiu três pontos em relação ao ano passado. Quando uma empresa se destaca em questões como gestão de marca, recursos humanos, cidadania e meio ambiente com transparência, todo mundo vê o resultado.

Dow Jones Sustainability Indexes
Member 2007/08

PETROBRAS
O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia
BRASIL UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

>> Contratos *subprime* como os da história das duas irmãs eram de alto risco, mas desapareceram dos balanços dos bancos. Formalmente, não foram negócios feitos com os bancos. Foram feitos com fundos de investimento, pessoas jurídicas próprias, com balanços próprios, embora ligadas aos bancos. Nos bancos, ficavam apenas as contas desses fundos. Os fundos possuíam os contratos dos Pedroza e dos Bañuelos como seus ativos, receitas que se realizariam a longo prazo. No curto prazo, se financiavam nos bancos, a taxas de juros muito inferiores às que cobravam dos compradores dos imóveis. Os fundos, além disso, se apoiaram no sofisticado mercado financeiro americano para fatiar e reempacotar os riscos dessas hipotecas imobiliárias de casas de pessoas mais pobres. Desenvolveram-se "produtos" financeiros híbridos, com diversas *tranches*, ou seja, com partes separadas de diferente valor e diferentes taxas de juros correspondentes aos riscos diferentes de cada parte, avaliados, às vezes, por diferentes agências de *rating*.

E bancos aparentemente acima de qualquer suspeita, como o Goldman Sachs, o *crème de la crème* da chamada indústria financeira de Wall Street, vendiam esses produtos com novas transformações. Seus riscos eram trocados por outros, através de contratos derivativos. Dessa forma, as hipotecas *subprime*, hoje consideradas tóxicas, espalharam-se pelas veias do vasto sistema financeiro desregulamentado.

O *crash* começou com a falência de umas poucas dezenas desses fundos imobiliários no início de 2007, quando o preço dos imóveis dos EUA já estava em queda há meses e os fundos não conseguiam mais empréstimos de curto prazo a juros baixos para se financiar no dia-a-dia.

Na base da crise estava gente como os Pedroza e os Bañuelos, que não pagava mais suas prestações e estava sendo expulsa das casas. E estas, vazias, valiam menos ainda. E estavam sendo vendidas em leilões de liquidação, para gente com mais dinheiro, evidentemente. No próximo bloco, veremos como os bancos, que eram os patronos escondidos de todo o processo, entraram em crise. E ver ainda a solução anglo-americana para esta crise: promover a concentração bancária e esperar que, com bancos maiores, o problema se resolva.

A SOLUÇÃO BROWN A CRISE COMEÇOU COM A PERDA DE RENDA DE CAMADAS POBRES DE TRABALHADORES. A SAÍDA DE EMERGÊNCIA DO PRIMEIRO-MINISTRO BRITÂNICO: O ESTADO FORTALECE OS GRANDES BANCOS

Criar um fundo de investimento, uma entidade jurídica separada do banco, para receber depósitos em nome da posse de uma futura casa própria, de gente como os Pedroza e os Bañuelos, significou, inicialmente, uma grande vantagem para o sistema financeiro. Trouxe para o sistema, na forma de poupança a longo prazo, boa parte da renda desse pessoal. O dinheiro dessa gente passa pelos bancos como uma conta corrente, ou seja, uma conta de entra e sai, na qual todo mês se recebe uma renda e todo mês ela é gasta nos pagamentos de aluguel, alimentação, transporte, etc. Isso já serve ao banco, que vive de emprestar a prazo médio e longo o dinheiro da conta corrente dos Pedroza, dos Bañuelos e de outros. Como são milhões de pessoas e o dinheiro não sai imediatamente de suas contas correntes, na média dos dias o banco tem sempre muito dinheiro para emprestar a juros, a prazos mais longos. Isso serve para quem quer investir e para quem quer descontar duplicatas, antecipar o recebimento de vendas a prazo já realizadas, já faturadas, como se diz.

Mas, se o dinheiro desses trabalhadores pode ser capturado numa conta de poupança, se eles se comprometem por meio de um contrato, como os Pedroza e os Bañuelos o fizeram ao comprar suas casas, a depositar 2 mil dólares todo o mês pelos próximos 20 anos, isso significa muito mais dinheiro para os negócios do banco, para seus empréstimos a juros.

E se esse dinheiro cair na conta de um fundo, muitas vezes do próprio banco, melhor ainda. O balanço do fundo é separado do do banco, pois o fundo é, normalmente, uma entidade jurídica não financeira: tem menor supervisão das autoridades monetárias, portanto. Os Bañuelos e os Pedrozas continuam com suas contas correntes no banco. Mas procuram ter mais renda e gastar menos para que todos os dias de pagamento das prestações da casa tenham os 2 mil dólares para honrar o compromisso.

A DÍVIDA VIRA *SECURITY*

Há outras vantagens para o sistema: o compromisso dos empréstimos é agora um ativo do fundo financeiro, que pode ser securitizado, transformar-se no que os financistas chamam de uma *security,* um papel que pode ser vendido no mercado. Não é, formalmente, um ativo do banco. Não é o banco o responsável direto por garanti-lo na grande cadeia de negócios que se formou envolvendo o fatiamento do risco da hipoteca do imóvel, seu empacotamento junto com outros negócios, a avaliação do novo papel, seu lançamento e venda no mercado. E, melhor ainda, todas essas operações geram comissões que envolvem e recompensam o sistema.

Mas, de repente, os Bañuelos e os Pedroza foram privados de suas rendas. E a crise começou. Ela se tornou visível no início de 2007 com a quebra de umas poucas dezenas desses fundos. Em setembro de 2007, assumiu forma espetacular. Com uma corrida para sacar depósitos pessoais do banco, como não se via na Inglaterra desde 1880, quebrou o Northern Rock, banco muito envolvido com os chamados Veículos de Investimento Estruturados (SIVs, na sigla em inglês), lotados de hipotecas *subprime*. E em fevereiro de 2008, nos EUA, o governo teve de estruturar uma grande operação mediante a qual

POOL New / Reuters

Brown: a idéia é intervir nos bancos para fortalecer os maiores e facilitar a concentração

depositou 30 bilhões de dólares para jogar o Bear Stearns, um dos cinco grandes bancos de investimento de Wall Street, sob a proteção do JP Morgan Chase, um banco comercial. O negócio foi feito, como se diz, na bacia das almas: o Bear, cuja ação era negociada na Bolsa de Valores de Nova York a 200 dólares em 2006, foi comprado pelo Morgan com base no preço de 2 dólares a ação.

Mas o incêndio que ainda lavra nas finanças do mundo capitalista desenvolvido pegou, de fato, com o pedido de falência do outro grande banco de investimento americano, o Lehman Brothers, a 14 de setembro, uma segunda-feira, depois de um fim de semana de desespero, no qual, a despeito de negociações frenéticas entre banqueiros internacionais, dirigentes do banco central e do Tesouro dos EUA, não se achou uma saída comercial legal para o Lehman.

Os EUA, em certo sentido, são um país mais democrático que o Brasil. Não têm um governo com poderes para editar com força de lei Medidas Provisórias a torto e a direito na área econômica, como no nosso País. Uma saída para a crise das hipotecas *subprime*, então espalhadas por todo o sistema e pesando muito sobre os grandes bancos, já havia sido insistentemente procurada. Em outubro de 2007, o Bank of America, o Citigroup e o JP Morgan Chase, os três maiores bancos do país, tinham anunciado um fundo financeiro que se chamaria Master Liquidity Enhancement Conduit (MLEC), algo como Conduto para Implementação de uma Liquidez Máster. Conhecido como Super SIV, ele fora imaginado para aliviar a crise dos tais Veículos de Investimentos Estruturados ligados aos bancos, que começaram a ter dificuldades de se financiarem no dia-a-dia, no *open market*, onde esses empréstimos são feitos. Uma das complicações era o fato de os ativos dos SIVs serem avaliados por modelos de computação conhecidos como *mark to model,* ou seja, não pelo *mark to market, a* chamada marcação a mercado, na qual todos os ditos *players* têm sua vez. Analistas chegaram a dizer que o *mark to model* acabava implicando a valorização de ativos na linha dos objetivos da empresa construtora do modelo, como fazia a Enron, tida como um símbolo das desgraças do estouro da bolha das ações na década anterior.

O Super SIV fracassou, a despeito de a idéia ter sido defendida pelo secretário do Tesouro, Paulson. E fracassou, se diz também, devido ao fato de um dos elaboradores do projeto ser o Citibank, sabidamente um dos que tinham maior exposição em SIVs. Quando a crise estourou, o grande banco aparentemente menos envolvido com a crise *subprime* e em situação melhor para engolir o Lehman era o Morgan, que, no entanto, ainda deglutia o Bear Stearns, operação muito complicada feita, sob pressão, com grande apoio federal.

A QUEM SALVAR?

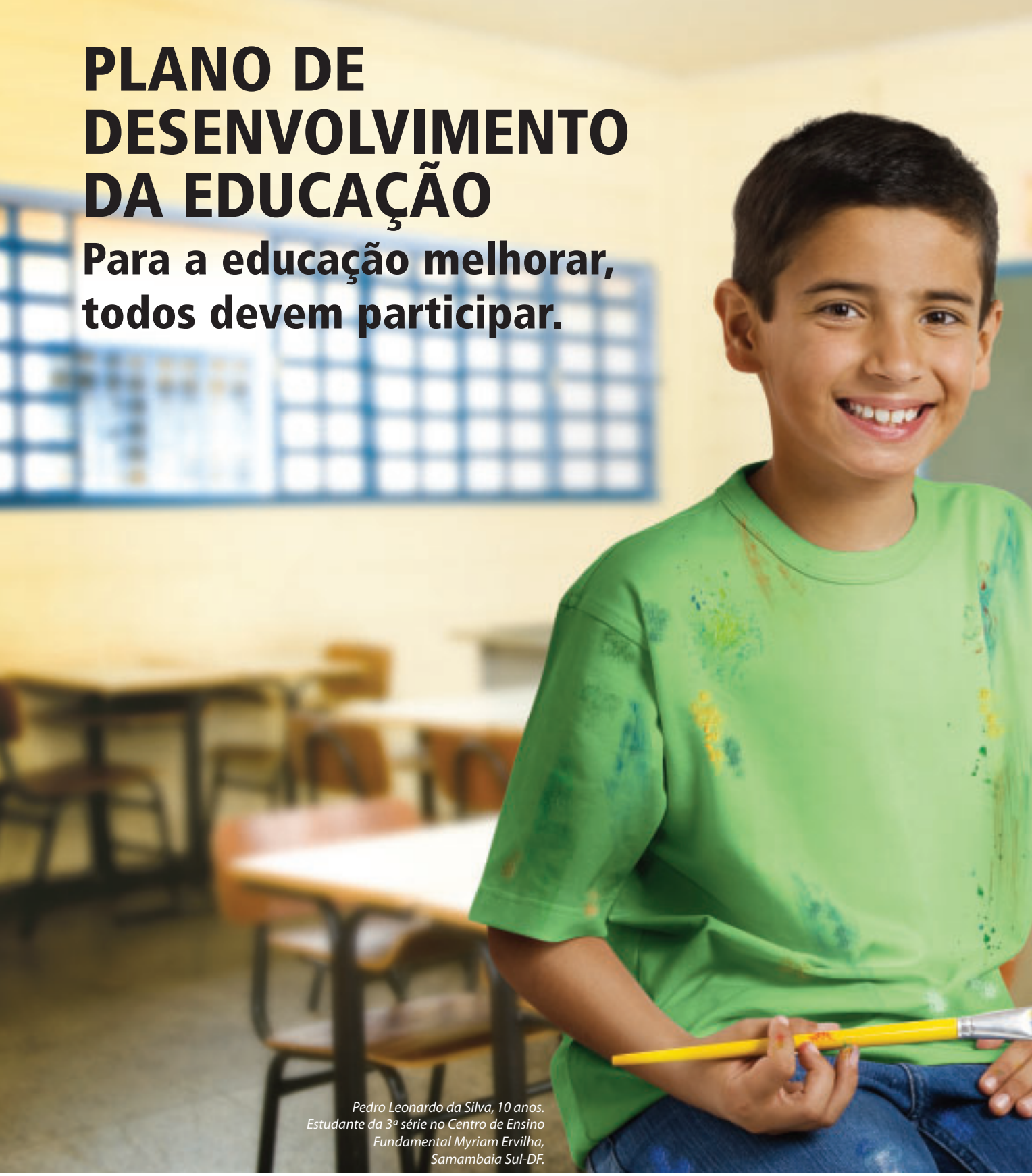
Mais ainda: o Fed e o Tesouro não tinham apenas o Lehman à beira do precipício. As ações dos outros três grandes do investimento – Merrill Lynch, Goldman e Morgan Stanley – também despencavam. E, no mesmo fim de semana, chegou à beira do poço a seguradora American International Group (AIG), uma das maiores do mundo, também com gravíssimos problemas em CDSs, contratos contra garantia de quebra, e perdas bilionárias no mercado das *subprime*. O governo escolheu salvar a AIG, estatizada com uma injeção de 85 bilhões de dólares que deram ao governo 80% do controle da companhia.

A esperança era de que o mercado, sozinho, ou mesmo apenas com ajudas pontuais do governo, como as que vinham sendo feitas, se manteria de pé, funcionando, mesmo com a quebra espetacular do Lehman. Não foi o que aconteceu, no entanto. O mercado derreteu. Merrill Lynch, Goldman e Morgan Stanley se foram, como bancos de investimento independentes. O Bank of America levou o Merrill Lynch. Os japoneses puseram uma perna no Morgan Stanley. Warren Buffet despejou dinheiro no Goldman. Outros bancos e fundos despencaram.

Na dia 16 de setembro, terça-feira, à noite, Paulson e o presidente do Fed, Ben Bernanke, reuniram-se com líderes democratas e republicanos no Congresso para explicar a compra da AIG. "São eventos enormes, momentosos, com implicações cataclísmicas", disse o senador Chris Dodd, depois da reunião. Uma idéia mais realista do momento já se tinha ao meio-dia. Diariamente, a essa hora, em Londres, os 16 prin- >>

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Para a educação melhorar, todos devem participar.

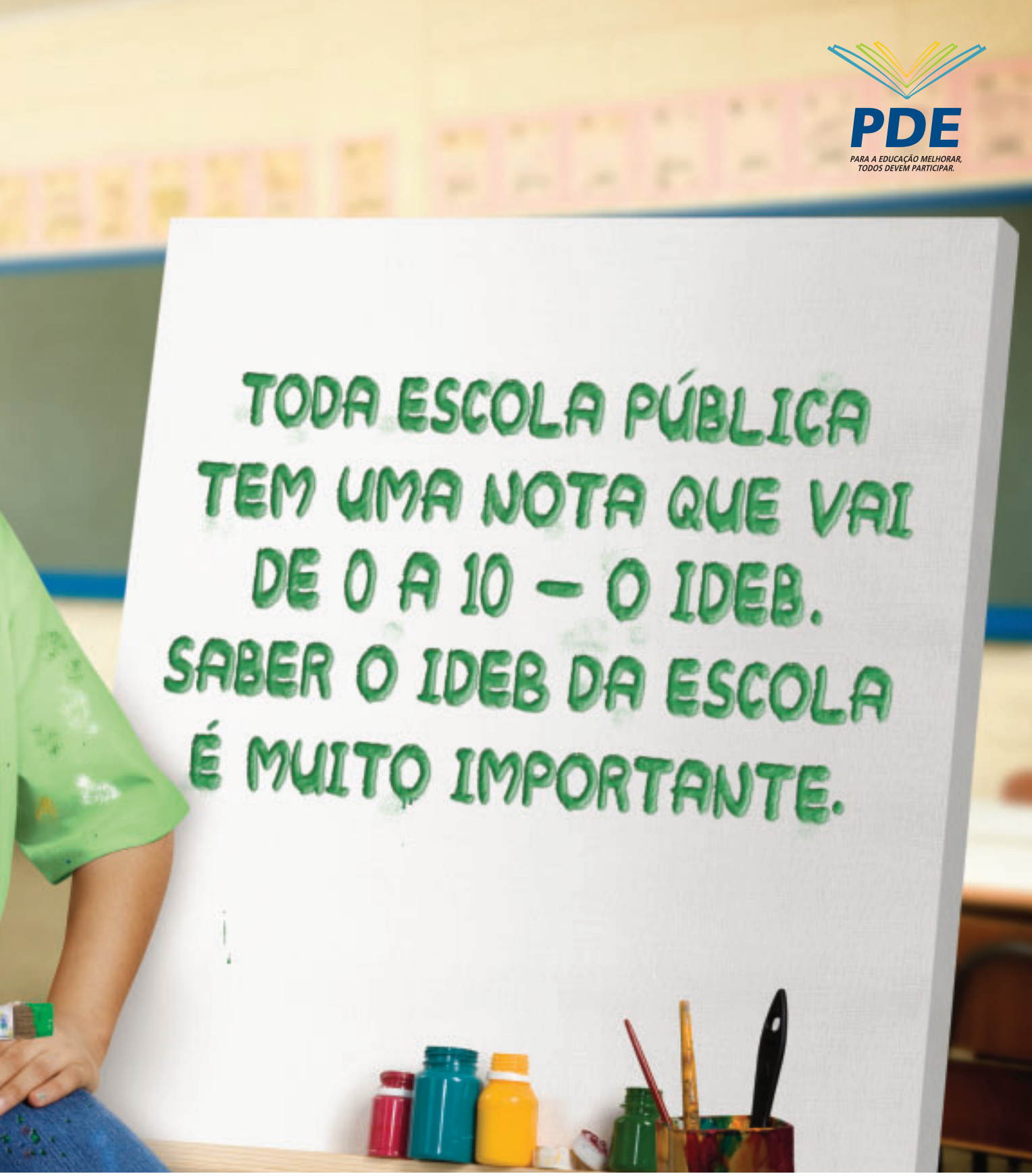


Pedro Leonardo da Silva, 10 anos. Estudante da 3ª série no Centro de Ensino Fundamental Myriam Ervilha, Samambaia Sul-DF.

Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que mostra a qualidade da escola pública. Quanto mais alto é o Ideb, melhor para todos. Fique de olho.

PDE

PARA A EDUCAÇÃO MELHORAR, TODOS DEVEM PARTICIPAR.



www.mec.gov.br | 0800 616161

Ministério da Educação

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

>> cipais bancos revelam a Libor (London Interbank Offered Rate), a taxa oferecida em Londres para os empréstimos em dólar, no interbancário, no *overnight*, de um dia para outro. Foi um susto: a Libor pulou de 3,10625% para 6,4375%, o maior salto de que se tinha notícia na história das finanças londrinas. O mercado interbancário, de empréstimos de um banco para outro no dia a dia, é base do sistema bancário. Os bancos, que no geral tinham os ativos tóxicos, ficaram com medo que os outros bancos, a quem emprestassem, também os tivessem. E, além de caro, o interbancário ficou travado.

Na quinta de manhã, dia 18, com os mercados no chão, o presidente Bush convocou uma rede nacional de televisão de dois minutos, para acalmar "o povo americano". Passou a tarde reunido com Paulson e seus assessores econômicos. À noite, Bernanke e Paulson foram ao Congresso para anunciar não uma defesa do mercado livre, como pretendiam ainda alguns deputados, mas uma grande intervenção estatal: a elaboração de um plano que se poderia chamar de desintoxicação do sistema, no qual o governo federal reservaria muitas dezenas de bilhões de dólares, estimava-se, para compra de ativos tóxicos, como eram chamados os das hipotecas *subprime*.

Na segunda-feira, 22, os congressistas receberam o plano. Ele foi conhecido como Plano Paulson. O ex-dirigente do Goldman foi, de fato, seu principal autor. Bernanke, diz-se depois, achava que o secretário do Tesouro estava ainda com escrúpulos liberais na parte econômica. Paulson queria uma intervenção que se mantivesse, de certo modo, externa aos bancos. O fundo compraria os papéis envenenados em leilões.

O TERROR NAS FINANÇAS

De fato, Paulson era muito menos liberal na parte política: o fundo seria uma espécie de Comitê da Salvação Pública da época do terror da Revolução Francesa: suas decisões seriam inapeláveis, sem possibilidade de revisão pelo Congresso ou pela Justiça.

O plano não passou. George Soros escreveu contra ele. O plano não fazia sentido economicamente, foi seu argumento. Em leilões, os vendedores deixariam na mão do governo os mais tóxicos dos ativos tóxicos. O plano também não encaminhava o problema do crédito interbancário, totalmente parado, escreveu Soros em seu artigo. Os empréstimos interbancários são instrumento essencial do modelo bancário vigente, no qual os bancos menores trabalham com seus caixas diários no mínimo, para emprestarem o mais possível; e freqüentemente precisam de empréstimos de bancos maiores.

Soros atacou também, no artigo "Não se deve dar um cheque em branco a Paulson", os aspectos antidemocráticos das medidas de emergência pedidas. O plano, se aprovado, representaria "a realização final do sonho do governo Bush quanto a um Executivo unitário", escreveu. No dia 29 de setembro, a Câmara dos Representantes rejeitou o plano, por 228 votos a 205. E os mercados afundaram mais. A Libor deu um pulo ainda maior do que dera com a queda do Lehman: foi de 2,57% para 6,88%.

O plano americano foi sendo progressivamente alterado à medida que os governos dos países capitalistas ricos e seus principais funcionários – e os financistas privados que os assessoravam – foram se dando conta da gravidade da situação e procurando uma saída. O plano apresentado à Câmara dos Representantes por Paulson tinha 3 páginas. Emendado na Câmara para a votação na qual foi rejeitado, estava com 110 páginas. E foi finalmente aprovado no dia 3 de outubro com 450 páginas. Nas suas partes menos destacadas durante o debate nos EUA já estavam sugestões encaminhadas pelo grupo liderado pelo primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, que acabaram norteando as medidas de reação do mundo capitalista.

A Inglaterra criou o primeiro grande banco privado moderno, o Bank of London, em 1694, quando banqueiros, que haviam emprestado ouro ao rei a 8% ao ano, receberam o direito de emitir, na mesma quantidade, "bilhetes de banco", os precursores do papel-moeda atual. Marx diz que, no episódio, surge a dívida pública, que ele chama de capital fictício. "A dívida pública, ou seja, a alienação do Estado – absoluto, feudal ou republicano – imprime seu selo a era capitalista. O crédito público se converte no credo do capitalista. E, ao surgir a dívida do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há remissão, cede lugar ao perjúrio da dívida".

Brown é um dirigente do Partido Trabalhista. O PT inglês, no entanto, era um no pós-guerra, quando nacionalizou serviços públicos e diversas indústrias. E teve uma guinada liberal, nos anos 1990, com Tony Blair e o próprio Brown. Na crise financeira de agora, o trabalhismo inglês se tornou estatizante novamente. Foi um grupo liderado por Brown que percebeu e começou a trabalhar dia e noite, a partir do começo de outubro, numa solução para a crise financeira que envolvesse uma intervenção mais pesada do Estado no sistema bancário. A equipe de Brown trabalhou com assessoria de grandes bancos, entre os quais os ramos ingleses do UBS, suíço, e do JP Morgan, americano. Essa equipe entendeu que não havia uma solução externa aos bancos. Era preciso intervir neles, no caso, não assumindo o seu controle, mas participando do seu capital e determinando algumas políticas cruciais para enfrentar a crise. A razão, como disse Brown, é que "o mercado financeiro global deixou de existir".

A CRISE VAI ALÉM DOS BANCOS

O comitê inglês esboçou um plano de 400 bilhões de libras: 1) 50 bilhões para capitalizar os bancos, colocando o governo inglês como sócio dos maiores deles; 2) 100 bilhões para serem acrescentados aos créditos do Banco da Inglaterra para emprestar dinheiro aos bancos no curto prazo, não no *overnight*, mas por até três meses quando solicitado – uma eternidade nas condições existentes no mercado; 3) 250 bilhões para renovar os títulos de dívida dos bancos com o Banco da Inglaterra, por três anos, à medida que eles fossem vencendo.

A essa altura, Paulson também estava convencido de que esse era o caminho. A 8 de outubro, finalmente, em torno do Plano Brown, as principais potências capitalistas começaram a agir. Ainda sem muito sucesso, mas todas numa mesma direção. A idéia básica era fazer uma intervenção curta nos bancos. E devolvê-los aos capitalistas privados depois que o surto de descontrole fosse debelado.

Quando essa edição estava sendo fechada, no fim de outubro, avolumam-se os sinais de que a crise das hipotecas *subprime* iria colocar em cena mais do que bancos e fundos de investimento imobiliários de nomes esquisitos. De todos os cantos do mundo globalizado começavam a surgir histórias de gente como os Pedroza e os Bañuelos, prejudicada não apenas pelas voltas espetaculares do dinheiro, mas pelo descontrole da produção organizada em torno do extravagante mercado financeiro globalizado.

UMA (FALSA) SAÍDA PARA O BRASIL OS CONSERVADORES NÃO ADMITEM MUDAR AS POLÍTICAS ULTRALIBERAIS DO BC BRASILEIRO, QUE INCLUEM OS JUROS MAIS ALTOS DO MUNDO. E QUE NÃO FORAM REDUZIDOS SEQUER NO AUGE DA CRISE

O rumo do plano conjunto dos países ricos para enfrentar a crise financeira ficou definido na quinta-feira, 9 de outubro, tendo como base a solução Brown, de intervenção interna nos grandes bancos, com injeção de capital, sem assumir o controle dessas instituições. Ficaram faltando detalhes, a serem acertados com os próprios banqueiros. Os banqueiros ingleses trabalharam com o governo durante todo o fim de semana. Os americanos, que não tiveram grande participação na equipe comandada pelo primeiro-ministro britânico, foram convocados para uma reunião no Tesouro americano na segunda-feira, 13. Nesta reunião, ao que se diz, sem muita possibilidade de discordância, Paulson apresentou a decisão federal de injetar 250 bilhões de dólares de capital nos bancos. Para cada um dos quatro maiores, JP Morgan Chase, Bank of America, Citigroup e Wells Fargo, 25 bilhões. Mais 25 bilhões a serem divididos entre quatro menores na lista: 10 bilhões para cada um dos ex-bancos de investimento rebaixados a bancos comerciais, mas ainda independentes – o Morgan Stanley e o Goldman Sachs – e mais 3 bilhões para o Bank of New York Mellon e outros 2 bilhões para o State Street. Os 125 bilhões restantes, disse Paulson, ficavam reservados para bancos menores que se candidatassem ao apoio.

Enquanto a liderança anglo-americana acertava com seus banqueiros detalhes da solução já acordada, desenvolviam-se os preparativos finais da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), marcada há tempos para o sábado, 11 de outubro, em Washington. O ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, a pedido de Paulson, havia convocado, para a tarde de sábado, na capital americana, também uma reunião do

O BC devolveu dinheiro aos bancos para facilitar os empréstimos à produção; os bancos aplicaram de novo no BC, onde os juros são altos e é mais seguro

Agência Estado

G-20, o grupo de 20 países, formado pelos sete mais ricos, o G-7, e pelas nações em desenvolvimento mais destacadas, como China, Índia e Brasil.

As reuniões não foram muito mais que formalidades. As decisões básicas tinham sido tomadas antes. Na sexta à noite, Paulson e seu colega inglês, Alaistar Darling, reuniram-se para acertar com europeus e japoneses o que era básico. E, muito importante também, o que não era consenso e teria de ficar de fora.

Autoridades européias falavam muito. Falava-se, por exemplo, em uma nova Bretton Woods, no fim dos "paraísos fiscais". Os "paraísos" são um conjunto de países, com praticamente nenhuma autonomia política, aparelhados para servir aos projetos financeiros e fiscais das grandes corporações desde os anos 1960. Têm, basicamente, uma estrutura computacional e os endereços e caixas postais das empresas, cujas contas correntes reais estão em bancos nos EUA ou na Europa. Na grande maioria, são ex-colônias britânicas e seguem os americanos em decisões de política internacional nas Nações Unidas. E os americanos, em troca, garantem a eles o status de centros financeiros. Não se imagina que essa situação poderá mudar facilmente.

Obtido o consenso em torno do essencial, na sexta à noite, o sábado foi basicamente para as formalidades: a reunião dos ministros dos 24 países que formam uma espécie de comitê permanente do FMI na parte da manhã, a plenária dos 185 membros do Fundo, à tarde, e a reunião do G-20, depois. O presidente americano, George W. Bush, num gesto inesperado, foi a essa reunião e se sentou entre Paulson e o ministro da Fazenda brasileiro.

Mantega fez dois discursos, na plenária do FMI e no G-20. Seu tom foi de crítica, disse Rolf Kuntz, de *O Estado de S. Paulo*, que acompanhou as reuniões. O ministro brasileiro fez até uma ironia, disse Kuntz: aproveitou a oportunidade para lembrar a velha prática do FMI de apontar como exemplo de boa governança os mercados financeiros onde foi gerada a crise atual.

Infelizmente, nas finanças, o Brasil também não pode ser apresentado como um modelo, como quem deu grandes contribuições para evitar a crise. O Brasil, ao contrário, transformou-se especialmente nos últimos anos num centro para a especulação financeira internacional, como apontou *RB* em várias de suas edições desde o início deste ano.

Capitais registrados como estrangeiros – e muitas vezes de brasileiros, aplicados em fundos no exterior – participaram intensamente desse esquema. O movimento incluía a compra de ações brasileiras da Petrobras e da Vale, negociadas na Bolsa de Valores de Nova York e, dessa forma, quase automaticamente, também elevava os preços na Bovespa, a principal Bolsa brasileira, cujo índice é basicamente dominado pelo preço das ações dessas duas companhias. Simultaneamente, esses investidores entravam com dólares no mercado acionário brasileiro. E, aproveitando-se da alta nos preços das ações, compravam, na baixa, e vendiam, na alta, esses papéis, embolsando, ao sair, a diferença. Ganhavam também com a valorização da moeda nacional, um processo continuado de 2004 até 1º de agosto de 2008, que lhes permitia adquirir mais dólares na saída do que na entrada, devido à cotação mais baixa da moeda americana.

O BURACO DA CONTA CORRENTE

O resultado dessa especulação começou a provocar um buraco nas transações correntes do País – conta que mede entradas e saídas de moeda estrangeira no ano, inclusive seus lucros de compra e venda de ações. No fim do ano passado, o Banco Central brasileiro estimava que o País saísse de um saldo na conta de transações correntes, em 2007, para um déficit de 3 bilhões de dólares neste ano. Em março deste ano, o BC corrigiu a projeção do déficit para 12 bilhões de dólares. Com o resultado do mês de setembro, divulgado em fins de outubro, o déficit real atingiu 23,6 bilhões de dólares, sete vezes maior do que o projetado inicialmente. O número possivelmente chegará aos 34 bilhões de dólares, estimado por outra fonte do governo, o Ipea, meses atrás.

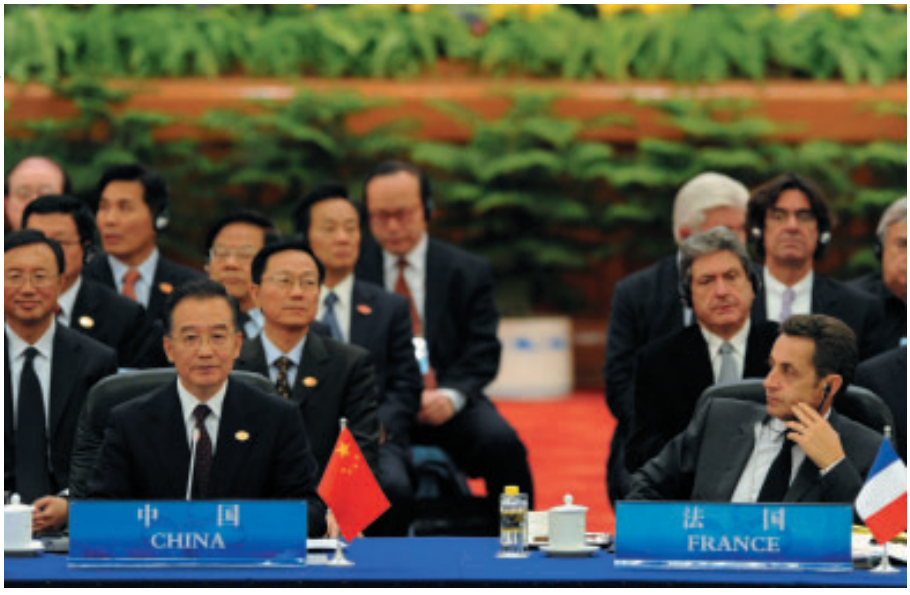
No resultado de setembro, é impressionante o volume de remessas de lucros e dividendos do capital estrangeiro, 3,44 bilhões de dólares. Esse resultado é uma verdadeira sangria: é maior que a média das remessas anuais das décadas de 1980 e 1990. "As empresas puxaram tudo que puderam", disse a *O Estado de S. Paulo* o analista André Sacconato, da consultoria Tendências. A avaliação é otimista: a puxada continuou. As contas do mês de setembro foram apresentadas no dia 23 de outubro pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. Na ocasião, Lopes disse aos jornalistas que, de 1º de outubro até o dia anterior, havia saído do País mais de 5 bilhões de dólares: 4,39 bilhões do mercado de ações e 840 milhões em aplicações em renda fixa, a maioria títulos do Tesouro Nacional.

Pelas medidas anunciadas, o governo não parecia ter uma solução adequada para esse grave problema. Foi decretada a redução a zero de algumas alíquotas do Imposto de Renda cobrado na entrada de investimentos estrangeiros no País. Os jornais publicaram também, e o ministro Mantega teria confirmado à *Folha de S. Paulo*, a possibilidade, que tinha voltado à lista de opções do governo, de uma anistia fiscal para os estimados 150 bilhões de dólares que teriam sido mandados ilegalmente para fora do Brasil por pessoas físicas e jurídicas nos últimos anos. Aparentemente, no sufoco, o governo estava imaginando estancar a sangria das transações correntes com transfusões de capitais vindos de fora. O problema, no entanto, é a saúde da economia brasileira.

A questão do câmbio é um reflexo de outra, a dos juros, a "anomalia tropical", assim batizada pelo economista Yoshiaki Nakano, da Fundação Getulio Vargas. Ele se refere à política de o Brasil manter as taxas de juros mais altas do mundo, desde meados de 1992, quando os financistas liberais passaram a tomar conta, sem interrupção até agora, das finanças nacionais (em 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor, o ministro da Fazenda era Marcílio Marques Moreira, que foi para o hoje falecido Morgan Stanley; e o presidente do BC era Francisco Gros, que foi para o Merrill Lynch, que também não mais existe).

Enquanto o mundo inteiro esteve promovendo uma derrubada dos juros, até o segundo fim de semana de outubro, no auge da crise, ainda era muito forte no Brasil a corrente dos que achavam que era necessário elevar, ainda mais, as taxas de juros internas. Seriam necessárias mais quatro elevações de juros até meados do ano que vem para passar a taxa dos atuais 13,75% aos 15,75% necessários na contenção da inflação do dólar, que disparou, disse Alexandre Schwartzman ao *Correio Braziliense* em meados de outubro. Schwartzman, economista-chefe do banco Santander, ex-diretor internacional do BC brasileiro, foi apresentado pelo diário como um dos principais

Reuters / POOL New



Wen Jiabao e Sarkozy: de que forma os americanos perderiam o gosto pelo capital fictício?

interlocutores do presidente do BC, Henrique Meirelles.

Mesmo a posição do ministro Mantega, sempre contrário à política de juros de Meirelles, não parecia, com a crise, ter tido um grande avanço nesse ponto. Antes, sua equipe no Ministério da Fazenda torcia para que o aumento de juros na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do final de outubro, ficasse em 0,25%, já que a alta era considerada inevitável. Com a crise, até as vésperas da reunião do Copom, quando este artigo foi concluído, o ministério de Mantega não tinha defendido publicamente uma redução dos juros.

Mantega, ao que tudo indica, esperava que uma nova redução dos juros, não aqui, mas nos EUA, tornaria o diferencial de juros entre o País e o exterior mais alto. E seria um fator favorável à atração de capitais internacionais.

Entretanto, o dólar disparou. E, assim, o mecanismo que facilitou a especulação massiva com a compra de reais por investidores estrangeiros, a valorização do real frente ao dólar, desapareceu. Com a valorização continuada da divisa americana de agosto até o fim de outubro, quem entrava com dólar no Brasil para especular e saía, pouco depois, tinha de ganhar muito, numa Bolsa em enorme desarranjo, para compensar a perda que teria ao comprar dólares mais caros na saída.

A taxa de juros muito alta tinha outro inconveniente dramático, considerando-se a crise de crédito que se abateu também sobre o Brasil: os bancos não tinham estímulo a emprestar, não só porque a crise exigia mais cuidado com os tomadores de empréstimo, mas também porque, a despeito de facilidades oferecidas pelo BC, como a redução expressiva do compulsório – a parte do dinheiro captado em contas correntes que os bancos têm de deixar, sem remuneração, no BC –, era mais negócio, evidentemente, pegar o dinheiro liberado e aplicar em títulos do Tesouro Nacional, que pagavam 13,75% ao ano, com risco quase nulo.

O PAÍS DAS *COMMODITIES*

Para compreender as dificuldades financeiras do País, chega-se, necessariamente, ao seu modelo de desenvolvimento. Muitos acreditaram que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia superado, a partir de 2005, o ciclo de 20 anos de estagnação da economia nacional, sem ter de alterar a política liberal de abertura total da economia do País e a política monetária de juros estratosféricos. O motivo dessa crença foi o crescimento da economia brasileira a partir daquele ano. A teoria era a de que teria havido uma mudança estrutural na economia mundial, que passara a premiar, como nunca, as vantagens comparativas de países produtores de *commodities* – como o Brasil, com recursos naturais abundantes, gigantesca extensão de área agricultável em região de clima favorável e um dos maiores exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais do mundo. A partir de 2005, os preços das *commodities* agrícolas dispararam. O que repetiu o ocorrido, desde o ano anterior, com os preços das *commodities* industriais.

Visto a partir da crise, esse cenário deve ser hoje reinterpretado. Os preços das *commodities*, agrícolas e metálicas, estão em queda, de um modo geral, já há algumas semanas. Trigo, milho, soja, suco de laranja, cobre, alumínio, níquel, zinco, chumbo, petróleo: tudo está caindo. A União Brasileira de Avicultura (UBA), no fim de outubro, estava recomendando aos criadores de frangos que reduzissem o número de pintos nas granjas, porque, se mantivessem os níveis de produção previstos, com a queda da demanda mundial provocada pela recessão, teriam graves perdas. Cinqüenta por cento da produção de frango no País é para o mercado externo. Os produtores de frango pensam em suas receitas, principalmente. O mercado interno está fraco e o externo está exigindo a renegociação dos contratos, disse Ariel Mendes, da UBA.

Tudo indica, portanto, que o Brasil não terá facilidades maiores para sair da crise, a despeito de sua várias vezes centenária condição de poder produzir muita matéria-prima.

Que nova ordem econômica internacional se pode esperar? Os europeus, com o presidente francês Sarkozy à frente, foram primeiro aos Estados Unidos e depois à China para iniciar as conversações de convocação de uma reunião de cúpula internacional para tratar de novas regras do jogo. A despeito de a crise estar centrada nos Estados Unidos, os capitais ainda procuram abrigo nesse país, que continua sendo o centro tanto da desordem como da ainda prevalecente ordem econômica global. No encontro com Sarkozy, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, disse que o capital fictício precisa ser mais controlado. A China tem reservas monetárias equivalentes a 1,8 trilhão de dólares, sendo a maior parte efetivamente em dólares americanos, o que significa dizer em títulos do Tesouro americano. De que maneira os EUA vão controlar sua criação de dívida pública, de capital fictício, como diria Marx, se estão vivendo além de suas posses, graças à dívida pública, há tanto tempo? ■

FORA DO EIXO, NO RUMO CERTO

Artistas sem espaço no circuito tradicional se organizam para construir novas cenas da cultura brasileira | *Lauro Mesquita*

Roqueiros de garagem, poetas de bairro, produtores locais e toda uma rede de artistas que dificilmente atravessariam a fronteira dos grandes centros econômicos do País têm se organizado em diversos núcleos para tentar promover sua produção em outros locais do Brasil (e do mundo) ou mesmo para utilizar a arte como aglutinador social. Exemplos não faltam.

Do Acre, no Norte, a Londrina, oeste paranaense, no Sul, passando por lugares pouco freqüentados pelos cadernos culturais da grande imprensa, e, até mesmo, na cidade de São Paulo, há uma efervescência na produção cultural, que vai de discos e livros a saraus, passando por grandes eventos, como festivais de música. Um exemplo é o Circuito Fora do Eixo, criado conjuntamente por produtores culturais, músicos, jornalistas e artistas, das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, no fim de 2005.

"Todos nós reconhecíamos que em Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR) havia ótimas bandas e cenas musicais que poderiam se perder pela falta de estrutura. Havia uma rede de bandas em comum e nós queríamos estimular a circulação delas, o intercâmbio de tecnologia de produção e o escoamento de produtos nesta rota desde então batizada de Circuito Fora do Eixo", diz Pablo Capilé, produtor de Cuiabá e ativo no circuito.

CIRCUITO INDEPENDENTE

Hoje, o Fora do Eixo se estende a 14 estados e, neste ano, promoveu shows com mais de 900 bandas em mais de 50 cidades. O circuito apóia principalmente bandas de rock independentes que, segundo Capilé, "se encontravam fora do roteiro de políticas culturais do Estado e das facilidades estruturais do eixo Rio-São Paulo". Como ele explica, a idéia é criar um circuito de cultura independente ("não só de música popular", faz questão de frisar) que vai dos espaços onde os artistas criam seu trabalho até a distribuição de seus produtos, passando por organização de apresentações, uma rede de jornalistas que cobrem essas cenas (principalmente por meio de blogs) e a associação entre diferentes selos independentes, para viabilizar a chegada dos produtos ao maior número de pessoas possível.

A união de pequenos selos em diferentes cidades levou bandas como Macaco Bong e Vanguart, ambas do Mato Grosso, e Los Porongas, do Acre, a obter excelentes vendagens de seus CDs e, com isso, conquistar uma projeção pouco esperada para bandas independentes e de locais bem afastados do eixo de TVs e grandes gravadoras. "O trabalho em rede e a divulgação pela internet possibilitou que o nome dessas bandas chegasse mais rápido a locais bem distantes", diz Capilé.

Em artigo publicado em *CartaCapital* no final de maio último, o antropólogo Hermano Vianna argumentou que a música do Brasil não precisaria mais do grande esquema de gravadoras, TVs, rádios, jornais e revistas. "O pessoal se cansou de esperar oportunidade, de reclamar da falta de espaço e atenção das gravadoras. Partiram para a ação, aproveitando o desenvolvimento tecnológico que tornou fácil e barato para qualquer banda produzir seus discos".

O Fora do Eixo foi além e juntou as casas noturnas de cada localidade em um circuito para que as bandas pudessem tocar no maior número de cidades possíveis. "É nessa rede que os músicos vendem seus CDs e garantem sua existência. Por isso, não basta só arrastar os músicos de um lugar para o outro e marcar shows para meia dúzia de pessoas. É preciso que o trabalho deles seja divulgado e repercutido em um esquema alternativo", diz Capilé.

O movimento faz isso por meio de uma rede de blogs, programas de rádios comunitárias, universitárias e on-line, que fazem a divulgação de cada uma das apresentações e de sua repercussão. Parte do trabalho desses blogueiros pode ser acessada pelo portal do Fora do Eixo (http://www.foradoeixo.org.br).

É também por meio da internet que integrantes das diferentes cenas musicais de cada localidade se conheceram e entraram em contato. De acordo com Capilé, outro fator importante é que os produtores culturais também entraram no circuito e, juntamente com as bandas, viajam por outras cidades para trocar experiências e se organizarem.

Alguns dos produtores do circuito, como o acreano Daniel Zen – que, entre outras coisas, administrava o selo independente Catraia Records e organizava o festival Varadouro – tornou-se secretário de Cultura de seu estado. "Ao longo do processo de organização do circuito, bandas, equipe técnica e produtores se qualificaram em suas atividades", diz Capilé.

NO TOPO, OS FESTIVAIS

Toda essa organização culmina com os grandes festivais organizados pelos núcleos de cada localidade. "Os festivais são o topo da nossa cadeia alimentar. É, na verdade, onde estão o resultado do trabalho do ano e as cenas de cada local", explica Capilé. A multiplicação desses eventos em vários estados brasileiros levou seus produtores a criarem a Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin).

A entidade conta com 33 eventos associados e começa a se organizar como um impor-

Divulgação Festival Calango/ Paulo Kid

tante agente cultural brasileiro. "Tudo que há de mais significativo na música brasileira atual passa pelos festivais independentes", afirma Paulo André, organizador do influente Abril pro Rock, em Recife (PE).

Segundo o presidente da Abrafin, Fabrício Nobre – que também toca na banda MQN e organiza os festivais Goiânia Noise e Bananada, na capital de Goiás –, o diferencial dos festivais ligados à associação é o compromisso com o cenário local onde ele está inserido. "De acordo com nosso estatuto, 75% das bandas escaladas para os eventos devem ser independentes [das gravadoras multinacionais]. Temos compromisso com a renovação da música nacional, o não atrelamento aos grandes conglomerados empresariais ou às grandes empresas de comunicação, e a intenção de trabalhar em parceria para desenvolvimento de circuito nacional de música independente", diz.

Por isso, um dos principais estímulos à criação da associação foi a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho. "Os festivais ligados a Abrafin não são apenas eventos pontuais que ocorrem num final de semana por ano sem maior conseqüência. Eles são o resumo de um trabalho diário de produtores, bandas, músicos, pequenos empresários da cadeia produtiva da música independente, que vivenciam, produzem e consomem música brasileira o ano todo", diz Nobre.

Em 2007, a entidade conseguiu fechar um patrocínio para os festivais no valor de 2,5 milhões de reais com a Petrobras e obteve mais 500 mil reais, por meio da Lei Rouanet. Os governos estaduais também têm se interessado por ações do tipo e o público cresce a cada dia. No ano passado, os então 26 eventos registrados na Abrafin reuniram cerca de 300 mil pessoas e movimentaram uma quantia superior a 5 milhões de reais, além de gerar, pelo menos, 5 mil empregos.

Parte desse sucesso é creditada à forte organização do movimento de música independente. Na opinião de Capilé, que também é coordenador político da Abrafin, a situação vem mudando graças à mobilização desse circuito e à mudança de mentalidade no Ministério da Cultura nos últimos anos. "Até há pouco tempo, o Ministério da Cultura agia muito mais como um ministério de artistas do que propriamente de cultura, no sentido mais amplo da palavra. Não havia espaço lá para manifestações contraculturais ou algo fora da compreensão *mainstream* da cultura brasileira. O ministério só dialogava com medalhões", diz.

Para Nobre, a organização tem de continuar. "Temos que nos organizar associativamente para poder mostrar articulação e volume, temos trabalhadores como em qualquer outro tipo de indústria". "Movimentamos muito dinheiro e temos pouco incentivo, e está na hora disso mudar. Vamos levantar números e nos mostrar para os governos, ministérios etc. Mostrar que vale a pena o investimento em cultura alternativa, música independente", defende.

AGORA, A AMÉRICA

Apesar dos bons resultados, a associação é também alvo de críticas na cena independente. Segundo artigo publicado na revista *Rolling Stone* em setembro passado, alguns músicos criticam a entidade principalmente com relação à remuneração e escalação das bandas. "Precisa haver um mecanismo estatutário que não transforme eventos em 'festas da brodagem' obtidas por meio de aprovação do Ministério da Cultura", diz Marvel, vocalista do quarteto carioca Cabaret, à *Rolling Stone*. Há ainda críticas com relação ao pagamento de cachê e ajuda de custo às bandas.

No mesmo artigo, Nobre defende a entidade, explicando que a Abrafin não interfere nas escalações de cada festival ou nos valores dos cachês, mas que os assuntos, obviamente, são pauta entre os organizadores. "Cada festival se resolve sozinho. É claro que a gente troca figurinha entre um e outro. O cara vai me ligar e perguntar quanto paguei por uma banda. Eu vou responder ou não. Depende de quem for, de quanto tiver pago, como em qualquer mercado."

Um dos objetivos desse grupo é integrar o cenário musical sul-americano ao circuito independente brasileiro. Uma ação do Circuito Fora do Eixo, nesse sentido, é o Grito Rock América do Sul, evento que congregará festivais em 46 cidades brasileiras em 20 estados, além de Buenos Aires e Montevidéu.

O Fora do Eixo está iniciando trabalhos com outros circuitos além do de música popular. "Acabamos escolhendo a música primeiramente por causa da maneira autônoma como o mercado de música brasileira trabalha e pela sua visibilidade na cultura nacional", diz Capilé. Segundo ele, o grupo começa a conectar grupos de produção audiovisual, moda e literatura. "Hoje, são as expressões de cultura local que conseguem colocar lado a lado o popular com as vanguardas. E é nas periferias e nas cidades distantes do eixo que existe a maior sede por produção de conteúdo e busca por informação", diz.

Capilé explica que o objetivo dessas ações contínuas de promoção de cultura independente é também amplificar a visão de mundo

das pessoas e levar as vozes distantes para o centro do debate cultural. "Precisamos inverter o discurso de quem acredita que o que acontece no Sudeste é o que importa. Para [que aconteça] isso, é só superando o nosso maior desafio, que é criar meios para que se tenha um circuito com continuidade".

MOVIMENTO DOS SEM-PALCO

Outro exemplo é a Cooperativa Cultural Cooperifa. Ainda que se localize em São Paulo, a Cooperifa também nasceu como um espaço onde as pessoas contam, em versos, histórias de vida que raramente estão no centro do debate cultural. O movimento foi criado há sete anos – no início, funcionava em Taboão da Serra, município na zona oeste da região metropolitana paulistana, e hoje está instalada no bairro de Piraporinha, no extremo sul de São Paulo. Um de seus fundadores, o poeta Sérgio Vaz, conta como tudo começou. "No começo, eu e o poeta Marco Pezão queríamos apenas um lugar para ouvir e falar poesia, nem nós pensávamos que ia virar o Movimento dos Sem Palco", diz, rindo. Hoje, o evento reúne dezenas e até centenas de pessoas todas as quartas-feiras no Bar do Zé Batidão. E, como o próprio Vaz define, "nós não temos o objetivo de revelar talentos literários, e sim levar cidadania através da literatura".

Durante os saraus da Cooperifa, qualquer um dos presentes pode se inscrever e apresentar um poema (seu ou de outro autor). O espaço na Cooperifa é absolutamente democrático e há quem recite uma história do trabalho, um poema de cordel ou até cante uma música. "A Cooperifa transformou o dia-a-dia das pessoas. Até então, muita gente nunca havia ouvido uma poesia, lido um bom livro, ou, quiçá, sonhava em ser autor do seu próprio livro", diz Vaz. Ele também promove saraus e oficinas poéticas em escolas de alfabetização de jovens e adultos. Para a poesia, o interessante é expandir o numero de escritores, explica.

Segundo Vaz, um dos melhores efeitos do evento é a capacidade de transformar a relação dos moradores com sua localidade. "A autoestima do bairro ficou lá em cima. A periferia é conhecida apenas pela violência ou algum ponto negativo. A Cooperifa traz esse outro lado para o bairro".

A iniciativa se multiplicou pela periferia de São Paulo, e os saraus, como disse Vaz em entrevista para a revista *Mais Soma,* "viraram moda". Segundo a *Agenda da Periferia* (publicação da ONG Ação Educativa), existem mais de trinta saraus espalhados pela capital paulista. O movimento de poesia na periferia também acontece em Brasília, Porto Alegre e Minas Gerais.

O Cooperifa também é visto como um espaço público e um aglutinador da criatividade local. "Na periferia, nós artistas ainda não tínhamos esse hábito de nos reunirmos para trocar idéias e tramar cultura. A Cooperifa também serviu pra isso", diz Vaz. Um dos resultados dessa trama é o CD *O Sarau da Cooperifa*, produzido em parceria com o Itaú Cultural, que conta com leituras de poetas do sarau e uma antologia em livro chamada *Rastilho de Pólvora.*

A efervescência cultural nas periferias é confirmada por Vaz. "A periferia cansou apenas de reclamar, agora está reclamando fazendo", diz. Mas, para ele, ainda existem entraves, principalmente no acesso à verba. "Acho que as verbas públicas deveriam ser mais públicas, democratizadas. São sempre os mesmos mamando na teta do governo. Os temíveis papa-verbas". "São extremamente deselegantes", ironiza. ■

Sarau da Cooperifa, em São Paulo: iniciativa resultou na gravação de CD em parceria com o Itaú Cultural

João Wainer / Folha Imagem

Internet:

DO CÉU À TERRA

Reprodução

Além da inflação de ativos financeiros, os últimos vinte anos passaram também por uma hiperinflação semântica que exagerou e distorceu o significado de muitas coisas. A internet foi uma das vítimas desse processo, passando a ser vista como uma espécie de paraíso impalpável em contraposição à realidade do mundo concreto – ela estaria, de alguma forma, acima do controle dos governos, das empresas e da política. Não é à toa que se costuma representar graficamente a rede mundial de computadores como uma nuvem.

É claro que nada disso é real: a internet é tão sólida e concreta quanto qualquer outra instituição econômica e social – e, portanto, também está sujeita a disputas políticas e empresariais que moldam tanto a sua estrutura atual como seu uso no futuro. É crucial entender como a internet funciona, porque, neste momento, discute-se justamente seu futuro político e, em particular, o controle dos EUA sobre suas atividades, que muitos consideram não apenas excessivo como também excessivamente comercial. Não é um debate fácil e, provavelmente, vai ficar ainda mais difícil em decorrência da crise econômica em curso, já que os países europeus tendem a se alinhar com as nações pobres em favor do multilateralismo – ou seja, uma divisão mais ampla do poder político na internet em detrimento do unilateralismo atual, associado ao controle norte-americano.

A União Européia tem afirmado nos fóruns de discussão internacionais que não defende uma "posição extrema". Estaria a meio caminho entre o unilateralismo dos EUA e "as demandas de outros países por multilateralismo", segundo um texto apresentado em 2005 no primeiro grande encontro internacional para discutir a "governança da internet". Mas, mesmo moderadamente, a Europa efetivamente cobra dos norte-americanos que revejam o seu "compromisso histórico de internacionalizar a governança da internet".

CARTÓRIO CIBERNÉTICO

Boa parte desse "compromisso" refere-se à Icann (sigla em inglês para Corporação da Internet para Nomes e Números), uma empresa privada, sem fins lucrativos, criada pelo governo do ex-presidente Bill Clinton em 1997, como uma espécie de cartório para administrar os espaços econômicos do mundo virtual – isso mesmo, a "nuvem", que, a essa altura, tinha se espalhado pelo planeta como uma enorme fonte de renda nas Bolsas de valores. Porém, não exatamente como um paraíso: era uma bolha financeira que estourou um ano depois de Clinton criar a Icann e destruiu grande parte dos negócios da internet criados até então. Como se vê, a internet não só é concreta como é parte importante das mudanças recentes da economia mundial.

A rede mundial de computadores foi criada para ser um mercado: no entanto, em vez de tijolos, canos, caminhões de entrega e estandes de madeira, são empregados cabos submarinos, satélites, transmissores de

Como tudo que é humano, a rede mundial de computadores é envolvida cada vez mais por complexas e contraditórias disputas sociais | *Flávio Dieguez*

ondas eletromagnéticas, como rádio e microondas, processadores e telas de computador para o freguês escolher a mercadoria. Os cabos submarinos, que são uma das indústrias mais antigas do planeta, pois começaram a ser instalados há quase duzentos anos, representam o alicerce dessa estrutura que começou a ser construída nos anos 1990. Essa fundação é composta, atualmente, de 120 grandes sistemas de cabos intercontinentais e dezenas de sistemas regionais. Cada sistema tem, por sua vez, milhares de quilômetros de cabos que pesam cerca de 10 quilos o metro.

Nada de "nuvem", portanto. Milhares de transmissores enchem os "canos" desse imenso aranzel de energia eletromagnética que transporta as informações de um lugar para outro. O resto da infra-estrutura da internet é formado por sistemas de comunicação de satélites, que, em vez de cabos, utilizam antenas para transmitir energia, que, por sua vez, transporta informação. A infra-estrutura toda já existia antes da criação da internet, que não existiria sem essa base material. Infra-estrutura que não existiria, por sua vez, sem o desenvolvimento

de dezenas de indústrias pesadas, necessárias para produzir foguetes, navios, chips, transmissores, aços de qualidade, etc. E nada disso é algum tipo de "território livre", independente de empresas e governos: tudo tem dono. A indústria de cabos submarinos, por exemplo, é um negócio anual de 1 bilhão de dólares, dominado por multinacionais como VSLN, Flag, Global Crossing e fundos de investimentos variados. Seus principais fornecedores são a Alcatel-Lucent, a Tyco, a NEC e a Fujitsu.

O setor de satélites, por sua vez, é um negócio trilionário dominado por empresas gigantes. Esse segmento, atualmente, é dominado pelas transmissões de TV – e a internet, por enquanto, lida com linhas de telefone. Mas é só uma questão de tempo para ela invadir a malha de comunicações por satélite, por meio da TV digital. O que, aliás, é um dos grandes entraves políticos e econômicos da internet, atualmente: há anos, discute-se como redistribuir a cadeia de grandes negócios da infra-estrutura da internet quando ela incluir a TV digital. O fato é que a indústria de satélites disparou: vem crescendo à taxa de 11% ao ano desde 2002 e deve assumir papel cada vez maior na rede mundial de computadores.

O SALTO DAS CENTRAIS

Seja como for, nos anos 1980 e 1990 a rede cresceu sobre essa infra-estrutura de transmissão de informações. Mas, sobre essa base, levantou-se mais um andar, cujas origens podem ser rastreadas até os velhos aparelhos de PBX, máquinas que controlavam o fluxo das linhas telefônicas. A partir dos PABX, surgiram as grandes centrais de telefonia, capazes de redirecionar uma ligação por mais de um caminho dentro das imensas teias de telefonia mundiais. A primeira central telefônica surgiu nos EUA em 1965 e, apenas um ano depois, dois terços dos telefones do país e do Canadá estavam conectados a grandes centrais.

Os equipamentos dessas centrais representam a pré-história da informática e conduzem diretamente ao salto que transformaria a telefonia original num meio de comunicação digital. Eles já eram eletrônicos e automáticos, mas, mesmo assim, não podiam manipular a massa formidável de informação necessária para criar uma internet, o que somente os computadores viriam a fazer nas décadas seguintes. De acordo com o pesquisador Martim Frasman, da Universidade de Edimburgo, que historiou essa evolução, nos países do centro capitalista, a velha indústria de telecomunicações chegou à década de 1980 estruturada em três camadas de negócios: por baixo, ficavam os fornecedores de equipamentos e os donos dos sistemas de transmissão, que geravam os sinais eletromagnéticos para as conversas telefônicas. Logo acima, vinham as empresas operadoras de centrais telefônicas. Acima delas, ficavam os prestadores de serviços, que, a essa altura, tinham se diversificado: além da transmissão de voz, havia fax, telex e centenas de outros desdobramentos comerciais, como discagem rápida, chamadas de emergência, extensões de linhas locais por meio de rádio, etc.

Nos EUA, as grandes empresas desse sistema econômico eram os grandes e antigos monopólios privados, formados ainda nas primeiras décadas do século XX. Havia a Bell Telephones, na camada superior; a AT&T, na camada do meio; e a Western Eletric, na base. Na Europa e no Japão, os monopólios correspondentes eram geralmente públicos, mas compartilhavam com a indústria norte-americana, no fim da década de 1970, uma situação crítica de esgotamento dos negócios.

O ciclo de crescimento econômico do pós-guerra afinal explodiu na crise de 1979-82, dando início a uma longa década de paralisia econômica. O ambiente de inovação tecnológica, que em si mesmo era pujante, parou à espera de uma decisão sobre qual seria o caminho a seguir. A crise dos anos 1970 e 1980 foi decisiva para o nascimento da internet. Vale a pena reproduzir o depoimento citado por Frasman, de um dos futuros criadores da internet, o pesquisador americano Vinton Cerf.

Cerf já tinha, então, o desenho básico dos chamados protocolos, que são a alma da internet. Protocolos são minúsculas mensagens que atuam, antes de tudo, como uma senha: servem para abrir a porta de acesso às redes de telefonia. Contêm também a identificação de quem o envia, o endereço de destino e uma identificação do tipo de mensagem que se quer passar: voz, texto, fotografia, filme, etc. Sempre que um protocolo desses entra por um aparelho de telefone, imediatamente começa a procurar as portas que dão acesso à rede inteira e a todos os milhares de sub-redes que a compõem. O objetivo é encontrar o melhor caminho para o seu destino final. A idéia de

EXPLOSÃO GLOBAL A internet está próxima de alcançar quase um quarto da população mundial

Fonte: *Departamento de Comércio dos EUA*

COMO A INTERNET COMEÇOU A primeira rede regional de computadores nasceu na Califórnia, EUA. Outra foi criada na Costa Leste. Em 1971, as duas foram interligadas

Fonte: *Casting the net: from Arpanet to internet and beyond,* Peter Salus (Addison-Wesley, 1995)

Cerf e outros era usar os protocolos para automatizar definitivamente todo o trabalho das antigas centrais telefônicas, usando a capacidade dos computadores de processar informação, infinitamente superior à de qualquer máquina de PBX.

É importante notar que a grande novidade dos protocolos não nasceu para dar conta da necessidade de transmitir textos, por exemplo. Para isso não é preciso computador e, efetivamente, já se fazia desde o tempo do telégrafo sem fio: a primeira mensagem na forma de texto foi transmitida pelo canadense Frederic Creed em 1913, simplesmente acoplando uma máquina de escrever a um terminal de telégrafo sem fio. O que torna o computador essencial para a internet é a capacidade de memória para identificar, sem a menor possibilidade de erro, os bilhões de protocolos que, uma vez adotados, passariam a circular pela rede de telefonia. Significava "lembrar" de todas as senhas para usar as linhas, todos os donos dos telefones, todos os formatos de mensagem.

Era uma inovação de utilidade inequívoca, como se verá adiante. Apesar disso, segundo Cerf, não havia, em meados dos anos 1980, o menor interesse das empresas em seus protocolos. "Um monte de gente acreditava que aquilo era realmente estúpido", conta ele. "O pessoal da AT&T estava convencido de que a computação interativa não era um avanço". Os computadores não eram novidade nem despertavam grande interesse. Afinal, a primeira máquina comercial havia sido comprada pelo governo dos EUA em 1951, sendo usada desde então para tabular dados do censo. No fim dos anos 1960, a fabricação de computadores crescia depressa, consumindo 10% dos investimentos industriais. Apesar disso, uma pesquisa da revista *Time*, de 1971, mostra que apenas metade de 2,5 mil empresas ouvidas achava que a compra de computadores valia a despesa feita.

Cerf e outros pesquisadores, no entanto, fizeram os protocolos avançarem à margem da economia. Junto com o colega Robert Khan, ele havia demonstrado a utilidade deles logo no início dos anos 1970, acoplando computadores de quatro universidades norte-americanas, inclusive a da Califórnia Meridional, onde trabalhava ele, aos entroncamentos de telefone da região. Foi o primeiro correio eletrônico, o e-mail, por assim dizer. A tentativa pioneira, de escrever a palavra "log in" para fazer a conexão, falhou logo no "g". Em dezembro de 1974, os pesquisadores divulgaram a invenção, descrevendo um protocolo de 32 bits (as unidades de informação digital): oito para a senha da rede telefônica e 24 para identificar o computador remetente. A combinação dessa seqüência de bits deu acesso ao mundo: com ela, era possível interligar mais de 250 redes de computadores, cada rede, com a possibilidade de conectar mais de 16 milhões de usuários, cada um com seu endereço único e inconfundível.

O Dia

LAN house no Brasil: apesar dos problemas, a internet incorporou-se ao dia-a-dia

ENCOMENDA MILITAR

Esse trabalho havia sido feito por encomenda das Forças Armadas norte-americanas, interessadas em um meio de preservar o sistema de comunicações do país mesmo no caso de um ataque nuclear, quando se esperava que as linhas de telefone fossem rapidamente atingidas. Os protocolos, nesse caso, poderiam continuar navegando usando as linhas que restassem. Mas, além disso, os protocolos passaram a ser usados pela Fundação Nacional de Ciência dos EUA, que, nessa época, estava coordenando equipes de diversas universidades para desenvolver os primeiros supercomputadores. Era um projeto de longo prazo, que exigia reuniões freqüentes para a troca de idéias, o que implicava em viagens que consumiam tempo e recursos. Formou-se então uma grande rede de computadores conectados por protocolos, na qual os cientistas estavam em contato permanente, dispensando a maior parte das reuniões.

A palavra internet – que, em português poderia ser traduzida por "entre-redes" – veio da idéia de que diferentes computadores, depois de dotados de um protocolo para usar livremente a rede telefônica, tornavam-se de fato um único e grande computador. Tem-se, nesse caso, uma rede de computadores "montada" sobre a rede telefônica. A diferença essencial entre os dois tipos de rede é que, na telefonia, as conexões são sempre entre um remetente e um destinatário específicos. Na rede digital, a relação é de um para todos e vice-versa, com ganhos absurdos de tempo de conexão e de transmissão da mensagem. Essa vantagem levou, nos anos 1980, à rápida formação de redes de computadores nos meios acadêmicos americanos e europeus e, em menor proporção, nas grandes empresas.

O que impulsionou a internet, no entanto, foram as dificuldades econômicas dos anos 1980, que terminaram em nova crise, em 1989, e, desta vez, com prejuízos ainda maiores que a do período 1979-82. Entre uma crise e outra, a economia tinha mudado muito. Em meados da década de 1980, segundo Frasman, as empresas públicas britânicas e japonesas de telecomunicações foram todas privatizadas, o que se constituiu

no primeiro passo para a redistribuição dos negócios após o abalo anterior.

Também nos EUA ocorreram grandes mudanças. Lá, as telecomunicações sempre foram privadas, apesar de fortemente subsidiadas e reguladas pelo Estado. A AT&T, por exemplo, foi quebrada em oito pedaços. Ela manteve, segundo Frasman, a nata do negócio – a telefonia de longa distância –, mas dividiu o setor com dois outros gigantes, a MCI e a Sprint. De quebra, ganhou acesso amplo aos mercados japonês e inglês.

Manobras como essa, entretanto, não impediram a crise de 1989. E foi nesse clima que o ex-presidente Clinton apresentou a idéia de que a internet poderia sustentar um novo ciclo de desenvolvimento econômico. Foi um ciclo bem curto, como agora se sabe: terminou com o estouro da "bolha da internet" no fim dos anos 1990. Mas a internet foi mais que um efêmero sucesso: tornou-se um patrimônio riquíssimo para a humanidade, muito além dos lucros que possa ter dado. Economicamente, os resultados foram dúbios. Não há dúvida de que a internet alavancou, indiretamente, inúmeros setores da economia, a começar pela venda de computadores e de *softwares*. Também se ganhou muito dinheiro pelo aumento exponencial do uso do telefone e, durante um tempo, especulando nas Bolsas com a possibilidade do novo ciclo econômico.

Mas, com um novo tipo de mercado, o do comércio eletrônico, o avanço foi menos claro, embora as vendas tenham tenha crescido bastante. O faturamento se multiplicou quase dez vezes desde 1995, quando a interligação das redes de computadores era grande o bastante para ser chamada de mundial. Mas isso representa uma fração ainda pequena do comércio total, mesmo nos EUA. Além disso, a internet ainda está muito amarrada àquele país, que, na prática, ainda tem grande influência sobre a distribuição de negócios e outras atividades na rede. O que nos traz de volta aos debates atuais.

Basicamente, a internet depende dos acessos às artérias de comunicação que ficam abaixo dela: as linhas de telefone, atualmente, e, daqui a pouco tempo, das transmissões de TV e rádio, quando ambos se tornarem digitais e puderem ser acessados pelos protocolos da internet. Esses acessos foram organizados mais ou menos informalmente desde os anos 1980 – antes, portanto, de a internet existir efetivamente. O resultado foi uma concessão dos acessos a quem quisesse explorar o novo serviço de interligar usuários à rede em troca de uma taxa mensal.

A taxa devia apenas cobrir o custo operacional de uma instituição sem fins lucrativos que tinha o papel de autoridade central da internet. Em princípio, qualquer um pode ser um provedor de acesso, o que gerou a idéia de que a rede era totalmente livre. Na prática, o serviço implica em manter uma quantidade razoável de computadores e funcionários para controlar os protocolos – o equivalente digital dos números de telefone.

INTERNACIONAL OU NACIONAL?

No início, a autoridade central da internet era a Iana (Autoridade da Internet para Nomes Designados), que havia sido criada ainda no âmbito do projeto de pesquisa militar encomendado a Cerf e a outro pioneiro importante da internet, Jean Postel. No fim dos anos 1980, procurou-se atribuir um caráter mais formal a essa entidade, o que resultou na criação da Icann, vinculada ao Departamento de Comércio norte-americano. Não era o ideal, já que a internet era um arranjo entre governos de diversos países, e sua autoridade, portanto, deveria se apoiar em uma entidade internacional. Outro problema é que ela só foi criada em 1997, quando as diretrizes da internet já estavam em prática há muitos anos. Para se ter idéia, concessões de acesso já eram dadas no início dos anos 1970.

Desde o princípio, foi preciso conciliar o pretendido internacionalismo da internet com a realidade dos países que a compunham, que precisavam organizar os acessos segundo interesses próprios. Um exemplo importante disso foi a classificação dos tipos de atividades realizados na internet. O esquema norte-americano inicial previa alguns tipos básicos identificados por terminações que se vêem atualmente nos endereços eletrônicos: o ".com" indica atividades de comércio; o ".org", atividades de organismos sem fins lucrativos; o ".edu", entidades da área de educação, entre outros. Esse sistema deveria valer para o mundo todo, mas rapidamente aceitou-se que os países poderiam ter, cada um, as suas próprias classificações. Foi então preciso acrescentar uma terminação para cada país – como o ".br", por exemplo. Isso significa que um endereço que termina em ".com" é completamente diferente de um ".com" seguido de ".br", ou de ".uk" (Reino Unido).

No caso do Brasil, há unanimidade entre especialistas e autoridades que foi muito importante a definição de um "campo" brasileiro na internet, pela adoção, desde 1989, do sufixo ".br". Isso deu flexibilidade para que a internet no Brasil se desenvolvesse em linha com as necessidades e demandas específicas da sociedade brasileira.

A Icann atualmente é um órgão colegiado que abriga representantes de outros países, num esforço para reduzir o peso norte-americano nas decisões sobre os rumos da internet. Mas permanecem as pressões para internacionalizar mais profundamente a chamada governança da internet. As propostas variam desde utilizar as estruturas da ONU até criar um organismo inteiramente novo. Mas isso parece implicar, ao mesmo tempo, a descoberta de uma fórmula capaz de acomodar as grandes cadeias de negócios que estão na base da rede. Num momento em que a economia está paralisada, encontrar uma solução para a "nuvem", de certa forma, equivale a achar uma solução para a própria crise mundial.

DESACELERAÇÃO PÓS-BOLHA Aqui, após a crise do início desta década, o crescimento é mais lento

Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil

Bolívia:

PRESSÃO POPULAR E AVANÇO

Reuters

Foram necessárias mais de 18 horas ininterruptas de sessão e dezenas de milhares de pessoas, na praça Murillo, diante do Congresso, em La Paz, a pressionar os parlamentares para que fosse aprovada no último 21 de outubro a realização de um referendo sobre a nova Constituição da Bolívia. A consulta será realizada em janeiro do ano que vem e deve decidir se os bolivianos aceitam ou não a nova Carta aprovada, de forma polêmica, em dezembro do ano passado. Na ocasião, os constituintes de oposição se recusaram a votar o novo texto constitucional, o que somente avolumou a crise política que se estabeleceu desde a posse do presidente Evo Morales, no início de 2006.

Nas palavras do vice-presidente da República, Álvaro Garcia Linera, que dirigiu os debates parlamentares, a aprovação do referendo – que resultou de um acordo em que a base parlamentar do governo se comprometeu a rever cerca de um quarto dos artigos da nova Carta – é fruto de um longo processo histórico, iniciado em 1990, quando uma marcha indígena no leste do país pediu uma Assembléia Constituinte.

Entre os pontos acertados por governo e oposição, destaca-se o que impede mais de uma reeleição presidencial. Como estão previstas eleições gerais em dezembro de 2009, os governistas entendiam que, caso eleito, Evo teria seu "primeiro mandato" sob a nova Carta Magna. Mas, diante do sério impasse que ameaçava o próprio referendo, o presidente aceitou que seu atual mandato já seja considerado como o "primeiro", mesmo antes de a nova Constituição entrar em vigor. Conforme afirmou em entrevista coletiva o ministro do Desenvolvimento Rural, Carlos Romero, "numa atitude flexível, o presidente concordou em cortar seu mandato [que seria de 5 anos] de forma a adiantar e implementar a nova institucionalidade sob a nova Constituição".

MUDANÇA SEM VOLTA

O presidente boliviano não participou diretamente das negociações com a oposição no Congresso, pois se manteve ao lado dos manifestantes aglomerados em La Paz, vindos de várias regiões do país. Assim que o Parlamento aprovou o projeto que convoca o referendo, Morales sancionou a lei em plena praça Murillo, numa mesa improvisada, em meio à multidão. Ele já estava há mais de 24 horas junto de seus seguidores, quando declarou de forma emocionada que "o processo de mudança não tem mais volta". Disse que abriu mão da possibilidade de reeleição "pelo bem do país" e do "processo de mudança". Entretanto, diante da informação de que os líderes oposicionistas do departamento (equivalente aos estados brasileiros) de Santa Cruz rejeitaram o acordo, o presidente chamou de "inimigos da pátria" os que se opuserem às novas regras constitucionais.

Mais de 100 mil manifestantes diante do Congresso forçam a oposição boliviana a acordo com o governo Morales | *Yuri Martins Fontes*

Nas semanas que antecederam ao acordo, esses "inimigos da pátria" estiveram muito ativos. Pareceu que, num dado momento, tais líderes poderiam conduzir o processo político por um caminho bem diferente do que ele tomou. Na madrugada do último 11 de setembro, enquanto a mídia internacional se lembrava dos ataques às Torres Gêmeas, e no Chile começavam os atos em memória de Salvador Allende (presidente socialista derrubado com apoio da CIA, em 1973), mais uma tragédia marcaria a data na Bolívia. Só que, desta vez, o 11 de setembro não chegaria a se transformar em golpe de Estado, como ocorreu no Chile. Foi, no máximo, uma reação desesperada de setores das elites bolivianas, inconformados com as reformas conduzidas pelo governo de Morales – índio da etnia aimará, uma das mais numerosas do país.

O caso trágico ocorreu na cidade de Porvenir, no departamento de Pando. Manifestantes do Movimento ao Socialismo

AMPLO APOIO DE FORA Vizinhos sul-americanos e até a Rússia ficaram ao lado de Morales, que expulsou o embaixador dos EUA

Apesar de se terem mantido relativamente discretos durante a crise de Porvenir, os EUA estiveram ativos na tentativa de desestabilização do governo de Morales. A governadora de Sucre, Savina Cuellar, foi vista adentrando em um edifício, momentos antes do embaixador dos EUA, Philip Goldberg, no mesmo local. No dia seguinte a esse suposto encontro, a oposição rejeitaria uma chamada ao diálogo e se intensificariam as provocações às Forças Armadas, como bloqueios de estradas e invasão de prédios públicos.

Vale notar que há dois anos, quando Goldberg foi indicado embaixador, o cientista político brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira, autor de estudos acerca da política imperial dos EUA, previu que o diplomata "investiria na divisão do país". No artigo "A balcanização da Bolívia", Moniz Bandeira escreve que "esse diplomata tem experiência em conflitos étnicos e tendências separatistas, como as que irromperam no Leste da Europa, após a desintegração da Iugoslávia". "O separatismo faz parte dos planos estratégicos dos EUA, visando o controle de reservas energéticas", diz o cientista.

Após o massacre de Pando, o governo boliviano expulsou Holbrooki, gesto seguido solidariamente por Hugo Chávez, que defenestrou o embaixador dos EUA em seu país. As reações internacionais favoráveis ao governo Morales não se resumiram à solidariedade venezuelana, entretanto. Mesmo em Honduras – tradicionalmente alinhada com os EUA, mas ora próxima à Venezuela – foram suspensos os trâmites para a recepção do novo diplomata que assumiria funções no país. E, no Brasil, o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, declarou que "o País não tolerará um golpe de Estado na Bolívia".

A questão repercutiu também no embate geopolítico entre EUA e Rússia, recentemente reaceso com o caso da Geórgia. A diplomacia moscovita advertiu que "quaisquer tentativas de interferência externa na Bolívia seriam inaceitáveis". E, algumas semanas depois, assinou um "Plano de Cooperação Bilateral", segundo o qual os russos se comprometem a vender à Bolívia cinco helicópteros de guerra – "destinados à defesa civil e ao combate ao narcotráfico".

No auge da crise, os presidentes sul-americanos agiram com habilidade para procurar esfriar os ânimos e contrabalancear a influência de Washington por meio da OEA. A presidente chilena, Michelle Bachelet, articulada especialmente com a diplomacia argentina, venezuelana e brasileira, convocou reunião de emergência da cúpula da Unasul, em Santiago. O encontro teve como resultado imediato o apoio unânime dos nove presidentes participantes à legitimidade do poder de Morales e à integridade territorial da Bolívia. A intervenção branda da recém-criada Unasul pode ser entendida como um aviso dos chefes de Estado vizinhos aos separatistas, ao deixar claro que Morales tem sustentação na geopolítica regional.

(MAS), partido do presidente, saídos da localidade rural de Puerto Rico, dirigiam-se a uma reunião entre organizações sociais quando foram barrados por uma trincheira cavada por funcionários públicos. O governador oposicionista Leopoldo Fernández justificou a necessidade da barricada dizendo que os camponeses estavam "armados" e que "vinham para participar de um ataque contra a população autonomista". Conforme amanhecia, o grupo de opositores cresceu, inclusive com a chegada de pessoas armadas. Ao meio-dia, os manifestantes pró-Morales foram cercados e atacados. Os oposicionistas abriram fogo contra os camponeses que, em desespero, deixaram seus veículos e tentaram escapar rumo ao rio Tahuamano. Sem saída, homens e mulheres se lançaram às águas do Tahuamano – rio de correnteza, com cerca de 20 metros de largura. O que se viu a seguir foi um gesto de irracionalidade e precisão: dezenas de manifestantes foram alvejadas em pleno nado.

O saldo total da chacina chegou a mais de duas dezenas de mortos. Até mesmo parte da mídia internacional conservadora denunciou o ocorrido como "um massacre". Dada a exatidão dos tiros, suspeita-se que tenham sido disparados por pistoleiros profissionais. Segundo o vice-ministro de Movimentos Sociais, Sacha Llorenti, eles estavam sob o comando do governador Fernández, que foi afastado do cargo após o incidente.

O 11 de setembro boliviano não ficaria apenas nesta matança. Ocorreram atos de vandalismo por parte da oposição, um dos quais interrompeu o fornecimento de gás natural ao Brasil. Em Santa Cruz de La Sierra – capital do departamento de Santa Cruz, rico bastião opositor – uma ação coordenada atingiu o subúrbio Plán 3000, reduto desgarrado de militantes pró-Morales, onde cerca de mil oposicionistas ameaçaram com rojões e cassetetes os moradores locais.

A crise política da Bolívia iniciou sua fase mais aguda com a realização, em agosto passado, do chamado referendo revogatório, proposto pelo presidente, pelo qual seu próprio mandato e o dos governadores departamentais poderiam ter continuidade ou ser interrompidos, de acordo com o resultado da votação popular. É simbólico que a consulta tenha dado respaldo às políticas de Morales, cujo mandato foi confirmado com dois terços dos votos, e retirado do cargo o governador oposicionista de Cochabamba. Por outro lado, confirmou os outros governadores separatistas da região conhecida como "Meia-Lua", rica em hidrocarbonetos e que reúne os departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni, Pando e Chuquisaca.

"ÍNDIO INFELIZ"

A partir daí, a propaganda separatista se ampliou inclusive na imprensa conservadora. Alegações como "Evo quer destruir Santa Cruz" e "Evo está nos roubando o gás" foram corriqueiras. Esse tipo de manipulação da opinião pública veio acompanhado do desrespeito agravado por preconceito racial. O líder separatista Jorge Chávez chegou ao ápice. "Se for preciso, vai haver sangue. Precisamos conter o comunismo e derrubar o governo desse índio infeliz", bradou ele durante o bloqueio de estradas promovido pelos governos dos departamentos opositores para desabastecer e ameaçar o resto do país. Essas semanas de conflito foram suficientes para que a Bolívia perdesse 110 milhões de dólares, entre prejuízos na exportação de gás para o Brasil e Argentina e infra-estrutura pública danificada.

A reação dos oposicionistas que representam a pequena e rica elite boliviana é explicável. Quem se aventurar pelo outrora

mal-afamado "Trem da Morte", que liga Corumbá (MS) a Santa Cruz de La Sierra, certamente se surpreenderá quando, após constatar a condição miserável dos povoados rurais às margens da ferrovia, chegar ao destino final. Santa Cruz é uma cidade moderna, com comércio variado, ruas asfaltadas, automóveis novos e uma rodoviária sempre cheia de gente aos gritos. A diferença socioeconômica entre a capital e o interior do departamento lembra a extrema desigualdade social brasileira. Em Santa Cruz, vive a maioria dos autodeclarados "brancos" bolivianos – na verdade, mestiços claros que têm melhor colocação social. Boa parte dessa gente se sente ameaçada com as reformas sociais propostas pelo índio que ocupa a Presidência.

Segundo Vivian Urquidi, professora do Observatório de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e boliviana natural de Cochabamba, "a raiz do problema é a política de redistribuição dos recursos energéticos e o aprofundamento da reforma agrária". No caso da região conhecida como Oriente – a parte baixa do território boliviano, mais rica em recursos energéticos – o cerne do conflito da oligarquia local com o governo de La Paz é a reforma agrária, iniciada em novembro de 2006 com uma lei de expropriação dos latifúndios. Desde que uma falsa reforma foi levada a cabo em 1993, algumas poucas famílias influentes obtiveram a legalização de imensas propriedades rurais. A partir daí, essa elite ruralista passou a dominar também a cena política de Santa Cruz, principal centro econômico da Bolívia, detentor das maiores reservas de gás natural, bem como das principais vias de ligação comercial com o Brasil.

Nessa época, o presidente Sánchez de Lozada e seu sucessor Hugo Banzer, que colocaram em prática políticas econômicas neoliberais e privatistas, legalizaram terras que haviam sido griladas no início da segunda metade do século XX, na época de expansão da fronteira agrícola rumo às planícies orientais. Essa pseudo-reforma beneficiou algumas centenas de famílias aristocráticas, em detrimento de comunidades indígenas autóctones e de milhões de camponeses sem-terra.

O PODER DO LATIFÚNDIO

Para que se tenha uma idéia da relação entre poder político e posse fundiária, no atual Senado boliviano não há nenhum membro da bancada do partido Podemos (o direitista Poder Democrático e Social) que não seja proprietário de terras. Além disso, os proprietários rurais detêm os maiores canais de comunicação social do país – tele-

Fernandez, governador de Pando: destituído e preso por instigar o massacre de Porvenir

Reuters

visões, rádios e jornais – que satanizam a atual reforma agrária, com imparcialidade jornalística que se assemelha àquela da revista *Veja* com relação aos camponeses brasileiros sem-terra.

O peso político dos latifundiários é grande a tal ponto que o acordo de outubro só pode ser obtido devido às concessões feitas a eles por Morales. Este acordo é o resultado imediato das negociações que se iniciaram logo após o episódio de Porvenir, quando o governo e a oposição se reuniram em Cochabamba sob observação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Estados Sul-Americanos (Unasul). Ao longo dos encontros, que se arrastaram por semanas, alguns pontos polêmicos foram resolvidos, como é o caso da destinação do Imposto Direto sobre os Hidrocarbonetos, cujos fundos, antes geridos pelos departamentos, agora provêm um salário mensal a todos os bolivianos maiores de 60 anos. Ficou acertado que, caso existam excedentes no fundo de renda mínima, denominado *Dignidad*, o governo central devolverá a cada departamento a sua respectiva cota.

No entanto, outras questões, ligadas à reforma agrária, emperravam o encaminhamento da nova Carta. Morales chegou a declarar que, juntamente com a punição dos responsáveis pelo massacre de Porvenir, este era um assunto com relação ao qual não recuaria. Porém, foi somente após o governo admitir uma alteração no tratamento da questão fundiária que pôde haver o acordo. Ficou então definido que o limite máximo de tamanho das propriedades rurais (5 mil ou 10 mil hectares, a ser decidido no referendo popular) não terá efeito retroativo, isto é, não valerá para os antigos latifúndios. Ainda assim, o governo de Santa Cruz não assinou o acordo final, alegando que a competência sobre a questão das terras deveria ser exclusivamente dos departamentos.

De todo modo, a concessão de Morales não deverá modificar o andamento do processo de reavaliação da veracidade dos títulos de posse, que pode resultar na retomada de grandes propriedades que tenham documentação claramente ilegal. As terras nessas condições já estão sendo divididas, não entre pequenos proprietários particulares, mas entregues a comunidades camponesas ou indígenas, segundo um estatuto de "propriedade coletiva da terra". Esse é um dos gestos que têm dado credibilidade a Morales – sua aprovação é crescente e já atinge a casa dos 80%, segundo as mais recentes pesquisas.

QUESTÃO MILITAR

Na prática, o que o desfecho da crise parece ter demonstrado é que, apesar da obtenção de concessões, a elite separatista está fragilizada, tanto interna quanto externamente. Logo após os conflitos de 11 de setembro, Morales constatou que a oposição se reduzia "cada vez mais, não somente em sua representação, mas em sua capacidade de arregimentação". Mas alertou que, apesar disso, "quando se reúne, age de modo mais agressivo e violento do que as próprias instituições do Estado". Essa tese parece ter se confirmado, pois, passado o furor ofensivo da oligarquia, logo veio a calmaria. Isso tudo foi claramente agravado pelo isolamento internacional dos opositores – visto que mesmo os EUA, imersos em sua própria crise, esqueceram-se da elite boliviana. Além disso, houve cisão interna na oposição ruralista, já que o separatismo é um tema delicado.

Também entre os militares bolivianos não há simpatia para com as idéias de divisão do país. "Se os militares em geral são [politicamente] conservadores, são também nacionalistas. E vêem com muita preocupação o tema do separatismo das regiões dominadas pelas elites rurais" – afirma Vivian. As Forças Armadas, de forma geral, são sempre uma preocupação em episódios de crises políticas latino-americanas. Aparentemente, no caso boliviano, confirmaram-se as avaliações de que a questão da hierarquia militar está bem definida atualmente no país. Logo que tomou posse, Morales aposentou compulsoriamente os dois primeiros escalões militares. Desse modo, conseguiu afastar conservadores enraizados e alçar ao comando uma parte do terceiro escalão, formado por oficiais considerados nacionalistas – e que, até agora, se mantém fiel ao projeto social-desenvolvimentista do presidente.

Certamente, um dos fatores que mais contribuiu para desanimar os oposicionistas foi o fato de que, durante os momentos mais agudos da crise, Morales foi fortemente amparado por organizações sociais e ampla parcela do povo – que saiu às ruas para defender seu líder. Sem a enorme pressão exercida pelos milhares de bolivianos aglomerados diante do Parlamento, a convocação do referendo provavelmente não teria sido promulgada. Não sem mais mortes.

O povo boliviano – e indígena –, após séculos de dominação, parece disposto a retomar o comando de sua história e de transformá-la. Faltam ainda muitas cenas para este novo capítulo. Mas, diz o poeta, o povo é quem mais ordena. ■

BOLÍVIA

Nome oficial República da Bolívia
Capital La Paz é capital administrativa (sede do Legislativo e Executivo), e Sucre é capital histórica constitucional (sede do Judiciário)
Independência 6 de agosto de 1825 (o país se libertou do domínio espanhol sob o comando de Simón Bolívar)
Idioma espanhol, quéchua e aimará
Moeda boliviano
Religião principal católica
PIB (segundo a paridade de poder de compra) 39,44 bilhões de dólares
PIB per capita 4 mil dólares
Área 1.098.580 km²
População 9,2 milhões (61% urbana)
Expectativa de vida 66,5 anos
Mortalidade infantil 49/1000
Etnias predominantes (autodeclarada) quéchua (30%), aimará (25%), européia ibérica (15%), sendo o restante de mestiços (30%) e índios pertencentes a etnias das terras baixas (chiquitanos, guaranis, etc.).
Principais parceiros comerciais EUA e Brasil

Sociedade:

FORÇANDO A BARRA

A classe média já é maioria no Brasil, dizem. Mas a conclusão soa estranha até mesmo para muitos dos novos incluídos na categoria | *José Carlos Ruy*

Reprodução

"Classe média, eu?". A surpresa da manicure carioca Josineide Mendes Tavares abre uma reportagem publicada em agosto pela revista semanal *Época* sobre a revelação feita por um estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) de que esse setor intermediário da população já seria majoritário na sociedade brasileira. Com renda mensal entre 1,5 mil e 2 mil reais, vinda do trabalho informal prestado em domicílio para madames da zona sul do Rio de Janeiro, ela cuida de si própria e de dois filhos com quem mora em uma casa de 35 metros quadrados na favela da Rocinha, equipada com um televisor com tela plana de 29 polegadas, TV por assinatura, DVD, fogão, geladeira, freezer, lavadora e celular. Bens que carimbam seu passaporte a essa chamada nova classe média.

Josineide não é a única a se surpreender com a nova classificação que recebeu. O dado impactante consta do estudo "A nova classe média", coordenado pelo economista Marcelo Neri, divulgado em agosto passado, no qual se diz que a camada C, na qual ele pôs a etiqueta de Classe Média, já corresponde a mais da metade população. Neri e equipe estudaram a situação de trabalhadores de 15 a 60 anos de idade (a chamada População Economicamente Ativa, PEA), em Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Segundo o estudo, a camada média é formada por 19,2 milhões de pessoas. Considerando também suas famílias, envolve 98,6 milhões de brasileiros. Mais do que a soma dos membros das outras camadas sociais: a "elite" (camadas A e B) tem 15% do total (28,4 milhões de pessoas) e renda familiar mensal acima de R$ 4.591 mensais; os "remediados" (camada D) são 14% do total (26,5 milhões de pessoas), com renda mensal entre R$ 768 a R$ 1.064; e, no piso inferior, os "pobres" (camada E), são 19% (36 milhões), ganhando menos de R$ 768 por mês.

O governo federal viu nas conclusões de Neri a comprovação da eficácia da política social, dos aumentos reais do salário mínimo e do emprego formal. Aspecto, aliás, confirmado pelo próprio Neri ao dizer que um dos símbolos da nova "classe média" é a carteira de trabalho devidamente preenchida pelo departamento de pessoal de alguma empresa. Um dos responsáveis por essa promoção social inédita, diz, é a recuperação do emprego formal entre junho de 2003 a junho de 2008, período em que foram criadas 7,7 milhões de novas vagas, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. No intervalo de junho de 1997 a junho de 2002, o saldo líquido de novas colocações foi apenas de 564 mil – quase treze vezes menor!

MUDANÇA "INÉDITA"

As comemorações do novo estatuto do País vieram de muitos lados. Uma foi a dos profissionais que, de olho no mercado, vêem a possibilidade de um novo contingente batendo à porta do sonho capitalista do consumo. A outra, com viés mais político, vislumbra um esperado esteio da ordem e da estabilidade. No primeiro grupo, está Frank Vignard Rosez, diretor de marketing da Cetelem no Brasil (empresa do grupo do banco francês BNP Paribas) que viu similaridade entre o trabalho da FGV e uma pesquisa feita por sua empresa. Ao constatar que 20 milhões de pessoas "subiram" para a camada C, Rosez comemorou. Para crescer em bases sólidas e de forma sustentada, argumentou, uma economia precisa ser puxada pela classe média.

A revista *Época* defendeu tese semelhante. "É um sintoma de que o Brasil está melhorando", anotou. A razão: sinaliza o ingresso do país no clube daqueles em que a maioria da população aposta sua felicidade nos planos de consumo, engajada assim no padrão dominante de sociedade. Usando uma linguagem que aparentemente está saindo de moda, sente-se "incluída". Com esse pano de fundo, a revista registra a rapidez "inédita" da mudança ocorrida no Brasil, que faz empalidecer "até mesmo a formidável mudança do século XIX", que produziu, na Europa, a primeira classe média da história, com conseqüências econômicas, culturais e políticas "notáveis".

É isso o que interessa no argumento: trata-se da mudança capitalista da sociedade, que incorpora uma massa vista como capaz de dar garantia, consistência e segurança para o sistema. Na Inglaterra, os "comerciantes, funcionários públicos, empregados de escritórios e profissionais liberais assalariados que constituíam a espinha dorsal desse novo grupo social conseguiram rapidamente converter seu sucesso econômico em poder

político e influência cultural", diz a publicação. Dois séculos depois, "a nova classe média global pode ter um impacto semelhante sobre o mundo, impondo seus valores e suas ambições ao universo da política, da economia e da cultura", assegura, baseando-se no estudo do banco americano de investimentos Goldman Sachs (intitulado *The expanding middle*; em português, "O meio que cresce"), que analisou o aumento da camada média no mundo e profetizou que até 2030 ela será engordada com mais dois bilhões de seres humanos com renda entre 500 e 2,5 mil dólares mensais. Formará, então, 30% da humanidade, diz o agora combalido oráculo de Wall Street, que sofre as conseqüências da crise financeira.

Apesar de ter um verniz "apolítico", o conceito para definir classe social, em estudos como esse, é mercadológico e político. Ele engloba a capacidade de consumo e, por meio dela, a adesão dessas camadas ao sistema dominante, funcionando como um amortecedor contra radicalismos que podem colocá-lo em risco.

DEFININDO UM ELEFANTE

Em "A nova classe média", Neri e seus colaboradores dizem que compreendê-la é como "definir um elefante: se você nunca viu um fica difícil visualizá-lo". Há duas maneiras conceituais para resolver o problema, lembra. Uma se baseia na análise das atitudes e expectativas das pessoas; a outra, em sua capacidade de consumo. Ambas foram desenvolvidas a partir da sociologia estadunidense nas décadas de 1940 e 1950 e difundiram-se pelo mundo na esteira do *american way of life* e sua aposta na conquista da felicidade pelo consumo. O estudo da FGV cita o psicólogo behaviorista George Katona, "admirado pelo economista James Tobin", autor de uma metodologia que define classe média como aquela que espera uma posição melhor no futuro e planeja sua vida nesse rumo.

Neri e sua equipe procuraram aperfeiçoar esse método agregando a ele medidas do acesso a bens e serviços, seguindo um tipo de análise do potencial de consumo definido, em nosso país, pelo chamado Critério Brasil (Critério de Classificação Econômica Brasil), da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, que classifica as pessoas em camadas de consumo de

Eletrodomésticos à venda: acesso a bens de consumo não é fundamental na definição de classe social

Folha Imagem

acordo com a posse de bens duráveis, nível de instrução e renda. Os pesquisadores da FGV levaram em conta também "a capacidade de geração e manutenção da riqueza a prazo mais longo". Quer dizer, acesso à universidade, à escola de qualidade, à chamada "inclusão digital" (computadores e internet), ao "emprego formal que garante um nível de proteção social maior", à previdência privada, ao crédito imobiliário, à posse legal de casa própria (com padrão mínimo de qualidade) e ao seguro-saúde.

O QUE É CLASSE SOCIAL?

A partir desse critério, perguntam: "O que é ser de Classe C?". O que inclui outra questão: o que é classe social? Esse é um debate antigo na ciência que estuda a sociedade e as respostas a essa questão são de natureza profundamente política, e não apenas mercadológica, como sugerem o Critério Brasil e assemelhados. A resposta à pergunta dos autores do estudo da FGV começa por este ponto, e as posições variam de acordo com a atitude do pesquisador perante o sistema capitalista, a convicção sobre sua transitoriedade e o objetivo procurado pela análise. Há os que querem entender o funcionamento do sistema para flagrar suas fragilidades e lutar para superá-lo. O objetivo de outros é compreendê-lo para melhorar sua defesa e manutenção. E há aqueles que querem conhecer as tendências da opinião pública para melhorar o desempenho eleitoral ou vender melhor um produto.

Os cientistas sociais criaram um sem- número de teorias para responder a essas questões. Mas há duas correntes principais que ajudam a debater os critérios usados pelos pesquisadores da FGV e pela mídia que alardeou a nova condição de "classe média" dos brasileiros: os estudos de estratificação social desenvolvidos principalmente nos EUA, que se contrapõem à visão marxista. São correntes que partem de posições políticas muito definidas, contra ou a favor da manutenção e defesa do sistema capitalista.

Um autor clássico que está na base das teorias da ciência social estadunidense é o alemão Max Weber, pioneiro da sociologia contemporânea. Ele vê as classes como "grupos de status", tese de enorme influência e prestígio entre os teóricos acadêmicos. Weber distinguiu três esferas que os diferenciam: econômica (classes), social (grupos de status) e política (partidos). Separou as classes por nível de renda, status social das pessoas, e seu poder, considerando o partido como meio de direção e controle de suas ações.

Weber serviu de base para o desenvolvimento do método mais difundido de classificação social orientada para o mercado, criado pelo sociólogo William Lloyd Warner (1898-1970). Sobre as idéias do sociólogo alemão acerca de grupos de prestígio, Warner assentou critérios como profissão, fonte de renda, tipo de moradia e bairro de residência e deu a cada um deles um peso próprio (uma pontuação), de tal forma que a soma dos pontos atribuídos à pessoa analisada permitiria sua localização nas camadas superior, média e inferior. Essa é a origem de ferramentas conceituais das quais o Critério Brasil é um exemplo, em que o acesso a bens, renda e educação leva à soma de pontos que define a classe.

Segundo esse critério, não há antagonismo entre as classes, que constituiriam grupos de pessoas com diferentes prestígios – e capacidade de consumo – coexistindo em harmonia. A partir daí foi desenvolvida a teoria econométrica, supostamente objetiva, que fundamenta a diferenciação em níveis de consumo A, B, C, D e E, utilizada pelos institutos de pesquisas e popularizada pela imprensa.

Essas definições de classe social têm dois defeitos fundamentais. Um é seu subjetivismo; outro, um objetivismo arbitrário, baseado no acesso aos serviços e bens de consumo ou numa característica mutável que é a profissão. A esfera da distribuição das mercadorias é posta no centro da análise, desconsiderando a posição das pessoas nas relações sociais de produção que geram as riquezas e determinam a cota de cada um em sua distribuição.

DETERMINAÇÃO COMPLEXA

O conceito de classe social se generalizou a partir do século XVIII, derivado dos confrontos na Revolução Francesa e ligado à hierarquia existente entre os diferentes grupos sociais. Sua sistematização pioneira foi feita por Karl Marx e Friedrich Engels, que procuraram compreender os fundamentos sociais concretos da divisão entre os homens. Eles recusaram todo subjetivismo, colocando o trabalho no centro da análise. Partindo da contradição objetiva entre trabalhadores diretos e proprietários dos meios e instrumentos de produção, procuraram aqueles fundamentos nas relações sociais de produção que envolvam, em seu âmbito, a cooperação e o conflito, e também a produção e distribuição da riqueza produzida. Para eles, as classes sociais se definem pela posição de cada um nestas relações de produção e na estrutura social que a organiza.

Essa definição foi desenvolvida por Vladimir Lênin. "Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem". "As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social", escreveu o revolucionário russo. Aqui, classe social é encarada a partir de um conjunto de situações: o lugar ocupado no sistema de produção, a relação com os meios de produção, o papel na organização social do trabalho e o modo de obtenção e tamanho da parte da riqueza social. Nessa definição, sem lugar para subjetivismos, a renda é apenas um dos traços explicativos de uma realidade mais complexa e que inclui outros elementos.

A "CLASSE MÉDIA" HOJE

Outro aspecto, fundamental, da teoria marxista, é a articulação da definição de classes sociais com a luta política (toda a história é a história da luta de classes, escreveram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848). Uma interpretação mais simplista da compreensão marxista enfatiza a oposição dicotômica entre duas classes, o proletariado e a burguesia. Nesse sentido, a definição de classe média foi controversa. O próprio Marx havia enfrentado essa questão, sem a simplificação das interpretações posteriores de seu pensamento. Em *O capital*, alargou a tese da tendência do capitalismo à bipolarização das classes chamando a atenção para o crescimento da classe média formada pelos "servidores do público" (grupos profissionais, magistrados, artistas de diversões) que têm "um papel crescentemente significativo na manutenção da sociedade burguesa", como diz o sociólogo inglês Alain Swingewood. Ele encarou como "classe média" os pequenos produtores, empregados no comércio, atacadistas, lojistas, os que "mandam em nome do capital" (como gerentes e seus assistentes, supervisores, secretários, guarda-livros, funcionários), e, finalmente, o grupo "ideológico" formado por advogados, artistas, jornalistas, clero e funcionários do Estado. Na medida em "que o capitalismo desenvolve suas forças produtivas, essa classe aumenta em tamanho e influência", diz Swingewood (*Marx e a teoria social moderna*, Civilização Brasileira, 1978). E, contra o argumento de Thomas Malthus, segundo o qual a classe média vai crescer e o proletariado vai diminuir, Marx disse (em *Teorias da mais valia*) que esse é "o curso da sociedade burguesa", contrapondo-se à idéia de que tal tendência fosse "natural". Nesse curso, o avanço na divisão do trabalho faz diminuir o número de trabalhadores diretos e aumenta o contingente daqueles ligados à administração, à reprodução e à manutenção do capitalismo, ou à prestação de serviços socialmente necessários, como, por exemplo, médicos e professores.

Nas condições atuais do Brasil – e do mundo, como mostra o estudo do Goldman Sachs sobre o crescimento da "classe média" –, qual é a pergunta certa para levar a uma resposta adequada sobre o que é, afinal, esta nova camada social formada pela maioria da população? Talvez essa pergunta seja: "o que é classe média, hoje?" Uma indicação é dada pela análise de segmentos do chamado setor terciário, potenciais candidatos a pertencer à "nova classe média", feita pelos pesquisadores José Dari Krein e José Ricardo Gonçalves no artigo "Mudanças tecnológicas e seus impactos nas relações de trabalho e no sindicalismo do setor terciário" (*O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*, 2005). Eles mostraram uma "classe média" muito diferente daquela que freqüenta o imaginário e mais próxima dos trabalhadores comuns.

Ao analisar o inchaço do setor de telemarketing, mostraram que, em 2003, ele tinha quinhentos mil trabalhadores, enquanto em São Paulo, entre 1997 e 2003, o número de empregados do florescente setor de telecomunicações caiu de 21 mil para menos de 7 mil. Entre os bancários, houve queda semelhante, no País: passou de 890 mil trabalhadores no começo da década de 1990 para menos de 400 mil em 2003.

Isso significa que houve uma forte compressão num setor significativo da classe média tradicional, ao mesmo tempo em que aumentou a parcela representativa da moderna "classe média". A informatização e a desregulamentação permitiram ao capital diminuir o número de empregos de melhor qualificação (e renda), como bancários, e aumentar o número daqueles de menor qualificação (com renda mais baixa e condições de trabalho mais precárias).

Outro setor profissional que explodiu foi o dos motoboys, como mostrou *RB* em sua edição nº 15 ("Motoboys, o exército da salvação"). Em todo o país, o número de motocicletas pulou de 692 mil em 2001 para 1,6 milhão em 2007. Só em São Paulo, existem entre 3,5 mil e 8 mil empresas de motofrete, mas só 400 estão credenciadas na prefeitura. Na cidade, calcula-se que existam entre 140 mil e 300 mil motoboys, mas só 18 mil têm carteira assinada, e 40 mil são autônomos. A imensa maioria (entre 80 mil a 240 mil) trabalha em condição irregular.

OS "PÉS-RAPADOS"

Nas últimas décadas, a estrutura de classes viveu no Brasil grandes mudanças. Mas há um exagero na afirmação de que a "classe média" é a maioria. Essa maioria é, na verdade, formada pela camada social que têm a renda média. E a resposta mais correta à pergunta seria dizer que a maioria é formada por essa camada média, que tem a renda definida como a média nacional. É uma maioria formada por trabalhadores formais, mas também por uma multidão de precarizados cuja atividade permite as "maravilhas" da vida moderna, como os serviços de telemarketing ou de motoboys, essenciais para garantir agilidade a diferentes setores, como o bancário, por exemplo. Ou que facilita a vida dos ricos, como os *personal trainings*, os profissionais de segurança ou da beleza. Uma delas é nossa conhecida Josineide.

Classificar o Brasil como um país de "classe média" é algo tão forçado que o próprio povo não se reconhece nesta imagem. "É uma baixaria. Fiquei revoltado quando vi a notícia na TV. A classificação é mentirosa", disse o aposentado João Galdino de Melo, entrevistado pela *Folha de S.Paulo*. Presidente da Associação dos Moradores da Vila Progresso, no Rio de Janeiro, ele tem renda familiar de 2,4 mil reais, e se considera pobre. O eletricista Renaldo Dias de Jesus, mil reais de renda mensal, morador da favela Tavares Bastos, no Rio de Janeiro, concorda. "Se eu faço parte de alguma classe, é a dos pés-rapados", disse ao jornal *O Estado de S. Paulo*. ■

Bahia!
É muito mais.

ESQUEÇA WALL STREET.

Aqui seu investimento já começa no azul.
A Bahia é muito mais.

FOTO: JOTAFREITAS/BAHIATURSA

Por que a Bahia é muito mais.

A terra da felicidade também é a terra das grandes oportunidades, principalmente no segmento turístico. Hoje a Bahia vive um momento político e econômico favorável à consolidação de novos negócios. A previsão é de que, até 2011, sejam investidos mais de R$ 19 bilhões em infra-estrutura, transporte e logística através de verbas federais e estaduais. Esses investimentos beneficiarão as áreas da indústria, comércio, serviços, transporte e agricultura, valorizando os diversos produtos turísticos do estado: sol e praia, histórico-cultural, étnico, golfe, náutico, ecoturismo, religioso, negócios, esportivo e enoturismo. Até o ano de 2017, U$$ 3,5 bilhões de dólares serão implantados pela iniciativa privada na forma de novos hotéis, residências turísticas, eventos de golfe e marinas. Invista aqui e entenda por que a Bahia é muito mais. Afinal, os turistas retornam. E os investimentos também.

Disque Bahia Turismo - 71 3103 3103 - www.bahia.com.br

FOTO: IBEROSTAR

FOTO: JOTAFREITAS/BAHIATURSA

GOVERNO DA Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Turismo
Bahiatursa

A Vale oferece minério para sua vida.

E usa tecnologia ambiental para ajudar a conservar 97% da Floresta Nacional de Carajás.

A mineração moderna praticada pela Vale usa tecnologia de ponta em seus processos produtivos e na sua gestão ambiental.

- A Vale recupera os 3% da área que utiliza em Carajás para mineração e infra-estrutura.
- E possui o maior viveiro de mudas de espécies nativas tropicais da América Latina.
- Na Reserva Natural Vale, em Linhares - ES, são protegidas seis espécies de felinos da Mata Atlântica, inclusive a onça-pintada.

VALE

A Vale acredita que pode fazer mais. É um enorme desafio mas, sim, é possível.

www.vale.com